



FRED COUTINHO:

“As instituições têm que se unir no combate ao crime organizado”

Presidente do TJPB defende atualização do Código Penal e diz que a missão de julgar é difícil e complexa. **Página 4**

Foto: Carlos Rodrigo



População indígena busca mais participação na política

Apesar do crescimento de candidaturas, desde 2014, os povos originários ainda são sub-representados nos espaços de poder e, entre os obstáculos, estão problemas no acesso a recursos financeiros, estrutura de campanha, visibilidade e apoio político.

Página 13

Monumentos históricos revelam o passado colonial da Paraíba

Edificações como o Forte de Santa Catarina (foto), em Cabedelo, ajudam a compreender o modo de organização social da época.

Foto: Evandro Pereira



Página 25

Projeto vai monitorar corais na Barra do Rio Mamanguape

Iniciativa desenvolvida pelo BNDES vai mapear áreas, acompanhar a saúde e a resiliência dos recifes e das espécies ameaçadas, alvos da pesca.

Foto: Rodrigo Leão/Colaboração



Página 20

Teresa Cristina expõe reflexões em novo projeto

Sambista conversou com A União sobre o álbum *Tudo que eu tenho*, primeiro trabalho que reúne apenas composições autorais e que conta com parceria de artistas.

Página 9



Foto: Nana Moraes/Divulgação

ESCUTAR É ESTAR PRESENTE, VOCÊ NÃO ESTÁ SÓ!

LIGUE: 188

APOIO EMOCIONAL

SETEMBRO AMARELO



■ “Vem Pedro Gondim e recobre de paralelepípedos as ruas centrais. E, preparando as ruas para o futuro, arranca os trilhos da cidade, que se foi com eles. E haja asfalto a deixar as vias lisinhas, enquanto a calçada é um desastre”.

Gonzaga Rodrigues

Página 2

■ “Aquilo me comoveu e me tocou nos nervos. Meus olhos se molharam. Sai dali perplexo, abatido e convicto do peso da mensagem que o velho confrade me dirigira. Zé Leite era um homem simples, bom, de muita fé”.

Hildeberto Barbosa Filho

Página 11

■ “A memória, ao contrário do que gostamos de supor, não é uma fortaleza que guarda tesouros. É antes um rio, cuja água é o esquecimento. Sem ele, o rio transbordaria e afogaria a vida. Recordar tudo seria enlouquecer”.

Eduardo Augusto

Página 3

Editorial

Metáforas dominicais

O Brasil (metaforicamente falando) está em guerra. E são muitas as frentes de batalha. No entanto, nem todas as unidades de suas Forças Armadas lutam pelo mesmo ideal. Há regimentos de segurança engajados no combate às desigualdades e à destruição do meio ambiente, entre outras nobres causas sociais, assim como existem, em sentido contrário, as companhias corrompidas, de variados modos, pela criminalidade. Em meio a explosões, tiros, gritos e gemidos, um país trabalha e estuda a duras penas. Reza e diverte-se, fazendo o possível para ser feliz. Cumpre, portanto, com seus deveres e reivindica apenas o que lhe é de direito — tem ojeriza ao que não lhe pertence. Ao lado deste, uma nação de poucos ricos, nem sempre íntegros, sinceros, desinteressados, haja vista canalizarem seus valores e suas energias na ampliação de suas riquezas. No centro desses universos, um país concentra-se em descobrir mecanismos para burlar as leis, apropriar-se do patrimônio alheio, mesmo que, para isso, tenha que sacrificar quem não quer nem pode perder o que conquistou a custo de muito sono e suor. Um país sem lei, sem moral, sem esperança, no qual o dia a dia é um pesadelo tanto para quem está entorpecido pela usura como para quem está atordoadamente acordado. No país do crime, nos combates diários entre companhias rivais, na maioria das vezes, sob o luar, as vidas de muitos jovens ficam pelo caminho do desengano, salpicados de sangue. É uma luta fratricida, violenta, sem trégua e sem quartel. Os esquadrões, porém, como que por um milagre às avessas, renovam-se sempre e estão sempre a adquirir novos e potentes equipamentos, alguns até então de uso privativo das forças oficiais. Reflexo disso tudo, pessoas movimentam-se sob monitoramento diuturno de câmeras inteligentes e de reconhecimento — dentro de casa, dos condomínios ou andando pelas praças, ruas e avenidas. O mesmo acontece nas farmácias, nas padarias, nos supermercados, enfim, em quase todos os lugares. A vigilância, no entanto, recrudescceu também do lado errado, e câmeras bandidas estão sendo detectadas nos postes periféricos. Ao fim e ao cabo, que vençam as forças que lutam por um país íntegro, dos pontos de vista social, político, econômico e ambiental, despoluído não apenas de gases ou substâncias nocivas, mas desintoxicado, também, de esquadrões que matam inocentes a torto e a direito, no âmbito da infantaria e, no que diz respeito ao alto-comando, ataca sem qualquer pudor o erário público, tornando cúmplices personalidades fracas ou ambiciosas.

Artigo

Rui Leitão
iurleitao@hotmail.com

Resistência, guerrilha e a repressão

Durante o regime militar, surgiram organizações que optaram pela luta armada como forma de resistência à Ditadura Militar. Suas ações incluíram assaltos a bancos, destinados principalmente à obtenção de recursos para financiar suas atividades clandestinas, e sequestros de diplomatas e outras figuras públicas, utilizados como instrumento de pressão para exigir a libertação de presos políticos. Entre as organizações que se tornaram mais conhecidas estavam o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e a Aliança Libertadora Nacional (ALN). Essas organizações surgiram na segunda metade da década de 1960, em um dos períodos mais sombrios da resistência à Ditadura Militar brasileira. Ambas tiveram origem em dissidências do Partido Comunista Brasileiro (PCB), embora seguissem trajetórias e formulações políticas próprias. Atuavam na clandestinidade e tinham como perspectiva não apenas derrubar a Ditadura, mas também promover profundas transformações políticas, econômicas e sociais nos países. Em 1966, um grupo de militantes do PCB — formado majoritariamente por estudantes — afastou-se do partido em razão das divergências em torno da estratégia de enfrentamento à Ditadura. Enquanto a direção do PCB defendia uma política que privilegiava a atuação política e a construção de uma frente ampla pela redemocratização, os dissidentes passaram a defender a luta armada como caminho para combater o regime. Tal grupo ficou conhecido, inicialmente, como “Dissidência da Guanabara”, ou “DI-GB”. Após a morte de Ernesto Che Guevara, capturado e executado na Bolívia em 9 de outubro de 1967, a organização passou a utilizar a denominação MR-8, em referência ao dia anterior, 8 de outubro, data da captura do guerrilheiro argentino-cubano. A escolha do nome também expressava a influência que a Revolução Cubana exercia sobre setores da esquerda revolucionária latino-americana. A Aliança Libertadora Nacional (ALN) surgiu em 1967, sob a liderança de Carlos Marighella, depois de seu rompimento com o PCB. Tornou-se uma das principais organizações da esquerda armada brasileira e conseguiu reunir um número expressivo de militantes. Marighella formulou parte importante da estratégia da

organização e escreveu o *Mini-Manual do Guerrilheiro Urbano*, texto que apresentava orientações para a atuação clandestina e a prática da guerrilha urbana, incluindo ações violentas como parte da estratégia revolucionária. A luta armada brasileira recebeu influência de experiências revolucionárias ocorridas em outros países, especialmente da Revolução Cubana e, em diferentes graus, da Revolução Chinesa. Essas experiências contribuíram para a formulação das estratégias adotadas pelas organizações clandestinas, que acreditavam ser possível criar, no Brasil, condições para uma insurreição popular capaz de derrubar a Ditadura e produzir uma transformação revolucionária da sociedade. Conhecer a história da luta armada, portanto, não significa fazer apologia nem justificar seus métodos. Significa compreender as razões que levaram parte da oposição à Ditadura a optar pela clandestinidade e pela violência, assim como compreender a dimensão da repressão que se abateu sobre esses grupos. Só assim será possível preservar a memória daquele período e evitar que as experiências dos anos de chumbo sejam distorcidas ou esquecidas.

“Em 1966, um grupo de militantes do PCB afastou-se do partido em razão das divergências em torno da estratégia de enfrentamento à Ditadura

Foto

Legenda

Julio Cesar Peres



Atenta costura com luz e fogo

Gonzaga Rodrigues

gonzagarodrigues33@gmail.com | Colaborador

O parque das madeiras brasileiras

As ruas desta cidade já foram mais curtas quando andávamos a pé. O desembargador Osias Gomes, advogado dos mais solicitados, secretário de Estado, não via enfado em lombar a pé de sua casa, um daqueles chalés de quatro águas no alto da Almirante Barroso, até ao tribunal ou ao antigo convento dos jesuítas, quando secretário do Interior e Justiça. O automóvel era para o alto comércio, a elite industrial do açúcar e das exportações de sisal e algodão. Nós nos queixávamos do atraso da cidade com o transporte coletivo limitado ao bonde, a área urbana começando a crescer com a pavimentação da Epitácio. Vem Pedro Gondim e recobre de paralelepípedos as ruas centrais. E preparando as ruas para o futuro, que é o trânsito de hoje, arranca os trilhos da cidade que se foi com eles. E haja asfalto a deixar lisinhas, bem aplainadas as vias do automóvel, enquanto a calçada reservada por lei universal ao homem é um desastre. Testemunha ansiosa por tudo isso, pago hoje o meu preço, contando os passos, medroso a cada um deles, já não ousando pisar no asfalto. E tudo ficou muito mais distante... muito longe. Ir à farmácia da esquina, a duas ou três casas, uma temeridade. A cidade dos meus afetos, das minhas ansiedades e dos meus pequenos êxitos parece ter-se ido com os trilhos que Pedro Gondim, em nome do progresso, jogou fora. Tentando fugir da nostalgia, corro à estante a me botar por outros mundos. Caem os olhos num *best-seller* americano, que abro ao acaso e não passo das três primeiras páginas. Já não se escreve mais como Faulkner, Hemingway, Steinbeck: o mundo do sonho, o mundo literário também mudou. E puxo um livro que se destacava do alinhamento: *Parque das madeiras brasileiras*, editado pela Cimepar dos portugueses, benditos portugueses ainda seduzidos pelo pau de tinta que deu nome ao nosso país. Há pouco mais de 20 anos, revisitando a reserva florestal que cercava a capela e a casa grande das antigas terras da fábrica de cimen-

to, bem depois Cimepar, surpreendeu-me um recorte novo da mata, aberta em alamedas com plantio destinado às espécies genuinamente brasileiras, identificadas pelo nome popular e o científico. Até ali, haviam plantado mais de 60 espécies de um projeto que chegaria às 100. “Muitas outras espécies, com certeza, merecem presença neste parque, contudo, o pequeno espaço e o caráter simbólico do plantio, impossibilitaram sua seleção” — ressalta a apresentação assinada por Degmar Peixoto Diniz, gerente do Centro de Produção. Era iniciativa da velha fábrica de cimento, que, tantas vezes, noticiei e reclamei como poluidora da Ilha do Bispo. Saí por dentro e corri até a fábrica a dar alvíssaras a quem respondesse pela obra. Ganho uma entrevista e um álbum ilustrado com as 100 espécies, a partir da *Caesalpinia* que nos batiza. Sem mais fôlego nem pernas para essas aventuras e ver como prospera a iniciativa que tanto me surpreendera, tenho a notícia de que a reserva, adquirida por um grupo de empresários da construção civil, vai ser ocupada por condomínios residenciais com área comercial e uma parte voltada para o espaço ambiental. Seria a parte pertencente ao parque? Quem garante?

SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

EMPRESA PARAIBANA DE COMUNICAÇÃO S.A.



Naná Garcez de Castro Dória
DIRETORA – PRESIDENTE

William Costa
DIRETOR DE MÍDIA IMPRESSA

Amanda Mendes Lacerda
DIRETORA ADMINISTRATIVA,
FINANCEIRA E DE PESSOAS

Rui Leitão
DIRETOR DE RÁDIO E TV

A UNIÃO
Uma publicação da EPC
Av. Chesf, nº 451 — CEP 58.082-010 — Distrito Industrial — João Pessoa (PB)

Gisa Velga
GERENTE – EXECUTIVA DE MÍDIA IMPRESSA

Renata Ferreira
GERENTE OPERACIONAL DE REPORTAGEM

PABX: (83) 3218-6500
E-mail: circulacao@epc.pb.gov.br (assinaturas)
ASSINATURAS IMPRESSAS: **anual R\$ 404,25 / semestral R\$ 202,12 / número atrasado R\$ 4**
CONTATO: **redacao@epc.pb.gov.br / ouvidoria@epc.pb.gov.br**

CAMPINA E REGIÃO

Projeto da UEPB divulga os direitos das mulheres

Esperança Garcia leva conhecimento jurídico sobre a violência doméstica

Maria Beatriz Oliveira
Obeatriz394@gmail.com

O projeto de extensão Esperança Garcia — vinculado ao curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas (CCJ) da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) — tem como objetivo levar conhecimento jurídico sobre a legislação vigente que protege as mulheres contra a violência doméstica, no ambiente de trabalho, nas escolas, nos espaços públicos e nos meios digitais. A iniciativa também busca promover a equidade de gênero nos diferentes espaços da sociedade civil.

Coordenado pela professora Nadine Agra, o projeto reúne 20 discentes extensionistas da UEPB e desenvolve ações em escolas públicas de Campina Grande e região, além de promover encontros com líderes sindicais e organizações sociais.

Segundo a docente, as atividades são adaptadas de acordo com o perfil de cada público. Quando os encontros são destinados a professores e sindicalistas, por exemplo, são utilizados termos e conceitos mais técnicos e jurídicos. Já nas ações voltadas para agricultoras, jovens



Foto: Arquivo pessoal/Maria Clara

Projeto reúne discentes extensionistas da UEPB e desenvolve ações em escolas públicas

e adolescentes, a linguagem jurídica é simplificada, facilitando a compreensão e aproximando o conteúdo da realidade das participantes.

O projeto, cujo título oficial é “Por um direito polifônico: conhecimento da proteção jurídica de meninas e mulheres por uma cultura de paz e equidade de gênero”, tornou-se conhecido como “Esperança Garcia” em homenagem à mulher que, atualmente, é reconhecida como a primeira advogada do Brasil.

Segundo a professora Nadine Agra, a escolha do nome ocorreu pela representati-

vidade de Esperança Garcia, uma mulher negra que viveu escravizada no Piauí, em uma fazenda pertencente aos jesuítas. Na época, os religiosos alfabetizavam as pessoas escravizadas que viviam na propriedade. Com a chegada do Marquês de Pombal à região e a expulsão dos jesuítas, porém, Esperança foi separada do companheiro e dos filhos e enviada para viver com novos senhores.

Afastada da família e submetida a uma situação de extrema opressão, Esperança decidiu escrever uma carta ao então governador da

província para reivindicar seus direitos. “Essa carta foi tão bem escrita e bem fundamentada, que é considerada como uma petição, ou seja, um instrumento jurídico. Então a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) concedeu a Esperança Garcia o título de primeira mulher advogada, não que ela tenha sido formada em Direito, mas pela representatividade que ela carrega, de ser uma mulher negra, escravizada, mas que, por ser alfabetizada, pôde escrever um documento reivindicando seus direitos”, detalhou a professora.

Temática é debatida na rede pública de ensino

O projeto de extensão foi criado após a professora Nadine Agra atuar na formação sindical de dirigentes de múltiplas regiões do Brasil, com a participação de mais de 200 mulheres. A partir dessa experiência e dos relatos compartilhados pelas participantes, a docente percebeu que discutir as condições de trabalho dos homens é diferente de abordar a realidade enfrentada pelas mulheres no ambiente laboral.

“As mulheres ainda têm salários diferenciados e ascendem menos aos cargos de gestão. Até nas atividades que são vistas como dominadas majoritariamente pelo público feminino, como a área da saúde e da docência básica, quando o homem chega nessas searas, ele avança mais do que as mulheres. Mas o fator principal são as discriminações e o assédio no ambiente de trabalho. Por isso ofereci esse projeto, para trabalhar especificamente o direito das mulheres e levar conhecimento para a sociedade sobre a legislação e a forma de sociedade patriarcal e machista em que nos estruturamos”, frisou Nadine.

De acordo com a coordenadora do projeto Esperança Garcia, atualmente uma das principais frentes de atuação da extensão é desenvolvida junto a professores da rede pública de ensino. Ela explica que, após o Conselho Estadual de Educação da Paraíba (CEE-PB) estabelecer a norma nº 108/2026, que determina que a prevenção e o enfrentamento da violência contra as mulheres e da violência doméstica e familiar sejam trabalhados de forma transversal e multidisciplinar nas escolas, gestores e

diretores passaram a buscar o projeto Esperança Garcia para garantir que essas informações sejam apresentadas aos alunos de maneira adequada.

“Este ano temos trabalhado muito nas escolas devido à resolução do CEE-PB. Estamos desenvolvendo um projeto-piloto no município de Soledade, junto com a Secretaria de Educação. Estamos atendendo 70 professores da rede municipal de educação, primeiro com um momento de escuta e diagnóstico dos relatos, tanto das situações de violência contra meninas nas escolas como exposição em redes sociais, situações de violência que os alunos presenciavam em casa e acabam naturalizando e reproduzindo, além do sério problema da violência também contra as professoras”, explicou Nadine Agra.

Após ouvir as demandas e identificar as questões mais urgentes em cada escola de Soledade, a coordenadora explica que serão realizados três momentos de formação com os docentes: um ainda em setembro, outro em outubro e o último em novembro. Os encontros terão como objetivo orientar os professores para que possam compreender a temática e planejar como ela será trabalhada em sala de aula durante o ano letivo de 2027.

“O professor de Biologia precisa abordar a questão de uma forma, o de Português de outra, e o de História, de outra, desde que os termos se encontrem e que seja algo trabalhado em sala de aula o ano todo. Não pode ser apenas uma semana, uma campanha de Agosto Lilás ou um dia 8

de março, o Dia Internacional das Mulheres”, pontuou.

Importância da extensão

Por fim, Nadine destaca que é fundamental o envolvimento de diferentes setores da sociedade na discussão e na busca por soluções para o enfrentamento da violência e das desigualdades de gênero. Para ela, a universidade ocupa um papel importante nesse processo, especialmente pelo dever de manter uma relação direta com as comunidades onde está inserida.

“Principalmente a Universidade Estadual da Paraíba [UEPB] é uma instituição que precisa estar encravada no território e tem que conhecer a realidade. Acima de tudo, é preciso levar o conhecimento não de cima para baixo, mas da forma que a sociedade está precisando. Produzimos conhecimento e pesquisas aqui, e levar isso na forma de educação popular é uma das funções primordiais da universidade”, afirmou a coordenadora do Esperança Garcia.

Apesar de ser importante para promover e oportunizar a educação na comunidade onde está inserido, projetos como o coordenado pela professora Nadine também são essenciais para a formação dos futuros profissionais e pesquisadores egressos da universidade.

Maria Clara Lopes é bolsista da extensão Esperança Garcia e conta que a experiência na iniciativa deu-lhe a oportunidade de compreender melhor o caminho real que o sistema jurídico percorre na assistência a mulheres vítimas das mais variadas formas de violência.

Além disso, a graduanda em Direito explica que aprendeu também a ter uma escuta mais ativa a partir das ações desenvolvidas na extensão. “Estar como bolsista me proporciona um contato direto e muito rico com a área que eu quero seguir futuramente, além de me proporcionar o relacionamento com a própria comunidade. Essa prática faz com que os dados deixem de ser apenas números ou estatísticas e passem a ter rostos, histórias e nomes reais. As histórias são contadas diretamente a mim, e certas violências me são confiadas. Isso é uma coisa que eu venho acolhendo, escutando e entendendo quais pontos a sociedade falha e ainda negligencia”, afirmou Maria Clara.



Foto: Julio Cesar Peres

As mulheres ainda têm salários diferenciados e ascendem menos aos cargos de gestão

Nadine Agra

Eduardo Augusto

eduardomelosocial@gmail.com

Cartas para o grande esquecimento

Há um silêncio que mora nas coisas velhas. Um silêncio que não é ausência de som, mas uma presença densa, feita de poeira e de tempo. Foi esse silêncio que procurei, sem saber, ao me deparar com a obra de José Rufino. O artista paraibano, com seus garranchos e papéis amarelados, suas madeiras carcomidas e anotações de um cartório fantasma, me colocou diante de uma questão antiga como a humanidade e nova como cada amanhecer: o que escolhemos esquecer?

Suas instalações parecem cartas que o passado escreveu para o futuro, mas que se extraviaram no percurso. Caminhar por entre elas é como entrar em um arquivo que respira. As gavetas, os envelopes, os manuscritos que Rufino reúne não são apenas matéria; são testemunhas de vidas que já foram. Ali, a memória não se apresenta como um álbum de fotografias em ordem cronológica, mas como um canteiro de obras onde o esquecimento trabalha incansavelmente, demolindo e reconstruindo.

Penso que a memória, ao contrário do que gostamos de supor, não é uma fortaleza que guarda tesouros. É antes um rio, cuja água é o esquecimento. Sem ele, o rio transbordaria e afogaria a própria vida. Recordar tudo seria enlouquecer, pois o passado é um peso que nenhum ombro suporta. Por isso esquecemos. Esquecemos para continuar. Esquecemos para que o presente não seja um mero eco do que já passou.

Mas há algo de violento no esquecimento. Ele apaga rostos, silencia vozes, torna cinzas o que era colorido. E é nesse ponto que a obra de Rufino se torna um

ato de resistência. Seus trabalhos não são apenas um resgate do que foi esquecido; são uma denúncia do gesto mesmo de esquecer. Ao transformar documentos velhos, cartas de amor desfeitas, registros de propriedades que já não existem, em arte, ele nos pergunta: quem se beneficia com o esquecimento?

Há uma dimensão política no trabalho de Rufino que não pode ser ignorada. Ao usar como matéria-prima os arquivos do antigo engenho de cana-de-açúcar de sua família, no interior

da Paraíba, ele nos confronta com uma memória que é, ao mesmo tempo, íntima e coletiva. Aqueles papéis carcomidos falam de escravidão, de terra, de poder, de vidas que foram registradas apenas como números. E nos perguntamos: o que fizemos com essas vidas? O que fizemos com essas histórias? Esquecemos, claro. Esquecemos como se esquecêsemos de um sonho ruim ao acordar.

Mas o artista não nos deixa esquecer. Ele insiste em nos mostrar que o passado não é um país estrangeiro; é uma casa vizinha. E que seus fantasmas nos visitam, quer queiramos, quer não. As obras de Rufino são como lápides, mas lápides que se recusam a ser apenas pedra. Elas respiram, se movem, nos observam. São memórias que se tornaram carne, que se tornaram madeira e tinta, que se tornaram silêncio — mas um silêncio que fala.

Talvez a grande lição de José Rufino seja esta: a memória e o esquecimento não são inimigos. São amantes em uma dança eterna. Um não existe sem o outro. O que chamamos de memória é, na verdade, um esquecimento seletivo, uma escolha constante do que guardar e do que abandonar. E essa escolha, meus amigos, é tudo, menos inocente.

Ao final, saio da exposição com uma estranha sensação de débito. Devo algo aos que vieram antes de mim, aos que foram esquecidos, aos que tiveram seus nomes apagados dos arquivos. Devo, no mínimo, o gesto de olhar. Devo, no mínimo, o esforço de lembrar que o esquecimento existe, que é ativo, que é uma força. E que, diante dele, restam-nos esses pequenos atos de resistência: escrever uma carta, plantar uma árvore, olhar para uma obra de arte e, por um instante, lembrar.

Talvez seja isso o que Rufino nos oferece: não a memória em si, mas a possibilidade de lembrar que esquecemos. E nesse gesto já há uma esperança. Pois, onde há consciência do esquecimento, há também a chance de um novo começo.



Fred Coutinho

Presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba

“Havendo a força unida dos poderes, combate-se qualquer crime, até o organizado”

Em entrevista, desembargador reiterou sua crença na Justiça, os desafios da gestão e os avanços conquistados pelo TJPB

Bárbara Wanderley
babiwanderley@gmail.com

O desembargador Frederico Martinho da Nóbrega Coutinho, ou simplesmente Fred Coutinho, como é mais conhecido, assumiu em fevereiro do ano passado a presidência do Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB) para o biênio 2025–2026.

Natural de João Pessoa, Fred concluiu o curso de Direito pela Universidade Federal da Paraíba em 1991 e tem uma longa trajetória no serviço público jurídico. Antes de ser empossado desembargador do TJPB, em 2009, passou 15 anos no Ministério Público da Paraíba (MPPB), onde atuou como promotor de Justiça em diversas comarcas do interior e da Região Metropolitana.

Em entrevista exclusiva para o jornal A União, Fred reiterou sua crença na Justiça e nas instituições, destacando que as falhas decorrem da ação do ser humano e que a missão de julgar é sublime, mas não é fácil.

Entrevista

■ Qual é o seu maior desafio na presidência do TJPB?

O desafio foi logo no começo da gestão, quando assumi após o falecimento do meu pai, com 12 dias de falecido. Mas o desafio como gestão é a aproximação do Judiciário com a sociedade. Por exemplo, nós trouxemos estudantes aqui, há poucos dias, abrindo as portas para conhecerem nossa história. E foi um dia muito marcante, muito social.

■ Existe hoje uma descrença da sociedade nas instituições, especialmente na Justiça. Por que o senhor acha que isso acontece?

Eu vejo diferente. Eu vejo que os poderes são harmônicos, independentes entre si. E os poderes são constituídos de homens. Então o poder, para mim, é infalível. Agora, quem integra os poderes são os homens, que são falíveis. E hoje, um julgador, quando prolata uma sentença, um acórdão, ele já desagrada muita gente. Hoje o mundo é instantâneo. Não é como no passado, que a gente ia ler notícias de ontem. O fato acontece agora, mas já está o mundo todo sabendo. Eu acredito muito nas instituições. E as instituições devem ser preservadas e respeitadas. Os homens passam, as instituições permanecem.

■ É muito comum a gente ouvir, por exemplo, quando alguém comete um crime, que “não vai dar em nada”. O senhor acha que é possível reverter essa descrença? Seria talvez uma questão de educação, de as pessoas entenderem melhor o papel de cada um dos três poderes?

Também. Nós fazemos muita legislação dependendo do fato do momento, mas, se você encarar a nossa realidade hoje, é inconcebível, na minha ótica, com todo o respeito, nós estarmos ainda com legislações, a título de exemplo, de um Código Penal de 1940 e um Código de Processo Penal de 1941. Então, por si só, isso já falha. Com o avançar dos tempos, já começa aquele código a ser ramificado, com letras, alíneas, quando deviam ser feitas novas legislações, condizendo com a

época. As mudanças dos códigos, na minha visão, alterariam muito essa distância [entre o judiciário e a sociedade]. Porque a distância é muito fácil hoje. Qualquer fato acontece e a gente leva uma tese de que só tem justiça se for preso, não é assim? E isso não é o que está na legislação. Uma lesão corporal leve, para a gente entender... Um cidadão agride outro numa praça pública. Ambos entram numa delegacia e, se preencherem os requisitos, assinam aquele termo de compromisso e ambos saem pela mesma porta. Aquele que foi agredido entende isso? Não. Aí diz logo que aqui não tem justiça. Mas tem a justiça que vem sendo aplicada de acordo com a legislação momentânea.

■ Isso remete à audiência de custódia, que também rende muitas críticas de que “todo mundo é solto”.

Não é bem assim, de audiência de custódia ser uma porta da liberdade. A audiência de custódia é aquele primeiro momento do contato da parte acusada, infratora, com o magistrado. E ali, se preencher os requisitos legais, não tem que estar preso, tem que responder o processo de acordo com a Constituição e com a legislação. Mas na nossa mente é que tudo tem que estar na cadeia, tem que estar preso. Então, a custódia não é essa imagem que a sociedade

“
Na verdade, qual o papel do juiz? É aplicar a lei. Só que a legislação não é feita pelo Judiciário. Cada poder com suas atribuições

fez, de que passou pela custódia é liberado; nem sempre é. E eu creio que, em porcentagem, talvez fica mais preso do que solto.

■ E a legislação já é papel de outro poder, porque o judiciário está aplicando a lei, não está inventando nada.

Na verdade, qual o papel do juiz? É aplicar a lei. Só que a legislação não é feita pelo Judiciário. Cada poder com suas atribuições, e aquela atribuição ali é do Legislativo. A legislação é feita pelos deputados, pelo Congresso Nacional, e eu digo muito que um dos momentos mais importantes da cidadania é quando a gente aperta aquelas teclas e ouve aquele barulhinho da máquina, da urna eletrônica. Ali, no momento em que a gente está votando, a gente está dando uma procuração a um representante nosso que vai, justamente, se for o caso de um deputado, de um senador, participar do Congresso Nacional ou da Assembleia Legislativa ou da Câmara Municipal e elaborar a lei. Essas pessoas são os nossos representantes. Eles, sim, é que ditarão as normas do nosso país.

■ Uma coisa que tem sido bastante discutida ultimamente é a questão de certos privilégios do Judiciário, especialmente a aposentadoria compulsória como punição para juízes. Aposentadoria compulsória é punição para alguém?

Na minha visão, isso é uma questão interessantíssima, porque a gente primeiro teria que entender as punições. A nossa lei, a Loman [Lei Orgânica da Magistratura Nacional], prevê a aposentadoria compulsória, sim, e, na minha visão, é para proteger o próprio cargo. Então vamos entender o que é que eu estou dizendo. Eu não estou defendendo privilégio, eu estou defendendo aqui função, cargo, proteção. Porque o juiz tem que trabalhar de forma independente, tem que ter toda a segurança possível. E, veja só: pelos dados que eu peguei na imprensa, são mais de 20 mil juízes, e nós temos 123 casos no país. Ou seja, representa quase o nada. Mas um só contamina

todos, não é isso? O que é bom não se denuncia, o que é ruim se espetaculariza. Mas, no momento em que o tribunal reconheceu e aplicou aquela punição, não parou ali, não. Aquele julgamento é desdobrado para que, se aquele fato foi um ilícito penal, vai para ser processado criminalmente; se foi um ilícito administrativo, vai para improbidade administrativa, e aí, sim, viria a perda da função com o devido processo legal. Todavia, o STF [Supremo Tribunal Federal], recentemente, através de decisão, entendeu que, se for reconhecida a aposentadoria compulsória, se remeta ao CNJ [Conselho Nacional de Justiça] e depois ao próprio STF através da AGU [Advocacia-Geral da União], para que se faça o devido processo legal. E aí, sim, com contraditório, comprovou, ele é demitido. Isso é uma sequência de atos. Agora, o que se vende na imprensa e a sociedade entende é que é um privilégio. Errou e está recebendo: não é punição; isso é um privilégio. Mas o pós existe, e aí pode haver a perda da função. Passa-se a ideia de que é um benefício para aquele que, em tese, violou os seus deveres, ou seja, transgrediu, cometeu algo ilícito, que afronta a sociedade, que o juiz não deve cometer ilícito. É uma missão sublime julgar, e não é fácil. A pessoa dorme imaginando como solucionar certos casos. São casos difíceis, principalmente, quando envolve família, criança, adolescente em conflito com os adultos.

■ Atualmente no Brasil existe uma grande preocupação com o crime organizado. Como a Justiça pode contribuir nesse combate?

Tudo hoje é facção, crime organizado. E o nome diz “crime organizado” como se o Estado fosse desorganizado. Na minha visão, havendo a força unida do Estado, dos poderes, das instituições, combate-se qualquer crime, até o organizado. Dizer que é fácil, não é, mas defendo a participação do Judiciário, do Executivo, do Legislativo, do Ministério Público, da Defensoria, da OAB [Ordem dos Advogados do Brasil] e da sociedade, principalmente, para que tenhamos uma vida tranquila. Porque a sensação que se tem hoje é de um crescimento enorme do crime organizado, colocando medo no cidadão de bem. As instituições têm que estar unidas para combatermos e debelarmos esse crime organizado.

■ Comecei perguntando qual tinha sido seu maior desafio e vou encerrar perguntando qual foi a sua maior conquista na presidência do TJPB.

Eu sempre boto na minha cabeça que todo dia é meu primeiro dia de trabalho. Porque a gente se rejuvenesce, a gente não fica naquela mesmice, a gente busca algo mais. Como presidente do Tribunal de Justiça, eu só tenho a agradecer todo apoio dado pela magistratura, desembargadores, juízes, servi-

dores e servidoras. Esse apoio fez com que a gente avançasse muito em diversos projetos. Aí está o PCCR [Plano de Cargos, Carreira e Remuneração], conquista do servidor. Aí está o Pinav [Plano de Incentivo à Aposentadoria Voluntária], conquista do servidor também. Nós tivemos conquistas enormes em reformas, estamos construindo a usina fotovoltaica para o Judiciário, que vai ser vai ser em Princesa Isabel; eu creio que a gente inaugura até novembro. Estamos registrando escritura de todo o mobiliário do Judiciário, organização administrativa também, regimento interno sendo feito, portal novo. A gente teve o Selo Prata ano passado [do Prêmio CNJ de Qualidade], a gente está tentando o Selo Ouro e, pela primeira vez na história do Judiciário paraibano, atingimos o selo de transparência após a análise de mais de 83 itens pelo CNJ. Ou seja, 100% da transparência. Então a aproximação com a sociedade, com o Gestão em Movimento, em que, pela primeira vez na história do Tribunal de Justiça nós saímos do tribunal e fomos fazer sessões do Tribunal Pleno e do órgão especial em Campina Grande, Sousa, Patos, Guarabira e terminaremos em Cajazeiras. São tantos feitos que eu só tenho a agradecer a Deus por estar hoje, aqui, representando o Judiciário — isso foi uma dádiva divina — e, acima de tudo, pelo apoio que recebi de toda a magistratura paraibana e de todo o Poder Judiciário paraibano. Demos também dois aumentos aos servidores, os maiores do país nos dois anos seguidos, em percentual. Isso é gratificante. Investimento na informática, na inteligência artificial, criamos diversas inteligências artificiais aqui no Tribunal de Justiça para facilitar a vida do juiz, do servidor. Estamos trabalhando agora na automação. Então a gente está tentando deixar uma semente plantada para o futuro. E cada gestor vai deixar a sua marca, porque aqui não se faz tudo. Ninguém consegue fazer tudo, que é impossível. Mas cada um construindo um tijolinho aqui, colocando um tijolinho lá, o Judiciário vai crescer.

“
São tantos feitos que eu só tenho a agradecer a Deus por estar hoje, aqui, representando o Judiciário

REDE SOLIDÁRIA

Iniciativa acolhe mães enlutadas

Fundado em Patos, há 16 anos, movimento já prestou apoio a mais de 600 mulheres que perderam filhos

Mirvan Lúcio
mirvanlucio.jornalista@gmail.com

“Você não quer deixar o filhinho ir para o pai?” — essas foram as últimas palavras que a odontopediatra Márcia Mota ouviu do seu filho, Igor, aos três anos de idade. Depois disso, ele atravessou a rua, no infantil impulso de correr, e foi atingido por um carro, vindo a falecer horas depois. O acidente aconteceu em Patos, em abril de 1992. Márcia e seu esposo, José Mota Victor, iniciavam ali uma trajetória de luto e dor que, posteriormente, transformariam-se em força e solidariedade.

Muitas outras mulheres compartilham um sentimento em comum: o luto de viver o que é considerada a ordem inversa da vida — mães “devolverem seus filhos a Deus”. O verbo “devolver” é usado pelas integrantes do grupo Mães de Pietá para expressar o sentimento de pesar por não terem mais seus filhos. O movimento, nascido em Pa-

Engajadas
Grupo nasceu com sete integrantes e o objetivo de oferecer amparo por meio da espiritualidade; hoje, cerca de 150 mães participam de suas atividades

Coletivo devolve significado para a vida das participantes, diz psicóloga

O luto vivenciado pelas mães diante da morte dos filhos é uma experiência particular. Porque, culturalmente, o que é entendido como a ordem natural da vida é que o filho sobreviva para além dos pais. Quem explica é a psicóloga Larissa Suárez, que faz o acompanhamento das Mães de Pietá. “Quando há essa ruptura, essa estagnação de experiência, são atingidos muito mais que sentimentos. São atingidos projetos, experiências e a própria identidade materna”. “A gente costuma dizer que quem perde uma mãe fica órfão e quem perde um esposo fica viúvo. Mas e quem perde um filho? É uma dor sem nome, porque a mulher não deixa de ser mãe”, contextualiza a psicóloga, que descreve o luto como uma experiência singular e dinâmica, que pode apresentar avanços significativos com o tempo, assim como recuos existenciais. Segundo Larissa, é possível trabalhar com as mães o direcionamento para reorganizar a vida na ausência da pessoa amada,



A odontopediatra Márcia Mota criou o Mães de Pietá após testemunhar a um padre sobre a dor de viver sem o filho, Igor, que foi vítima de um atropelamento em 1992

tos, acolhe, apoia e busca ressignificar os corações maternos enlutados. O grupo de apoio surgiu em 2010, em uma conversa entre Márcia e o padre Elias Ramalho, da Paróquia de Santo Antônio. Enquanto ela dava o testemunho de sua história ao líder espiritual, ambos perceberam que muitas outras mães, naquele mesmo período, viviam o mesmo drama. A ideia inicial era levar palavras de conforto, promover uma escuta atenciosa e prestar solidariedade por meio da espiritualidade, mas essa forma de apoio culminaria na criação de fortes víncu-

los emocionais e de amizade. A princípio, eram sete mães que se fortaleceram entre si para iniciar o trabalho de acolhimento. “Naquele mesmo ano, visitamos a primeira mãezinha que tinha devolvido seu filho. E, a partir dali, o grupo foi crescendo. Era como se o Espírito Santo fosse nos conduzindo”, relembra Márcia, ao mesmo tempo em que reflete sobre o que realmente significa esse crescimento. “Digo que, infelizmente, o grupo está crescendo. Na verdade, eu queria que ele crescesse em sabedoria, graça, resignação e fé, mas não em números,

porque isso representa a dor de mais mulheres”. Família Em 16 anos de trajetória, mais de 600 mães já foram visitadas pelo grupo. Hoje, cerca de 150 são atuantes na causa. Uma delas é Juliana Gadelha. Em 2015, a servidora pública viveu o momento mais difícil da sua vida: a devolução da vida da filha, Sofia, de apenas seis anos, repercutiu em toda a Paraíba. A criança caiu no fosso do elevador do prédio onde morava, no bairro Brasília, em Patos, enquanto brincava no sexto andar. Em meio a um

turbilhão de sentimentos, as Mães de Pietá foram o alento para Juliana. “Uma pessoa chega para você e diz: ‘Nossa, eu imagino o que você está sentindo’. Mas elas não imaginam. É diferente de você ouvir: ‘Eu sei o que você está sentindo, porque eu já passei por isso’. Esse acolhimento foi primordial para o meu restabelecimento, porque fiquei muito mal, muito mesmo. Até pensar em tirar a minha vida, eu pensei. Hoje nós nos consideramos uma família”, reconhece Juliana. A mesma família acolheu Rosa Pereira, mãe de Yonara — jovem de 31 anos que

faleceu, em 2017, vítima de um acidente de motocicleta. “Ela tinha acabado de falar comigo pelo telefone. Disse que estava com uma angústia muito grande e falou: ‘Estou indo para a sua casa’. Não foi mais do que 15 minutos para ligarem para mim e dizerem o que tinha acontecido. Foi o maior choque da minha vida”, lamenta Rosa. “Quando me vi sozinha, desesperada, em um momento de maior angústia, essas mães vieram até a minha casa para me dar apoio, conforto, carinho, me tirar daquele momento de tristeza. Nunca vou esquecer disso”, enfatiza.

Projeto fomenta arborização urbana e já ganhou destaque internacional

A iniciativa das Mães de Pietá é reconhecida como uma ação pastoral da Igreja, estendendo atividades a Juazeirinho, Malta, Pedra Lavada e João Pessoa. Em novembro de 2024, o movimento ganhou visibilidade internacional, quando o papa Francisco direcionou a intenção das suas orações “por quem perdeu um filho” e o grupo patoense foi escolhido para dar voz a essas famílias. “Quando recebi a ligação [do Vaticano], eu me emocionei, porque o pessoal de Roma encontrou o nosso grupo. Vejo isso como um reforço de Deus ao nosso trabalho, que é de conforto e de oração”, ressaltou Márcia Mota, porta-voz das Mães de Pietá, em uma postagem nas redes sociais do Vaticano. Com o propósito de manter vivas as lembranças dos filhos, as Mães de Pietá lançaram dois livros beneficentes, e desenvolvem, atualmente, em parceria com a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), um projeto de arborização na Alça Sudeste de Patos, onde mais de 160 mudas de espécies nativas já foram plantadas, cada uma

levando o nome de um filho devolvido. “É uma homenagem muito bonita, porque cada planta vai crescer e embelezar aquele local. O espaço vai ficar cheio de árvores, com sombra. As pessoas vão se reunir lá e isso acabará sendo outra forma de acolhimento”, avalia Juliana Gadelha, mãe de Sofia. Os encontros do grupo, os livros e as árvores simbolizam a transformação da dor em sentido, mostrando que, mesmo diante do luto, é possível construir uma atitude e um norte para seguir existindo. “Isso não significa romantizar o sofrimento. Para a psicologia, significa liberdade de vontade, vontade de sentido, sentido de vida. A morte continua sendo uma ruptura profundamente dolorosa. O que podemos reconhecer é exatamente aquilo que essas mulheres fizeram ou fazem com sua experiência”, enfatiza Larissa Suárez. “Depois de terem sido transpassadas, elas se acolhem e passam a dar suporte umas às outras”. Inspiração O nome do grupo é uma referência à Pietá, do escultor italiano Michelangelo, consi-

derada uma das obras mais importantes do movimento renascentista. A escultura retrata a imagem de Nossa Senhora com Jesus Cristo morto, em seus braços, depois da crucificação. Um gesto que remete ao sentido dado pelas mães de Patos sobre a “devolução” dos filhos aos cuidados de Deus.



Quando recebi a ligação [do Vaticano], eu me emocionei. Vejo isso como um reforço de Deus ao nosso trabalho

RUMO À UNIVERSIDADE

Jovens fazem escolhas para o futuro

Perspectivas pessoais, expectativa de familiares e preparação para o Enem podem gerar sobrecarga emocional

Bárbara Nascimento
barbara.oliveira@epc.pb.gov.br

A transição para a vida adulta coloca estudantes do Ensino Médio frente a dilemas sobre vocação, ansiedade, saúde mental e a corrida por uma vaga no Ensino Superior. Para quem está prestes a concluir o terceiro ano, a rotina não é apenas marcada pelo acúmulo de conteúdos. O último ciclo escolar carrega uma bagagem emocional complexa, atravessada por expectativas pessoais, projeções familiares e o temor de um futuro incerto. O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e os vestibulares funcionam como ritos de passagem nos quais jovens enfrentam a travessia para a vida adulta, ponderando seus desejos e necessidades do mundo real.

Para a estudante Ana Bheatriz Barbosa, de 17 anos, aluna da rede pública de ensino integral da Paraíba, o Enem representa o ponto de virada de uma trajetória inteira. “Coloco ali minhas expectativas, meus sonhos e não só os meus, mas também de todos aqueles que me rodeiam: meu pai, mãe, irmãos e primos. Ser vestibulando é um divisor de águas que abre portas para incríveis oportunidades”, relata a estudante, sintetizando a ansiedade vivida por milhares de jovens.

Essa tensão permanente, frequentemente, transforma-se em desgaste invisível. Ao tentar absorver todo o conteúdo e responder às exigências do vestibular, muitos jovens ultrapassam seus limites físicos e psíquicos. Ana lembra ter chegado ao extremo do esgotamento no início do ano letivo ao tentar “abraçar o mundo”, dormindo apenas cinco horas por noite para conciliar as aulas integrais das 7h20 às 17h com os estudos individuais.

“Tive um desgaste mental enorme e não tinha força para fazer nada. Entendi que preciso me dedicar ao Enem, mas também ter vida social, hobby e descanso. Senão você surta. E quando a gente para, vem o sentimento de culpa. Mas o momento de descanso é essencial, pois somos seres com limitações”, pontua Ana.



Professor destaca que a formação pedagógica e o aprendizado dos conteúdos deve caminhar lado a lado com a preparação psicológica dos concluintes

Ansiedade

Em meio à rotina de estudos em busca da aprovação, muitos estudantes acabam sacrificando momentos de lazer e descanso, e afetam a saúde mental

Vocação e perspectivas

O professor de Matemática da rede pública estadual, Raylson Bernardo, destaca que a preparação psicológica deve caminhar lado a lado com a parte pedagógica. Na instituição em que leciona, a orientação é acolher o aluno

ativamente e desmistificar o exame antes da reta final. “A escola possui uma escuta ativa direcionada à preparação psicológica. Recomendamos que realizem a avaliação na 2ª série para perder o medo. Buscamos entender o que o aluno passa e simular aquela situação com treinos direcionados ao Enem, preparando-os inclusive para o pós-prova, com explicações sobre Sisu [Sistema de Seleção Unificada], ProUni [Programa Universidade para Todos] e Fies [Fundo de Financiamento Estudantil]”, explica Raylson. A rotina do pré-vestibulando exige resiliência e a escolha do curso universitário impõe uma reflexão madura sobre identidade e propósito. Se no passado, a pressão familiar ou o prestígio social ditava os caminhos, hoje, os jovens tentam equacionar vocação pessoal, afinidade acadêmica e sustentabilidade financeira.



Sophya Cabral, de 17 anos, estudante do Ensino Técnico em Administração, busca alinhar o gosto pelas ciências exatas com oportunidades palpáveis de carreira. “O que mais pesa é minha afinidade com as matérias, principalmente Matemática. Quero um curso com o qual eu realmente me identifique, mas também penso no futuro profissional e na independência financeira. Acho fundamental entender o que realmente vou estudar no dia a dia do curso, não apenas olhar para

o nome da profissão”, afirma. Já Ana Bheatriz passou por um processo de desconstrução das expectativas de mercado antes de decidir sua carreira. Inicialmente, cogitou Medicina atraída pela remuneração, mas percebeu que a motivação financeira não sustentaria uma escolha distante de suas pretensões. “Vi que o dinheiro não paga o desgaste de uma vida toda. O salário de um médico não pagaria a felicidade que terei atuando na área jurídica. Decidi focar em Direito na Uni-

versidade Estadual da Paraíba”, declara Ana. A busca por um planejamento que contemple a realidade do mercado também é enfatizada em sala de aula pelo professor Raylson. “Procuramos uma abordagem realista. Analisamos o mercado profissional na cidade, no estado e na região, ventilando possibilidades no serviço público, privado e empreendedorismo, para que seja um objetivo realista dentro do projeto de vida do estudante”, pondera o educador.

Perfis diferentes também representam oportunidades distintas

Por trás da rotina de preparação, existe uma disparidade histórica de oportunidades que separa estudantes da rede pública e da rede privada. Embora o exame seja o mesmo, as condições de estudo e a infraestrutura diferem expressivamente. Ana Bheatriz, que já estudou na rede de ensino privada antes de ingressar na rede pública, aponta as barreiras enfrentadas por quem concilia jornadas integrais com a falta de recursos suplementares. “O ensino público não é o mesmo da escola particular. Enquanto nas privadas de grande porte, o terceiro ano funciona quase como um cursinho preparatório exclusivo, na pública muitos

precisam fazer milagres para ter um material aprofundado. É por isso que digo que a meritocracia é um mito. O caminho a ser percorrido não é igualitário”, desabafa. Para além das desigualdades socioeconômicas, as estudantes ressaltam a importância de desconstruir a ideia de que o ingresso imediato na universidade é o único caminho válido para o sucesso. O reconhecimento do empreendedorismo, das formações técnicas e de rotas alternativas ganha espaço no discurso dos jovens. Sophya Cabral enxerga uma eventual reprovação não como um insucesso, mas como uma etapa de maturação. “Se não conse-

guir o resultado de primeira, pretendo continuar estudando enquanto procuro adquirir experiência profissional. Usaria esse período para me preparar melhor, em vez de enxergar o resultado como um fracasso”, afirma. Ana Bheatriz reforça a importância de normalizar diferentes trajetórias. “Nem todo mundo nasceu para o caminho acadêmico tradicional. Alguns têm vocação para o empreendedorismo, comércio ou prestação de serviços. Projetos de vida também podem estar pautados em metas pessoais, e não apenas no diploma”, analisa.

Resultados animadores
Apesar das limitações

históricas e gargalos orçamentários, iniciativas pedagógicas focadas e a dedicação dos educadores têm gerado frutos na rede estadual da Paraíba. O professor Raylson destaca métodos pragmáticos voltados para o perfil exigido pelas bancas examinadoras. “A escola traz aulas e simulados bimestrais. Trabalhamos a classificação dos itens por nível de dificuldade para que o aluno saiba o que resolver primeiro e não prejudique sua nota na teoria de resposta ao item (TRI)”, detalha. Os números refletem o impacto dessa atuação estratégica. Em 2025, a Escola Cidadã Integral Deputado Carlos Pessoa Filho, onde

Raylson leciona, alcançou a nona posição no *ranking* geral da rede estadual no Enem mantendo uma média de aprovação nas edições recentes, de 50% dos seus formandos no Ensino Superior. “Isso demonstra que conseguimos proporcionar uma preparação adequada, mesmo dentro dos limites que a escola pública possui”, pontua o professor. Entre noites de estudo e momentos de pausa, a mensagem que ecoa é de perseverança. Como sintetiza Ana Bheatriz, a busca do estudante da rede pública não é por vantagens, mas por condições justas de disputa. “Desejo a todos os estudantes de escola pública um ensino de

qualidade e o topo nas universidades. Não queremos que os alunos da particular desçam de nível, queremos equidade. Queremos os mesmos direitos para todos construírem seus sonhos”, defende.

■ **Alunos de escolas públicas costumam enfrentar mais dificuldades e desafios do que os que estudam nas particulares**

Fotos: Evandro Pereira

ENGENHARIA SOCIAL

Com IA, abordagem sofisticada golpes

Aliadas aos recursos digitais, técnicas de manipulação são exploradas para a obtenção de valores e dados pessoais

Iris Machado
irmschdo@gmail.com

Foi ao comprar um carro por meio de uma plataforma digital que o vigilante campinense Hermeson Elias dos Santos caiu em um golpe. Em busca de um veículo já quitado, ele se desfez do automóvel antigo e utilizou o dinheiro adquirido na transação para investir em outro, divulgado em João Pessoa. Como tinha família na capital, Hermeson encaminhou o contato do anunciante a um primo, morador da cidade, que verificaria a procedência do anúncio — mas, sem saber, entregou ao golpista a munção necessária para a prática do crime: a própria voz, clonada a partir de um único áudio em um aplicativo de mensagens.

“Ele pegou a foto do perfil do meu primo, montou um outro WhatsApp, com a voz dele já clonada por meio de IA [inteligência artificial], e veio falar comigo: ‘Sou eu. Conversa comigo por esse WhatsApp. Estou em frente a um cartório de um amigo aqui, em João Pessoa’. Ele mandou a foto do cartório e fez um vídeo mostrando o carro e o motor. Foi aí que eu fui caindo no golpe, porque meu primo já foi dizendo: ‘Faz a transferência para ele [o suposto vendedor], enquanto eu dou encaminhamento à transferência do carro para o seu nome. Como um amigo meu é despachante, já mando os seus dados’. Nisso, fiz o Pix”, recorda.

Ao término da aparente vistoria, o suposto primo avisou a Hermeson que enviaria sua localização para que ele encontrasse o veículo na capital. No entanto, assim que chegou a João Pessoa, quem o vigilante acreditava ser uma pessoa próxima sumiu sem mais respostas. “Ele não atendeu, não enviou mais mensagem. Voltei ao número real do meu primo e mandei mensagem. Ele me ligou e disse: ‘Só mandei uma mensagem para o cara, não falei mais nada’. Foi quando a ficha caiu que eu tinha caído num golpe”, revela.

De imediato, Hermeson realizou a contestação das transferências via Pix para as duas contas do golpista,

Panorama

Entre os nove milhões de casos suspeitos e confirmados de golpes no primeiro semestre deste ano, 85% ocorreram por meio do Pix e 40% envolveram engenharia social

ambas ativas em Natal (RN), mas só obteve o reembolso de R\$ 107 de um total de R\$ 20 mil. Abalado, o vigilante só conseguiu registrar a ocorrência junto à polícia no dia seguinte. “Tenho um filho pequenininho, que faz terapia, porque é autista, e fiquei de mãos atadas, sem transporte. Foram 15 anos trabalhando, juntando, abdicando de situações com minha família para conseguir comprar um carro. Quando comprei, fiquei um pouco apertado nas parcelas e fiz isso: devolvi o carro e peguei o dinheiro que já tinha pago para comprar outro, de menor valor, e não ficar devendo. E foi justamente todo esse dinheiro que perdi no golpe”, lamenta Hermeson, que tem recebido doações por meio da chave Pix 015.717.184-19 (Caixa Econômica Federal).

Grupos organizados
O caso de Hermeson é apenas um dos mais de nove milhões de indícios de fraude registrados em território nacional no primeiro semestre de 2026. Esse número, fruto de um levantamento da *datatech* Quod, representa um crescimento de 10,26% em comparação ao segundo semestre de 2025, que contabilizou 8,26 milhões de ocorrências dessa modalidade criminosa. Entre os golpes registrados, 85% ocorreram por meio do Pix, enquanto 40% envolveram o uso de engenharia social.

“Essas quadrilhas são bastante organizadas e estruturadas. Há integrantes que são especializados em clonagem de voz, outros na



Os golpistas conquistam a confiança de seus alvos para conseguir que transfiram dinheiro; no caso de Hermeson, um criminoso fingiu ser seu primo em uma falsa negociação de um carro

manipulação de vídeos e outros na engenharia social — são abordagens psicológicas para convencer as vítimas, que tentam iludi-las emocionalmente na conversa”, informa o delegado Ademir Fernandes, titular da Delegacia de Defraudações e Falsificações (DDF) de João Pessoa. “Também há as pessoas que são responsáveis pela lavagem do dinheiro, as pessoas que o recebem e conseguem diluí-lo em outras contas, por exemplo. E, normalmente, as vítimas só desconfiam quando o pedido envolve valores muito altos ou tem uma urgência extrema. Infelizmente, só percebem o golpe depois da transação”, completa.

Idosos ou indivíduos sem familiaridade com o meio digital, segundo o representante da Polícia Civil da Paraíba (PCPB), estão mais propensos a sofrer essa modalidade de golpe. Mas até as autoridades precisam de uma atualização constante de seus conhecimentos, diante da velocidade e do refinamento de novos artifícios para a prática

de fraudes. “Antes da popularização da IA, predominavam os golpes por *e-mail*, páginas falsas e os telefonemas tradicionais, que tentavam enganar as pessoas. Hoje, a sofisticação aumentou, com o uso de *deepfakes*, que tornam realmente difícil distinguir o falso do verdadeiro. É difícil, mas é possível proteger o cidadão, com educação digital, cooperação internacional e o uso, por parte da população, de ferramentas de verificação”, afirma.

Do contato pessoal a uma simples mensagem de voz via redes sociais, qualquer forma de interação é um canal para um engenheiro social conquistar mais vítimas. Em território nacional, outro fator que facilita ações como essa, de acordo com o professor Raoni Kulesza, do Centro de Informática da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), é a cordialidade do brasileiro. A mesma gentileza que leva uma pessoa a atender ligações de números desconhecidos e responder a mensagens de estranhos



Foto: Hermeson dos Santos/Arquivo pessoal

pode torná-la alvo de criminosos especializados em explorar fragilidades humanas. “Eles conquistam a confiança da pessoa e fazem com que ela mesma transfira o dinheiro, entregue a senha ou instale o programa malicioso. Assaltar alguém exige arma, estar na rua e se expor à prisão em flagrante ou à morte. Aplicar um golpe pelo WhatsApp pode ser feito de outro estado, sem arma, contra dezenas de vítimas por dia, com chance de punição próxima de zero. Hoje, a vigilância do alvo leva 20 minutos e é feita sentado, porque a gente publica tudo voluntariamente na *internet*. O criminoso abre o perfil da vítima e encontra o nome dos filhos, do sócio, da escola, a viagem que a família está fazendo, a foto do carro... Com esse material, ele monta uma abordagem

sob medida”, observa Raoni. Junto à IA, a engenharia social adquire instrumentos que conferem às fraudes um acabamento cada vez mais convincente. Com poucos segundos de áudio de um vídeo postado no Instagram, por exemplo, já é possível clonar a voz de alguém com naturalidade suficiente para enganar um parente ao telefone. Ao apelar para a urgência temporal, a autoridade, o medo ou até a esperança de uma oportunidade irrecusável, os golpistas unem técnicas antigas a recursos tecnológicos sofisticados. “Esses gatilhos atuam na parte emocional do cérebro, que toma decisões antes da parte racional. Quando alguém liga dizendo que o filho sofreu um acidente, o conhecimento técnico da pessoa simplesmente sai de cena”, avalia o especialista.

Justiça tem adaptado legislação para apreciar novos casos

Golpes praticados por meios digitais ou engenharia social representam condutas já previstas no Código Penal brasileiro. O que mudou, como aponta o advogado Henrique Toscano, foi o ambiente em que essas práticas acontecem: enquanto o estelionato tradicional ocorria a partir de falsificações de documentos de papel, o estelionato digital — amparado pelo Artigo 171 — manifestou-se por meio de *links* suspeitos e falsas lojas virtuais. Do ponto de vista criminal, essas ações também podem envolver crimes de furto mediante fraude, associação ou organização criminosa e falsidade ideológica.

“Um exemplo de falsidade

ideológica é o golpe da apropriação dos dados de alguma pessoa, como quando um suposto familiar manda, por meio de um novo número de WhatsApp, uma mensagem para o cidadão. Ele acredita estar falando com um parente seu e, em virtude disso, acaba pagando boletos ou fazendo transferências via Pix para contas que não são verificadas ou até mesmo fornecendo dados pessoais por meio do WhatsApp. Esses dados, futuramente, podem ser utilizados para a aplicação de novos golpes”, detalha.

Embora a Lei Federal nº 14.155/2021 tenha modernizado o tratamento dos crimes digitais, ela ainda não contempla as fraudes geradas por

IA nem *deepfakes*, como lembra o jurista. Para lidar com essas formas de crimes, os tribunais adaptam a legislação já existente à nova realidade digital. “A solução atual que o Judiciário tem encontrado é tentar investigar esses crimes não como atos isolados, porque toda essa estrutura parte, muitas vezes, de organizações que aplicam golpes, utilizando plataformas de apostas, bancos ou *fintechs* irregulares, e conseguem lavar o dinheiro desses golpes ou dar um aspecto de transparência”, acrescenta Henrique, em referência aos achados da Operação Carbono Oculto, da Polícia Federal (PF), deflagrada em agosto para investigar um esquema bilionário liga-

do ao Primeiro Comando da Capital (PCC).

Orientações

Ao perceber que sofreu uma fraude, recomenda-se à vítima denunciar o perfil *on-line* utilizado pelo golpista e preservar as evidências da abordagem. Capturas de tela das conversas, dados bancários e números de telefone usados pelos criminosos contribuem para o registro de um Boletim de Ocorrência (BO) e a investigação policial. Em casos de fraude via Pix, a instituição financeira pode ser responsabilizada quando o golpe decorrer de uma falha no sistema de segurança bancária.

“Se o banco acionado não resolver, isso não tira a ‘obri-

gação’ de [a vítima] registrar o BO e informar ao banco sobre os valores transferidos e sobre o registro da ocorrência. Na dúvida, em situações como essa, procure sempre por um advogado, porque, em que pese haver muitas possibilidades digitais para esse tipo de golpe e de a engenharia de IA voltada para o crime ter avançado bastante, nossa legislação não avançou o suficiente”, aconselha o jurista.

A Federação Brasileira de Bancos (Febraban) também reforça essa orientação. Caso sofra um delito do tipo, o cliente deve notificar imediatamente a instituição financeira para que medidas adicionais de segurança sejam adotadas, a exemplo do blo-

queio do aplicativo e da senha de acesso. Para o ressarcimento, cada banco possui sua própria política de análise e devolução, baseada em avaliações individuais, nas evidências apresentadas pelos usuários e nas informações das transações realizadas.

■ **Recomenda-se que a vítima denuncie o perfil usado na fraude e preserve as evidências, além de registrar um BO**



Informação para viver melhor

O seu momento *saúde chegou*

As suas dúvidas respondidas por quem
transforma informação em cuidado.

Estreia **14/09**



- ◆ Segunda a sexta, 15h
- ◆ Comece essa conversa:
📞 (83) 99109-4857



MÚSICA

Teresa Cristina íntima e pessoal

A sambista lança, pela primeira vez, um álbum só com suas composições, no qual reflete sobre o Brasil e o mundo

Renato Félix
renatofelix.correio@gmail.com

O primeiro disco de Teresa Cristina deveria ter sido com as composições dela. “Me ofereceram a possibilidade de gravar um álbum só com músicas do Paulinho da Viola. Aí, eu falei: ‘Cara, eu vou fazer’”, conta a sambista, em conversa com **A União**. O disco todo autoral ficou esperando sua vez enquanto a cantora se firmou como uma das grandes intérpretes do samba, emprestando sua voz a clássicos de compositores como Cartola e Noel Rosa. Pois, o momento chegou: ela lança, enfim, *Tudo que eu tenho*, seu primeiro álbum todo dedicado às suas composições — em parcerias com, entre outros, Marisa Monte, Xande de Pilares e Moacyr Luz — e dizendo tudo o que ela quer dizer.

“Foi uma espera muito longa e essa coisa de estar debruçada sobre a obra de outros compositores sempre me coloca num lugar assim: ‘Será que o meu disco vai ser bem aceito?’”, reflete a cantora. “Isso acontece indiretamente, assim, na minha cabeça, só que a vontade de lançar o disco, de mostrar as minhas composições, é tão grande que é maior do que esse medo de ‘Ai, será que vai ser bom? Será que não vai?’. Eu acho que a vitória já está em eu ter conseguido fazer, sabe? São muitos anos de espera”.

A música de Paulinho da Viola foi lançado em 2002 e, naquele momento, Teresa Cristina chamava a atenção na cidade do Rio de Janeiro, com suas apresentações junto com o Grupo Semente, em rodas de samba no Bar Semente, na Lapa, desde 1999.

O segundo álbum da carreira já misturava canções de sua autoria com regravações. Mas a carreira foi sendo guiada, meio naturalmente, para o lado intérprete. “Fiquei com essa de ficar pesquisando sobre a obra dos artistas. É uma coisa que me interessa muito”, conta. “Agora eu quero fazer um *show* cantando Cartola, cantando Noel”. Eu gostei disso, de fazer esse catálogo de compositores brasileiros”.

Ao mesmo tempo, lançar um álbum autoral é, para ela, voltar à sua essência. “Porque eu comecei a compor antes de cantar”, relata. “A compositora veio antes. Fui pegando o gosto de cantar porque cantar é muito bom. Por mais que me desafie, porque não sou cantora, nunca fiz aula de canto. Mas eu gosto de cantar, eu me

sinto bem cantando”.

Em certo momento, não mostrar mais suas próprias músicas começou a virar um conflito interno. “Toda vez que eu via uma compositora cantando, eu falava: ‘Meu Deus, eu também sou compositora! Por que é que eu não mostro as minhas músicas?’. Isso ficava conflitando na minha cabeça. E durante muito tempo, tá? Durante muito tempo mesmo”.

Com Pretinho da Serriinha como produtor, Teresa Cristina finalmente colocou suas composições para jogo no novo disco. “Eu acho que ele conseguiu vestir as músicas de um jeito muito digno, as músicas ficaram bem bonitas”, avalia. “E o Pretinho me conhece, conhece o meu trabalho. E eu acho que uma coisa interessante também é que ele não é um produtor só de estúdio, né? O Pretinho é do palco também. Por ele saber tocar muitos instrumentos, conseguiu pegar o instrumento necessário para aquele arranjo”.

A lista de canções inclui tanto obras recentes quanto outras compostas há 15 ou 20 anos. Teresa Cristina combina sua posição de representante do samba clássico com a postura de mulher combativa contemporânea. E isso se reflete no s t e -

mas de suas canções. Há a autoafirmação e o cantar sobre o cantar, elementos sobre os quais o samba sempre versou. “O samba fala muito dele mesmo, né?”, concorda a cantora.

Por outro lado, o disco é resultado de todas as vivências e reflexões de Teresa Cristina sobre os últimos anos do Brasil e do mundo. “Eu sou uma mulher brasileira, eu sou uma mulher negra suburbana”, ressalta. “Então, são os assuntos que eu coloco no álbum: eu falo do meu samba, eu falo da minha religião, eu falo do meu olhar sobre o país. As democracias estão sendo colocadas à prova. A própria natureza está sendo testada também. As pessoas estão apostando, dobrando a aposta”.

A faixa-título é uma das que surgiram após momentos de angústia sobre os problemas sociais e políticos do Brasil. Ela foi feita em 2013. “Eu não sei se você entendeu 2013. Eu não entendi. Até agora”, pondera. “As pessoas foram para a rua reclamando de 20 centavos e acabaram favorecendo um golpe político”.

Para ela, tudo aquilo destampou um bueiro terrível. “Quando é que a gente ia compreender que as pessoas poderiam falar as atrocidades que têm falado e com um sorriso no rosto?”, pergunta. “É, mulher falando que é contra o voto feminino. Pessoas votando em quem quer que elas morram. Fica meio difícil assim, sabe? O Brasil não é fácil de se ler. Eu passei muitas madrugadas em claro, preocupada”.

Por isso, Teresa quis muito que o trabalho refletisse o tempo atual. “A pessoa vai ouvir composições de uma artista que está antenada com o seu tempo, sabe? Por mais que o samba seja um gênero musical que atravessou séculos, precisa falar de agora. Ele precisa se posicionar de alguma forma e é isso que eu tentei fazer com as músicas”.

Quatro discos de
Teresa Cristina

2004



Imagem: Divulgação/Deck Disc

A vida me fez assim é o segundo disco da cantora, ainda com o Grupo Semente, começando a se mostrar como compositora.

2005



Imagem: Divulgação/Deck Disc

O mundo é meu lugar, com o Grupo Semente, foi gravado ao vivo no Teatro Municipal de Niterói e rendeu também um DVD.

2012



Imagem: Divulgação/Deck Disc

Teresa Cristina + Os Outros = Roberto Carlos é o registro em estúdio do show que revisitava os sucessos de Roberto.

2020



Foto: Divulgação/Uns Produções

O disco em que se debruça na obra de Noel Rosa é mais um dedicado a um grande compositor do samba carioca.

Foto: Nana Moraes/Divulgação



Foto: Divulgação/Natura Musical

Teresa Cristina alimentou por muito tempo o desejo de lançar um disco integralmente autoral: chegou a hora

Artigo

Estevam Dedalus
Sociólogo | estevam_dedalus@yahoo.com.br

João Pessoa ficou rica ou apenas mais cara?

É muito comum, hoje em dia, vermos os pessoenses reclamarem da superlotação da cidade. O que é seguido quase imediatamente da reclamação sobre a elevação do custo de vida, do preço dos imóveis, dos alugueís, da alimentação e do trânsito, cada vez mais caótico. Nessas circunstâncias, a tão propagandeada qualidade de vida da cidade parece uma peça publicitária. De 2010 a 2022, João Pessoa recebeu mais de 100 mil novos habitantes. Boa parte deles, vindas da região Sudeste e Centro-Oeste, em busca de uma vida mais desacelerada e confortável nas águas quentes do Litoral paraibano. Essa migração vem alterando a dinâmica da cidade, econômica e, até certa medida, culturalmente. No período de 2019 a 2026, o valor do metro quadrado em João Pessoa saiu de R\$ 4,5 mil para pouco mais de R\$ 8 mil. Sendo possível encontrar imóveis com metro quadrado custando incríveis R\$ 35 mil.

João Pessoa é capital mais desigual do país. O índice de Gini da cidade bateu 0,629, revelando uma concentração brutal de riqueza. A renda dos 10% mais ricos chega a ser 26,8 vezes maior do que a dos mais pobres. Em média, o rendimento deles é de R\$ 26.070, enquanto os 40% mais pobres é de R\$ 972.

A capital paraibana sofre de um problema comum à economia brasileira, mas que se apresenta de forma mais acentuada em algumas cidades: a baixa complexidade da estrutura produtiva. A complexidade industrial é um elemento fundamental para indicar as possibilidades e os tipos crescimento, como para determinar a qualidade dos empregos ofertados. Isso porque há uma tendência de aumento de produtividade. O trabalhador que está inserido em uma atividade que utiliza mais capital, tecnologia

e conhecimento acaba gerando um valor maior por hora trabalhada. Isso demandará mais qualificação educacional, porque as empresas precisam desenvolver novos produtos, além da oferta de vagas de emprego para atender a cadeia produtiva do negócio, o que inclui a demanda por fornecedores, serviços especializados, manutenção, transporte e uma série de outras coisas.

Do ponto de vista regional, João Pessoa tem uma economia relativamente grande. O problema é quando olhamos para sua composição. O PIB municipal é fortemente concentrado em serviços e administração pública. Em 2020, serviços respondiam por 58,7%, a administração por 22,5% e a indústria por 18,6%. É importante percebermos que uma cidade como João Pessoa pode construir milhares de apartamentos, abrir restaurantes, clínicas, hotéis e empresas de serviços, movimentando a economia urbana, sem garantir bons empregos e o aumento substancial da renda média.

Numa cidade que não possui uma base industrial e tecnológica suficientemente diversificada, a terra acaba tornado-se um dos principais ativos econômicos disponíveis para a acumulação. Em João Pessoa, a renda diferencial da terra é um dos principais instrumentos de apropriação privada da riqueza produzida coletivamente pelo processo de urbanização. A expansão e a valorização do espaço urbano da cidade transformaram-se em um importante mecanismo de acumulação capitalista, puxado por uma política de desenvolvimento baseada no turismo e numa forte propaganda sobre a “qualidade de vida” da cidade.

Tal fenômeno cria uma contradição curiosa. A cada dia vemos mais arranha-céus, prédios de luxo, a expansão do mercado imobiliário, sem que isso se traduza em

grandes ganhos coletivos. A cidade ficou mais cara e os salários não acompanharam esse crescimento, obrigando a várias famílias deixarem de viver nas zonas mais procuradas pelos investidores, criando assim um efeito de gentrificação. Em outras palavras: a cidade torna-se mais rica em imóveis, mas não pobre nas suas capacidades produtivas, ou seja, quanto mais a cidade desenvolve-se, tornando-se desejada, mais caro é viver nela.

Outro fenômeno é a grande produção de flats e studios, que são vendidos para investidores como ativos destinados principalmente à locação por temporada. Como esses empreendimentos não são pensados para atender à demanda habitacional das famílias, mas para atrair investidores interessados na renda dos alugueís e na valorização futura do imóvel, a cidade acaba produzindo um grave problema habitacional. O imóvel, portanto, serve primeiramente para a especulação. Se espera que ele valorize, não que atenda as demandas reais das famílias em busca de moradia.

No entanto, esse é um mercado que tem limites, especialmente numa cidade como João Pessoa. A demanda turística e a capacidade de pagamento dos locatários possuem um teto. O certo é que quanto mais imóveis são produzidos como investimento, mais cara torna-se a cidade para quem precisa morar nela, ao mesmo tempo em que a rentabilidade dos próprios investidores pode diminuir diante de uma eventual saturação do mercado. Essa combinação entre valorização acelerada, estrutura econômica com baixa complexidade, contradições sociais e urbanas, especulação e produção de unidades voltadas ao investimento é a melhor combinação para criar no futuro próximo o estouro de uma bolha imobiliária.

Estética e Existência

Klebber Maux Dias
Filósofo e físico | klebmaux@gmail.com

Pan-brasileira de Villa-Lobos

Heitor Villa-Lobos (1887-1959) construiu uma linguagem composicional pan-brasileira, na qual une as diversas culturas musicais de todas as regiões do Brasil. Nesse processo, incorporou temas do folclore, da música popular, das tradições indígenas, afro-brasileiras e da música de concerto europeia. Segundo Mário Raul de Moraes Andrade (1893-1945), poeta, contista, cronista, romancista, musicólogo, historiador da arte, crítico e fotógrafo brasileiro, em seu livro *Ensaio sobre a música brasileira*, publicado em 1928, a construção de um gosto musical deve estabelecer diálogo com as manifestações musicais existentes no território nacional.

Para o modernismo brasileiro, a cultura popular é uma fonte para a construção de uma identidade estética nacional. Diante disso, Villa-Lobos transformava temas do folclore brasileiro em procedimentos de transformação, desenvolvimento, sobreposição e recontextualização, para gerar o sentimento de pertencimento e de ancestralidade. José Miguel Wisnik (1948), professor, músico e compositor brasileiro, em seu livro *Sem receita: ensaios e canções*, lançado em 2004, observa que a modernidade musical brasileira desenvolvia-se em meio a uma tensão produtiva entre tradição e inovação, entre a cultura letrada e as formas musicais populares. O pensamento musical villalobiano representa essa tensão, pois sua obra transforma elementos provenientes

de diferentes estratos culturais em uma linguagem composicional inovadora. Essa característica pode ser observada nas bachianas brasileiras, compostas de 1930 a 1945. Nessa série, ele estabelece um diálogo entre a tradição contrapontística do compositor, cravista, regente, organista, professor, violinista e violista alemão Johann Sebastian Bach (1685-1750) e elementos associados à complexidade da música barroca, à musicalidade e ao regionalismo brasileiro.

A *Bachiana brasileira nº 2* é um dos exemplos mais conhecidos dessa fase. Seu quarto movimento, *O trenzinho do caipira*, apresenta uma representação musical do movimento de uma locomotiva, combinando procedimentos composicionais de matriz erudita com ritmos, timbres e gestos sonoros associados ao imaginário brasileiro. A obra de-

monstra como Villa-Lobos poderia converter uma experiência cotidiana em matéria musical de robusta elaboração. O trem, símbolo da modernização e da transformação social, atravessa musicalmente uma paisagem que remete ao interior brasileiro, produzindo uma síntese entre modernidade tecnológica, cultura popular e linguagem de concerto.

Obras como a série dos 14 choros, compostos de 1920 a 1929, apresentam uma técnica complexa de procedimentos rítmicos, melódicos e harmônicos associados à música popular urbana. O compositor desloca o choro, enquanto prática musical popular, para o espaço da composição de concerto, sem eliminar sua identidade rítmica e cultural. Essa operação contribui para a modernização da música brasileira ao incorporar práticas musicais nacionais e regionais.

Segundo o artista plástico, crítico de música, escritor e jornalista brasileiro Enio Squeff (1943) e José Miguel Wisnik (1948), músico, compositor, ensaísta e professor brasileiro, em seu livro *O nacional e o popular na cultura brasileira: música*, publicado em 1982, a música brasileira do século 20 esteve marcada pela relação entre nacionalismo e modernidade. Villa-Lobos responde a esse problema de maneira particular: em vez de buscar uma linguagem exclusivamente europeia ou exclusivamente folclórica, constrói uma estética de síntese, na qual diferentes referências podem coexistir. Também é necessário considerar sua atuação no campo da educação musical, por meio do projeto do canto orfeônico, especialmente durante o período em que esteve à frente das políticas educacionais do governo do ex-presidente do Brasil Getúlio Vargas (1882-1954). O pensamento musical villalobiano revela que a identidade musical é uma construção histórica, produzida pelo encontro entre a música de concerto e a música popular.

Sinta-se convidado para a audição do 584º Domingo Sinfônico, que ocorrerá neste dia 13, das 22h à meia-noite. Para quem está em João Pessoa (PB), a sintonia é pela FM 105.5 ou pelo aplicativo da Rádio Tabajara <https://radiotabajara.pb.gov.br/radio-ao-vivo/radio-fm>. Durante o programa, comentarei a vida e algumas obras pan-brasileira do compositor Heitor Villa-Lobos (1887-1959).

Kubitschek Pinheiro

Jornalista | kubipinheiro@yahoo.com.br

Tudo é café

O centenário de Zé Carlos da Silva Júnior, registrado em livro com artigos de jornalistas e familiares, diversas fotografias, é como se ele voltasse a ser menino, outra vida, além da sua participação com a boa sintaxe do trabalho, sobretudo o pensamento.

O pensamento do homem, além da fonte do Café São Braz, e tudo é café, a conquista, a luta de seu José Carlos, como se o homem fosse maior que a obra, absoluto de si mesmo, para o exercício da honestidade: por isso, é sempre bom lembrar dos homens de boa vontade.

O homem velho, experiente, da certeza que são vários Zé Carlos num centenário só, o bom pai, o objetivo com vigor, sua humildade e o poder representativo da sua participação entre nós.

Não basta só olhar para o tempo, mas a colheita — nunca figurativa. Sim, a colheita o revelou prático e proveitoso — notável a sua liderança entre negócios e negociantes.

No livro *Zé Carlos: 100 anos*, o ensaio de Roberto Braga mostra o personagem audacioso de grandes decisões, a disciplina, a Vitamilho, que nasceu do São Braz e seus prêmios. “A disciplina foi sempre uma de suas maiores aliadas”, resume Braga.

Vi diversas vezes seu Zé Carlos na loja Item Um (em Tambaú) da empresária Maria Ita (ela se foi neste ano), onde ele comprava vinhos — parecia o anjo de Drummond. Eu chegava sem interromper a conversa e o cumprimentava. Ela dizia: “Seu Zé Carlos, esse é Kubitschek Pinheiro, um grande jornalista”.

Isso dela dizer grande, que nunca coube em mim, diante de um gigante, muito conhecido, com quem tive pouquíssimos diálogos e cumprimentos, e muito justamente associado ao seu trabalho ampliado.

Um homem cuja vida esteve sempre associada ao fato de que todo trabalho dignifica. Só bem mais tarde eu me aproximei da família — adorável Eliane, seu marido Leonel e filhos, Eduardo, e Ricardo Carlos — engrandados por ele e D. Virginia.

O café floresceu, cresceu, ganhou porte e abriu uma larga expansão no país. O legado de homem bom que virou livro, que é maior que o filme das nossas vidas.

Tenho a alegria de saber que existem homens bons, e essa virtude alarga-se quando se quer fazer o bem e se faz na hora.

Com o livro *Zé Carlos: 100 anos*, centenas de jovens vão conhecer a história desse homem campinense, que abriu as portas das cidades levando o café que desperta, o café da manhã, depois do almoço, das três da tarde — o livro da sua vida traz essa possibilidade de ensinar caminhos e a construção de novas famílias.

Essa foi a maior lição de seu Carlos, a família que ele construiu, que seus filhos construíram e os netos estão construindo.

Boa colheita, sempre!

Kapetadas

1 – Quem é, não precisa provar. Quem tem algo bom para somar de verdade, escolhe ser exemplo e não discurso vazio.

2 – Uma pena – o Brasil não perde o futuro de uma vez; parcela em eleições.



Capa de Zé Carlos: 100 anos, com textos sobre o empresário

Colunista colaborador

Coisas de Cinema

Alex Santos
Cineasta e professor | alexjpb@yahoo.com.br

Pioneiros que fizeram o cinema paraibano

Dentre aqueles que fizeram e insistem, ainda hoje, em fazer cinema na Parahyba, estão os que enfrentaram no passado as limitações da própria arte ao levarem às suas telas os seus sonhos. Um desses personagens, pioneiro do nosso cinema, foi o meu pai, Severino Alexandre dos Santos, que, no próximo dia 17, estaria completando seus 112 anos.

Natural de Alagoa Grande e morando inicialmente em João Pessoa, no bairro da Torre, na década de 1920, próximo à Estação de Bondes Cruz do Peixe (hoje Energisa), na esquina em frente onde depois seria construído o Cine Metrôpole, logo cedo o menino Severino ficou fascinado pela sétima arte. Ainda adolescente, seguiu com interesse a criação das primeiras salas de exibição de filmes na capital paraibana, numa época em que o cinema ainda não tinha aprendido a falar.

Depois, foi morar na cidade de Santa Rita, quando se casou e começou suas experiências como projetorista, ainda na fase do cinema mudo, até o início da década de 1930. Nessa época, os filmes exibidos naquela cidade, no então Cine Independência, eram fornecidos por uma distribuidora na Rua da Areia, Centro na capital paraibana. Durante quase meio século, Severino Alexandre dos Santos viveu o seu dia a dia cinematográfico em Santa Rita, trocando antes



Montagem de acervo familiar, a partir de foto de Severino Alexandre dos Santos

sua fábrica de café, fubá e colorau — quando fez parceria com um empresário também iniciante e hoje famoso, em Campina Grande — por uma “fábrica de sonhos” em celuloide.

Seu Severino do Cinema, como normalmente era conhecido na cidade de Santa Rita, influenciou gerações com os filmes e seriados que exibiu. Seu primeiro cinema foi o Santa Cruz, final da década de 1940, no bairro do mesmo nome, um misto de projeção 16 mm e 35 mm; depois o São João, modernamente inaugurado em 1958, no Centro da cidade; e mais um, o Cinerama, no vizinho distrito de Várzea

Nova, todos construídos por ele próprio — dublê de arquiteto-construtor e exibidor cinematográfico.

Posteriormente, ampliaria suas salas de exibição cinematográfica, com o apoio decisivo da família, sobretudo do seu filho mais velho, Alex Santos, que depois se tornaria cineasta paraibano e jornalista, com especialização na Universidade de Brasília. Hoje, ocupando a cadeira 5 da APC (Academia Paraibana de Cinema), cujo patrono é o seu pai, Severino Alexandre dos Santos. (Para mais “Coisas de Cinema”, em nosso blog: www.alex-santos.com.br).



APC aprova leiaute de sua nova revista

Reunida na quarta-feira passada (9), sob a presidência de João de Lima Gomes, a diretoria da Academia Paraibana de Cinema, com a presença da professora Larissa Brito dos Santos (programadora visual e revisora), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), discutiu e aprovou o leiaute na nova revista *Cine Nordeste*, que será lançada no fim deste mês.

A reunião aconteceu na sede da APC, em Tambaú, oportunidade em que foram lembrados os aniversários de nascimento, neste mês de setembro, de Wills Leal e Severino Alexandre dos Santos, patronos da academia.

EM SEIS CIDADES

Sesc celebra 80 anos com *shows* e teatro

Daniel Abath
abathjornalista@gmail.com

Tudo começou em 1945, com uma reunião de trabalho que elegera como pauta a qualidade de vida dos trabalhadores. Nascia a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) e, no dia 13 de setembro do ano seguinte, o Serviço Social do Comércio (Sesc). Celebrando 80 anos de fundação, o Sesc-PB, promove hoje a Festa do Trabalhador do Comércio, Serviços e Turismo, com programação gratuita de *shows*, oficinas, apresentações e atrações para a família, distribuída por cinco cidades do estado.

Em João Pessoa, a festa é na orla, a partir das 16h, em frente ao Sesc Cabo Branco, com *shows* de Eliane (A Rainha do Forró), Kátia Cilene e Aduílio Mendes, além da Orquestra Sesc/Senac de Música. No Sesc Açude Velho, em Campina Grande, o evento começa às 6h, com a etapa do Circuito Sesc de Corridas, seguida de *show* da cantora Gil Mendes. Na unidade do Sesc Guarabira, às 9h, Yuri Carvalho faz o *show Axé do Yuri*.

No Sertão, o circo arma sua lona. O Sesc de Patos traz o número *Trupe Cando: a trupe de um homem só*(l), com o palhaço Salsicha, das 14h às 17h; no Sesc Sousa, das

9h às 12h, o picadeiro é da peça *Tá com a mulinga*; e, no Sesc de Cajazeiras, das 14h às 17h, tem apresentação do Circo do Palhaço Wolverine.

“Estou tão feliz por esse convite; de fazer parte dessa celebração maravilhosa do Sesc Paraíba, órgão tão importante pra humanidade, pros brasileiros”, afirma Eliane. “Todo esse desenvolvimento na arte e na cultura, na saúde, na música é muito importante pra todo ser humano. Eu, como artista, fico muito honrada, porque a Paraíba é a minha casa. Me receba há tantos anos com muito amor,

com muito carinho e respeito o meu trabalho. Vamos fazer um *show* lindo, maravilhoso e levar música, alegria”. Yuri Carvalho, que já se apresentou pelo Sesc em duas ocasiões, destaca a importância da casa no campo da cultura: “O Sesc é uma instituição muito importante, não apenas para os comerciantes, mas para toda uma classe artística, porque é um espaço, é uma instituição, melhor di-

zendo, que valoriza a cultura brasileira de uma forma muito bonita e pujante”.

No *show* de hoje, Yuri canta os sucessos do axé baiano que conquistaram o Brasil a partir da década de 1980 e que continuam vivos não só na memória, mas também na estética multifacetada da cena musical contemporânea — acrescidos de suas canções autorais. “A gente vem se reinventando”, diz ele. “Compondo também, sabe? Esse ano a gente vai gravar canções autorais inéditas, de outros compositores. Agora pro verão, a gente tá tentando gravar um EP”.

Além de *Axé do Yuri*, o artista toca, em paralelo, o projeto *Eterno aprendiz: Yuri canta Gonzaguinha*, o qual pretende fazer circular no Sesc de São Paulo.

Entre outros ações culturais chanceladas pelo Sesc, destacam-se, por exemplo, os projetos Sonora Brasil, a Mostra Sesc de Cinema e o Palco Giratório.



Eliane, A Rainha do Forró, canta em palco montado nas areias do Cabo Branco

ONDE:

■ PRAIA DO CABO BRANCO (em frente ao Sesc Cabo Branco, Av. Cabo Branco, nº 2.788, Cabo Branco, João Pessoa).

Letra Lúdica

Hildeberto Barbosa Filho
Escritor e professor | hildebertopoesia@gmail.com

Cláudio e Zé Leite

Em poema de *Dançar com facas* (2016), intitulado “Biografia”, digo, na voz do eu lírico, que “A lista de seus mortos / é maior que a de seus vivos”. E, cada vez que vivo mais, constato que a afirmação é certa. Não faz 15 dias, perdi dois amigos queridos da vida literária. Gente da minha geração. Refiro-me a José Leite Guerra e a Cláudio Limeira.

A Zé Leite, como sempre o chamei, fui visitar no hospital da Unimed, uma semana antes do seu encantamento, a pedido da esposa. Não se soube bem a razão, queria me ver. Queria me falar alguma coisa. Fui lá e ouvi o amigo, frágil, sofrido, meio distante, me dizer: “Viva, poeta”.

Aquilo me comoveu e me tocou nos nervos. Meus olhos se molharam. Saí dali perplexo, abatido e convicto do peso da mensagem que o velho confrade me dirigira.

Zé Leite era um homem simples, bom, de muita fé. Católico praticante, cioso do mistério da liturgia e da necessidade da oração. Cultivou, durante toda a vida, o amor pela literatura. Cronista, ficcionista, poeta.

O circo, livro de poemas dos anos 1960, na efervescência do grupo Caravela, introduz, aqui na Paraíba, juntamente com *A máquina*, de Archidy Picado, técnicas e procedimentos do movimento da poesia concreta. Coisa experimental, porém já sinalizando para a singularidade do poeta entre seus pares.

Cito alguns de seus títulos: *Boi de fogo e proezas com geringonça* (2001), *Pátio sem sombra* (2004), *Dança das palavras* (2016) e *Menina do Sanhaú* (2019). Escrevi sobre suas obras em diversas ocasiões e apresentei, na Livraria do Luiz, o livro que reúne seus poemas publicados ao longo de sua trajetória literária.

Escritor dedicado, avesso a badalações, silencioso e humilde, coerente com seus princípios éticos e religiosos, porém sempre muito cioso no trato com a palavra, sobretudo, em função de seus predados estéticos.

Cláudio Limeira, por sua vez, teve presença mais visível na cena cultural da cidade, pois chegou a editar o *Correio das Artes* durante um bom tempo. *Desafio* (1980) foi sua estreia na poesia, já prefigurando uma tonalidade forte na sua dicção, a vertente da crítica social, sem se deixar, no entanto, contaminar pela fraude ideológica de teor panfletário.

Depois vieram *Caotidiano* (1995) e *Remanso* (2006), a consolidar uma experiência de maturação e acabamento em torno da linguagem poética. Seu último livro publicado, com o selo de A União, *Estigmas de um amor sagrado e outras histórias* (2024) traz uma série de contos que bem representam a mentalidade do homem simples do interior, com seus hábitos, crenças e costumes.

Havia também, em Cláudio, a figura do humorista e o apelo, sempre presente e plural, pelo diálogo entre as diferentes manifestações artísticas. Tinha o dom da amizade, o papo gostoso, a paixão pelas artes e o gosto especial dos sabores da boemia.

São duas vozes diferentes, dois temperamentos diversos. No entanto, vejo que algo os aproxima e os identifica na rotina dos seus dias, enquanto estiveram por aqui entre nós. Penso nas mulheres e companheiras que tiveram.

Se Zé Leite teve uma Emília, poeta e professora, Cláudio teve uma Yolanda, professora e poeta. Duas mulheres raras no afeto, na lealdade e no amor. Quem conviveu com eles sabe do que estou falando. Eles vão fazer falta, principalmente a elas. Falta a ser preenchida, decerto, com a saudade, mas também com o cuidado que a memória deles exige e merece. Eles são poetas. Poetas não morrem. Viverão sempre nos versos que escreveram. E elas sabem isso como ninguém.



Foto: Divulgação/Editora A União

Estigmas de um amor sagrado e outras histórias: contos

Colunista colaborador

CINEMA

Papaya estreia hoje no Bangüê

Animação brasileira apresentada no Festival de Berlim, sobre uma semente, tem três exibições neste mês

Esmejoano Lincol
esmejoanolincol@hotmail.com

Uma certa sementinha de mamão tem um sonho bem ousado para alguém como ela: voar. Evitando germinar e criar raízes, ela busca se manter em constante movimento para alcançar seu principal objetivo. Mas é na terra que essa pequena figura descobre, justamente, as possibilidades de crescimento. A natureza da personagem principal da animação *Papaya*, exibida no último Festival de Berlim, pode soar incomum, porém sua premissa desponta como universal. O filme da diretora paulista Priscilla Kellen estreia hoje, às 15h, no Cine Bangüê do Espaço Cultural José Lins do Rêgo, si-

tuado no bairro de Tambauzinho, em João Pessoa. Os ingressos custam de R\$ 5 (meia) a R\$ 10 (inteira) e podem ser adquiridos presencialmente.

No mês de setembro, *Papaya* tem programadas mais duas exibições no Bangüê — nos dias 19 e 27, sempre às 15h. A animação levou sete anos para ficar pronta e tem coprodução de Alê Abreu (diretor do filme *O menino e o mundo*). Esse novo projeto foi pensado como uma narrativa sensorial sobre o ciclo da vida — também por isso, não há diálogos no longa.

A concepção digital emula o *paper-cutout*, técnica de recorte e so-

breposição de papéis que imprime ação e profundidade às obras. As referências visuais, por sua vez, lembram as pinturas do francês Henri Matisse e as cores intensas utilizadas em algumas obras. No material de divulgação do longa, o estilo é redefinido como “tropicalismo pós-apocalíptico”.

A brasilidade do longa pode ser conferida não somente por meio das imagens, dotadas de grafismos latino-americanos, como também pela música original. A trilha sonora fica a cargo de Talita Del Col-

lado, membro do trio Manaflor, e conta com a participação especial da cantora Tulipa Ruiz — esta faz uma ponta no filme, vocalizando os sons de uma mamoneira.

A estreia nacional aconteceu em 2025, no Festival de Brasília do Cinema Brasileiro, todavia o maior feito de *Papaya* refere-se à sua projeção internacional. Tornou-se o primeiro longa-metragem brasileiro de animação a integrar a competitiva mostra Generation KPlus, em Berlim. Graças a

essa janela, amealhou espaços de distribuição em diversos países.

Priscilla Kellen soma mais de duas décadas como diretora e artista gráfica. Esse é o seu primeiro longa-metragem como realizadora titular, mas esteve, antes, na assistência de direção de *O menino e o mundo* e na equipe da série animada *Vivi Viravento*, criada por Alê Abreu, uma parceria da produtora Mixer com a Empresa Brasileira de Comunicação (EBC).

Empreitada da Boulevard Filmes com o Birdo Studio, *Papaya* continua a sua trajetória em mostras audiovisuais para além dessa estreia no circuito comercial. Nos últimos meses, garantiu espaço no New York International Children’s Film Festival (Estados Unidos), no Festival de Xangai (China) e no Festival de Cinema Independente de Buenos Aires (Argentina).

A semente de mamão sonha em voar e, por isso, não quer ficar presa ao chão

Em Cartaz

Cinema

Programação de 10 a 16 de setembro, nos cinemas de João Pessoa, Campina Grande, Patos, Guarabira e Remígio.

* Até o fechamento desta edição, o Cine Vieira, em São Bento, não havia divulgado sua programação.

ESTREIAS

CÓDIGO: VINGANÇA (*Mutiny*). Reino Unido/ EUA, 2026. Dir.: Jean-François Richet. Elenco: Jason Statham, Chaneil Kular. Policial. Em busca de vingança, ex-policial invade barco para desbaratar operação de tráfico humano. 1h35. 16 anos.

João Pessoa: CINÉPOLIS MANAÍRA: *sala* 3: dub.: dom.: 16h20, 19h, 21h20; seg.: a qua.: 14h, 16h20, 19h, 21h20. CINÉPOLIS MANGABEIRA: *sala* 2: dub.: 19h, 21h15. CINESERCLA TAMBIA: *sala* 2: dub.: 19h, 21h. **Campina Grande:** CINESERCLA PARTAGE: *sala* 4: dub.: 19h, 21h. **Patos:** CINE GUEDES: *sala* 1: dub.: 19h10, 21h. **PATOS MULTIPLEX:** *sala* 4: dub.: 19h. **Guarabira:** CINEMAXXI CIDADE LUZ: *sala* 3: dub.: 21h25.

DA MAGIA À SEDUÇÃO: FEITIÇO DE AMOR (*Practical Magic* 2). EUA, 2026. Dir.: Susanne Bier. Elenco: Sandra Bullock, Nicole Kidman, Dianne Wiest. Stockard Channing, Maisie Williams, Joey King. Comédia/ romance. Família de bruxas enfrenta a maldição de não ter amor. 1h50. 12 anos.

João Pessoa: CENTERPLEX MAG: *sala* 2: dub.: 18h30; leg.: 21h15. CINÉPOLIS MANAÍRA: *sala* 1: dub.: 20h30; *sala* 6: leg.: 12h30, 15h15, 18h30, 21h30. CINÉPOLIS MANGABEIRA: *sala* 4: dub.: seg.: a qua.: 12h30, 15h15, 18h30, 21h30. CINESERCLA TAMBIA: *sala* 4: dub.: 18h10, 20h40. **Campina Grande:** CINESERCLA PARTAGE: *sala* 3: dub.: 18h10, 20h40. **Patos:** CINE GUEDES: *sala* 3: dub.: 18h35, 21h. **PATOS MULTIPLEX:** *sala* 3: dub.: 17h30, 20h30. **Guarabira:** CINEMAXXI CIDADE LUZ: *sala* 1: dub.: 18h20, 21h. **Remígio:** CINE RT: dub.: dom. e ter.: 20h30; seg. e qua.: 14h.

A MARAVILHOSA ÁRVORE ENCANTADA (*The Magic Faraway Tree*). Reino Unido/ EUA/ França, 2026. Dir.: Ben Gregor. Elenco: Andrew Garfield, Claire Foy, Judi Dench. Aventura/ infantil. Crianças descobrem uma árvore mágica que as transportam para mundos fantásticos. 1h50. Livre.

João Pessoa: CENTERPLEX MAG: *sala* 1: dub.: 15h15, 17h40. CINÉPOLIS MANAÍRA: *sala* 8: dub.: 14h, 16h40, 19h10; sáb.: 14h, 16h40. CINESERCLA TAMBIA: *sala* 2: dub.: dom.: 14h40, 16h50; seg.: a qua.: 16h50. **Campina Grande:** CINESERCLA PARTAGE: *sala* 4: dub.: dom.: 14h40, 16h50; seg.: a qua.: 16h50. **Remígio:** CINE RT: dub.: dom. e ter.: 16h10; seg. e qua.: 18h30.

PAPAYA. Brasil, 2026. Dir.: Priscilla Kellen. Vozes: Aretha Garcia Rollo, Tulipa Ruiz. Infantil/ animação. Semente na Amazônia sonha em voar e tenta não se enraizar na terra. 1h14. 10 anos.

João Pessoa: CINE BANGÜÊ: dom.: 15h.

PRÉ-ESTREIA

A ILHA ESQUECIDA (*Forgotten Island*). EUA, 2026. Dir.: Joel Crawford e Januel P. Mercado. Aventura/ animação. Duas amigas vão parar em mundo místico onde podem perder suas memórias. 1h49. 6 anos.

João Pessoa: CINÉPOLIS MANAÍRA: *sala* 1: dub.: 12h45, 15h20, 17h50. CINÉPOLIS MANGABEIRA: *sala* 2: dub.: 14h, 16h30. CINESERCLA TAMBIA: *sala* 4: dub.: 16h. **Campina Grande:** CINESERCLA PARTAGE: *sala* 3: dub.: 16h. **Patos:** CINE GUEDES: *sala* 3: dub.: 15h45. **PATOS MULTIPLEX:** *sala* 3: dub.: 15h10. **Guarabira:** CINEMAXXI CIDADE LUZ: *sala* 1: dub.: 16h. **Remígio:** CINE RT: dub.: dom. e ter.: 18h30; seg. e qua.: 16h10.

REAPRESENTAÇÃO

AKIRA (*Akira*). Japão, 1988. Dir.: Katsuhiro Otomo. Ficção científica/ animação. Numa Tóquio futurista, adolescente motoqueiro é transformado em ameaça psíquica por projeto militar. 2h04. 14 anos.

João Pessoa: CINE BANGÜÊ: seg.: 19h30; qua.: 15h.

ESPECIAL

AMBIENTE FAMILIAR. Brasil, 2019. Dir.: Torquato Joel. Elenco: Fagner Costa, Diógenes Duque, Alex Oliveira, Marcélia Cartaxo, Zezita Matos, Suzy Lopes, Fernando Teixeira, Cely Farias, Soia Lira. Drama. Três amigos vão morar juntos e formar sua própria família. 1h33. 12 anos.

João Pessoa: ESPAÇO CINEMA PASSEIO: dom.: 16h.

CONTINUAÇÃO

ACAMPAMENTO MIASMA (*Teenage sex and death at Camp Miasma*). EUA, Canadá, 2026. Dir.: Jane Schoenbrun. Elenco: Hannah Einbinder, Gillian Anderson, Amanda Fix. Drama/ terror. Cineasta fica obcecado com a escola da “final girl” de seu filme de terror, e as duas concorrentes caem em frenesi psicosssexual. 1h46. 18 anos.

João Pessoa: CINE BANGÜÊ: leg.: ter.: 18h10.

ANISTIA 79. Brasil, 2026. Dir.: Anita Leandro. Documentário. Em 1979, exilados brasileiros em Roma realizam uma conferência pela anistia no Brasil. 1h44. 10 anos.

João Pessoa: CINE BANGÜÊ: seg.: 17h30.

AUTHENTIC GAMES – O FILME: NO IMPÉRIO DESCONECTADO. Brasil, 2026. Dir.: Bruno Murinho. Elenco: Marco Túlio, Andrei Soares, Cauê Bueno, Thay Bergamim. Aventura/ animação. Gamer é sequestrado para um reino sombrio e se torna um boneco e vai tentar derrotar o vilão. 1h11. 6 anos.

João Pessoa: CINESERCLA TAMBIA: *sala* 6: dub.: 13h30. **Campina Grande:** CINESERCLA PARTAGE: *sala* 1 (*laser*): 13h30.

COLEGAS E O HERDEIRO. Brasil, 2026. Dir.: Marcelo Galvão. Elenco: Ariel Goldenberg, Rita Pokk, Rafaela Fontanelli. Comédia/ aventura. Ator com síndrome de Down acredita que é o legítimo herdeiro de um hotel no Uruguai e parte para lá com amigos enfrentando outro pretendente à posse. 1h25. 12 anos.

João Pessoa: CINESERCLA TAMBIA: *sala* 4: dub.: 14h15. **Campina Grande:** CINESERCLA PARTAGE: *sala* 3: dub.: 14h15.

COYOTE VS. ACME (*Coyote vs. Acme*). EUA, 2026. Dir.: Dave Green. Elenco: Will Forte, John Cena, Lana Condor. Comédia/ animação. O Coiote processa a megacorporação Acme pelas seguidas e desastrosas falhas do equipamentos que ele usa na sua incansável perseguição ao Papa-Légua. 1h41. Livre.

João Pessoa: CENTERPLEX MAG: *sala* 2: dub.: 16h15. CINÉPOLIS MANAÍRA: *sala* 3: dub.: dom.: 13h45. CINESERCLA TAMBIA: *sala* 3: dub.: 15h20. **Campina Grande:** CINESERCLA PARTAGE: *sala* 5: dub.: 15h40.

A DIVINA SARAH BERNHARDT (*Sarah Bernhardt, la divine*). França/ Bélgica, 2024. Dir.: Guillaume Nicloux. Elenco: Sandrine Kiberlain, Laurent Lafitte. Drama. Lendária atriz do teatro francês do fim do século 19 vive intenso romance e problemas de saúde. 1h38. 16 anos.

João Pessoa: CINE BANGÜÊ: leg.: dom.: 19h40; ter.: 20h20.

HOMEM-ARANHA: UM NOVO DIA (*Spider-Man: brand new day*). EUA/ Canadá/ Reino Unido/ Alemanha, 2026. Dir.: Destin Daniel Cretton. Elenco: Tom Holland, Zendaya, Sadie Sink, Mark Ruffalo. Aventura. A pressão desencadeia mudanças físicas assustadoras no Homem-Aranha, enquanto enfrenta misteriosa ameaça que domina mentes. 2h25. 12 anos.

João Pessoa: CENTERPLEX MAG: *sala* 3 (*Atmos*): dub.: 14h30, 17h30; leg.: 20h30. CINÉPOLIS MANAÍRA: *sala* 4: dub.: dom.: 16h45, 20h; seg.: a qua.: 13h30, 16h45, 20h; *sala* 6: dub.: 13h15, 16h30, 19h45; *sala* 9 (*macro-XE*): dub.: 12h50, 15h40, 18h45, 22h. CINÉPOLIS MANGABEIRA: *sala* 1: dub.: 12h, 15h30, 18h45, 22h. CINESERCLA TAMBIA: *sala* 3: dub.: 19h30; *sala* 6 (*laser*): 15h, 17h45, 20h30. **Campina Grande:** CINESERCLA PARTAGE: *sala* 2 (*laser*): dub.: 15h, 17h45, 20h30. **Patos:** CINE GUEDES: *sala* 1: dub.: 16h35. **PATOS MULTIPLEX:** *sala* 1: dub.: 15h, 19h55. **Guarabira:** CINEMAXXI CIDADE LUZ: *sala* 3: dub.: 15h30, 18h30.

UMA INFÂNCIA ALEMÃ (*Amrum*). Alemanha, 2025. Dir.: Fatih Akin. Elenco: Jasper Billerback, Laura Tonke. Drama. Na Alemanha, o final iminente da 2ª Guerra atinge um menino e sua família. 1h33. 14 anos.

João Pessoa: CINE BANGÜÊ: leg.: ter.: 16h20.

LISTA DE DESEJOS PARA SUPERAGÜI. Brasil, 2026. Dir.: Pedro Giongo. Documentário. Moradores de uma ilha de pescadores falam sobre o que desejam. 1h12. 12 anos.

João Pessoa: CINE BANGÜÊ: dom.: 16h25; qua.: 19h30.

MINHA MELHOR AMIGA. Brasil, 2026. Dir.: Susana Garcia. Elenco: Ingrid Guimarães, Monica Martelli. Comédia. Amigas resolvem viajar juntas para visitar as filhas no exterior. 2h05. 12 anos.

João Pessoa: CENTERPLEX MAG: *sala* 4: 13h45, 16h20, 19h, 21h30. CINÉPOLIS MANAÍRA: *sala* 2: 14h15, 17h, 19h40, 22h15; *sala* 5: 12h50, 15h40, 18h20, 21h; *sala* 7: 13h10, 16h, 18h50, 21h30; *sala* 11 (VIP): 13h50, 16h50, 19h50. CINÉPOLIS MANGABEIRA: *sala* 3: seg.: a qua.: 12h15, 15h, 17h45, 20h30; *sala* 5: 13h, 15h40, 18h20, 21h. CINESERCLA TAMBIA: *sala* 5 (*laser*): 16h10, 18h30, 20h50. **Campina Grande:** CINESERCLA PARTAGE: *sala* 1 (*laser*): 16h10,

18h30, 20h50. **Patos:** CINE GUEDES: *sala* 2: 15h30, 18h40, 21h. **PATOS MULTIPLEX:** *sala* 4: 15h45, 21h. **Guarabira:** CINEMAXXI CIDADE LUZ: *sala* 2: dom.: 14h, 16h25, 18h50, 21h15; seg.: a qua.: 16h05, 18h45, 21h15. **Remígio:** CINE RT: dub.: dom. e ter.: 14h; seg. e qua.: 20h30.

MUITO PRAZER. Brasil, 2026. Dir.: Jorge Furtado. Elenco: Daniel de Oliveira, Luiza Araes, Samantha Jones. Comédia/ romance. Ao colocar um motel abandonado para funcionar, dupla começa a produzir vídeos pornô sem os clientes saberem. 1h38. 14 anos.

João Pessoa: CINE BANGÜÊ: seg.: 15h40.

NÃO EXISTE ALMOÇO GRÁTIS. Brasil, 2026. Dir.: Pedro Charbel e Marcos Nepomuceno. Documentário. Líderes de cozinha solidária preparam comida para centenas de pessoas na posse do presidente. 1h14. Livre.

João Pessoa: CINE BANGÜÊ: qua.: 17h10.

A ODISSEIA (*The odyssey*). Reino Unido, EUA, 2026. Dir.: Christopher Nolan. Elenco: Matt Damon, Tom Holland, Anne Hathaway, Robert Pattinson, Lupita Nyong'o, Samantha Morton, Zendaya, Charlize Theron. Aventura. Após a Guerra de Troia, herói grego tenta voltar para casa, enfrentando criaturas míticas, enquanto sua esposa resiste às investidas de pretendentes. 2h52. 12 anos.

João Pessoa: CENTERPLEX MAG: *sala* 1: leg.: 20h. **Campina Grande:** CINESERCLA PARTAGE: *sala* 5: dub.: 20h.

PATRULHA CANINA – UMA AVENTURA DINO (*Paw Patrol – The Dino Movie*). Canadá/ EUA, 2026. Dir.: Cal Brunker. Aventura/ comédia/ animação. A Patrulha Canina descobre uma ilha habitada por dinossauros e tenta defendê-la de uma mineração. 1h28. Livre.

João Pessoa: CENTERPLEX MAG: *sala* 1: dub.: 13h. CINÉPOLIS MANAÍRA: *sala* 4: dub.: dom.: 13h40. CINESERCLA TAMBIA: *sala* 5: dub.: dom.: 14h25. **Campina Grande:** CINESERCLA PARTAGE: *sala* 1 (*laser*): dom.: 14h25. **Patos:** CINE GUEDES: *sala* 1: dub.: 15h. **Guarabira:** CINEMAXXI CIDADE LUZ: *sala* 1: dub.: dom.: 14h.

PRESSÃO (*Pressure*). Reino Unido/ França/ EUA, 2026. Dir.: Anthony Maras. Elenco: Andrew Scott, Brendan Fraser. Guerra/ drama. Na 2ª Guerra, meteorologista tenta apontar a brecha de bom tempo que permitirá aos exércitos aliados o desembarque da Normandia. 1h40. 14 anos.

João Pessoa: CINÉPOLIS MANAÍRA: *sala* 8: leg.: 21h40.

RIO DE CLARICE. Brasil, 2026. Dir.: Eunice Gutman, Maria Luiza Aboim, Taciana Oliveira, Barbara Kahane, Nicole Allgranti. Elenco: Leticia Isnard, Leticia Spiller, Lucélia Santos. Drama. Cinco histórias baseadas em contos de Clarice Lispector. 1h21. 12 anos.

João Pessoa: CINE BANGÜÊ: dom.: 18h.

SOBRENATURAL: AGORA ENTRE NÓS (*Insidious Out of the Further*). Austrália/ EUA, 2026. Dir.: Jacob Chase. Elenco: Amelia Eve, Lynn Shayre. Terror. Mulher descobre que através dela demônios estão vindo à Terra. 1h46. 14 anos.

João Pessoa: CINESERCLA TAMBIA: *sala* 3: dub.: 17h25. **Campina Grande:** CINESERCLA PARTAGE: *sala* 5: dub.: 17h50.

O SORVETEIRO (*Ice Cream Man*). EUA/ Canadá/ Reino Unido/ França/ Japão, 2026. Dir.: Eli Roth. Elenco: Charlie Zeltzer, Ari Millen, Eli Roth. Terror. Cidade vira um caos quando um sorveteiro transforma crianças em assassinas. 1h26. 18 anos.

Patos: PATOS MULTIPLEX: *sala* 1: 17h55.

TOY STORY 5 (*Toy Story* 5). EUA, 2026. Dir.: Andrew Stanton. Aventura/ comédia/ animação. A chegada de um tablet ameaça brinquedos e as interações sociais da dona deles. 1h42. 6 anos.

João Pessoa: CENTERPLEX MAG: *sala* 2: dub.: 14h.

Teatro

HOJE

DUETOS. Texto de Peter Quilter. Direção: Ernesto Piccolo. Com Patrícia Travassos e Eduardo Móscovis. Quatro histórias sobre desejos e a busca do amor. 1h20. Livre.

Campina Grande: TEATRO FACISA (Av. Sen. Argemiro de Figueiredo, nº 1.901, Sandra Cavalcante). Domingo, 13/9, 18h. Ingressos: de R\$ 50 (camarotes/ meia) a R\$ 140 (plateia/ inteira), antecipados pela plataforma Sympyla.

ESCOLINHA PROFANA: A PROVA FINAL. Da Trupe de Humor da Paraíba. Direção: Edilson Alves. Com Erick Souza, Edilson Alves, Matheus Henrique, Tony Silva, Miguel Reberth, Raymon Farias, Aluísio Souza, Epitácio Sousa.

João Pessoa: TEATRO PAULO PONTES (Espaço Cultural, R. Abdias Gomes de Almeida, nº 800, Tambauzinho). Domingo, 13/9, 20h. Ingressos: R\$ 80 (inteira), R\$ 60 + 1 kg de alimento (social) e R\$ 40 (meia), antecipados pela plataforma Olha o Ingresso.

QUEM MENTE O NARIZ CRESCE: UMA HISTÓRIA DE PINÓQUIO. Do Grupo Teatral Arretado. Texto de Dadá Venceslau, baseado no livro de Carlo Collodi. Direção: Edilson Alves. Com Guilherme Kauan, Matheus Henrique, Victória Kallyne, Hector Moraes e Edilson Alves. Boneco de madeira sonha em se tornar um menino de verdade. Livre.

João Pessoa: TEATRO PAULO PONTES (Espaço Cultural, R. Abdias Gomes de Almeida, nº 800, Tambauzinho). Domingo, 13/9, 17h. Ingressos: R\$ 60 (inteira), R\$ 50 + 1 kg de alimento (social) e R\$ 30 (meia), antecipados pela plataforma Olha o Ingresso.

Música

HOJE

SESC 80 ANOS. Shows com Eliane, a dupla Kátia e Aduílio e a Orquestra Sesc-Senac de Música.

João Pessoa: PRAIA DO CABO BRANCO (Em frente ao Sesc Cabo Branco, Av. Cabo Branco, nº 2.788, Cabo Branco). Domingo, 13/9, 16h. Entrada franca.

OCUPAR ESPAÇOS

Indígenas ampliam disputa nas urnas

Embora minoritárias, candidaturas denotam movimento para ter poder de decisão sobre temas que afetam esses povos

Eliz Santos
elizsantos17@gmail.com



Da aldeia às urnas, povos que, durante gerações, precisaram lutar para serem ouvidos agora também disputam os espaços onde as decisões são tomadas. Nas Eleições 2026, 191 candidaturas indígenas foram registradas em todo o país — o maior número em eleições gerais desde 2014. Apesar do crescimento, elas representam apenas 0,93% das 20.560 candidaturas consideradas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O percentual evidencia o contraste entre o avanço da presença indígena nas urnas e a ainda reduzida participação desses povos na disputa eleitoral.

Um levantamento da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) mostra a evolução das candidaturas indígenas ao longo das últimas eleições. Foram 85 proposituras em 2014, 133 em 2018, 186 em 2022 e 191 em 2026, um aumento de aproximadamente 125% em 12 anos.

Na atual disputa, há 75 candidaturas a deputado federal, 99 a deputado estadual, três a deputado distrital, quatro ao Senado, três a governadores de estado, duas à vice-governadoria e cinco para suplência de senador. Os registros representam 64 povos, que estão presentes em 26 das 27 unidades da Federação.

Na distribuição por regiões, o Norte lidera, com 80 registros, seguido pelo Sudeste, com 36; Nordeste, com 34; Centro-Oeste, com 27; e Sul, com 14. Entre os povos com maior número de candidaturas, estão os Macuxi, com 13, e os Guarani-Kaiowá, com 12.

Para o engenheiro florestal e líder indígena Poran Potiguara, a ampliação das candidaturas faz parte de uma estratégia construída pelo próprio movimento indígena para ocupar espaços de decisão política. Segundo ele, o fortalecimento da presença indígena nas disputas ganhou força nas últimas eleições e busca ampliar a representação dos povos originários nos Legislativos estaduais e no Congresso Nacional.

“É uma oportunidade e, ao mesmo tempo, um momento estratégico. O movimento indígena tem fortalecido essas candidaturas para ocupar os espaços legislativos e executivos, porque o Congresso tem decidido sobre questões que afetam diretamente a vida dos povos indígenas. Ter indígenas representando esse segmento nesses espaços é fundamental”, pontua.

Presença feminina

As mulheres também têm participação expressivas entre as candidaturas indígenas. Em 2026, são 84 candidatas, o equivalente a 44% do total — percentual

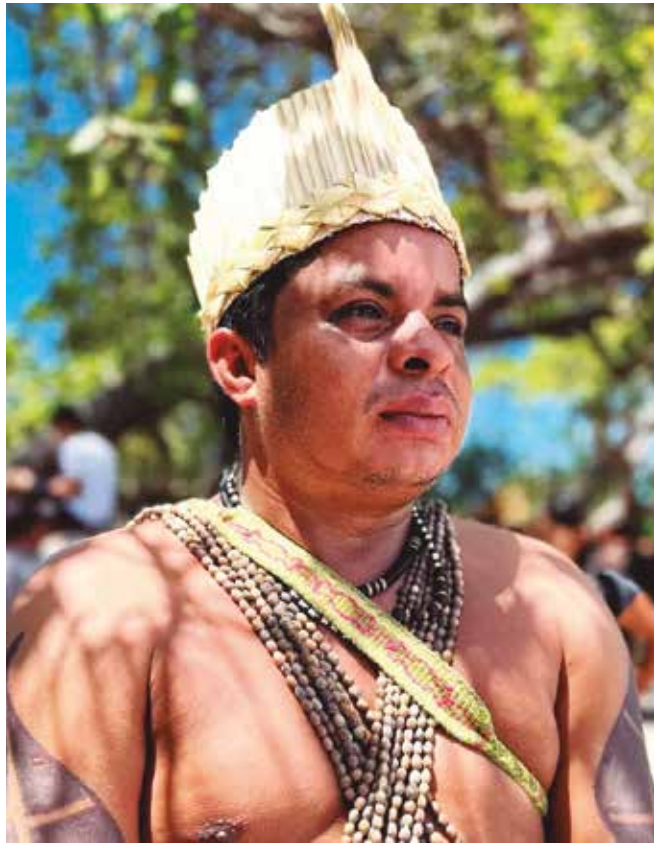


Foto: Arquivo pessoal

Poran Potiguara defende maior financiamento partidário

superior à participação feminina no conjunto geral das candidaturas, de cerca de 35%. Em 2014, eram 29; o número passou para 49 em 2018 e chegou a 85 em 2022. Na Paraíba, há duas candidaturas indígenas à Câmara dos Deputados, ambas femininas. Uma das postulantes é do povo Potiguara e a outra, do povo Puri.

A presença feminina também ganhou visibilidade nos cargos eletivos nos últimos pleitos. Em 2018, Joenia Wapichana tornou-se a primeira mulher indígena eleita deputada federal no Brasil. Quatro anos depois, em 2022, Sonia Guajajara e Célia Xakriabá conquistaram cadeiras na Câmara dos Deputados. Naquele pleito, sete indígenas foram eleitos para as assembleias legislativas e para o Congresso Nacional.

Para a professora Cristiane Resende, do povo Tabajara, embora o número de candidaturas tenha crescido, a presença indígena nos espaços de poder ainda está aquém da realidade do país. Ela ressalta que ocupar cargos eletivos é essencial para assegurar direitos e garantir políticas públicas efetivas para as comunidades.

“Apesar do aumento, ainda existe uma representatividade muito pequena. Os povos indígenas existem, estão aqui, então a gente precisa ocupar também esses lugares. Precisamos da política para fazer políticas públicas para o nosso povo e para todas as comunidades do Brasil. O problema territorial ainda é o maior embate e o povo indígena precisa de território para ter o seu bem viver, com saúde e educação específicas”, afirma.

A artesã e sabedora das ervas medicinais Dora Tabajara também relaciona o avanço da participação indígena à consciência sobre a própria capacidade de liderança. “O que está faltando é o indígena se qualificar e se apossar mais de si mesmo para dizer: ‘Eu posso! Por que um branco lá fora pode e eu não posso? Eu posso, eu quero e eu devo lutar pela terra, pela demarcação e pelos nossos curumins’”, declara.

Barreiras

Apesar do avanço, o aumento do número de candidaturas não garante, por si só, a conquista de mandatos. Entre o registro de uma candidatura e a eleição, estão obstáculos como acesso a recursos financeiros, estrutura de campanha, visibilidade e apoio político.

Poran Potiguara aponta a falta de financiamento partidário e de apoio real das estruturas das legendas como as principais barreiras. Para ele, não basta que as siglas incluam indígenas apenas como vitrine cultural.

“Existe a questão do fundo partidário, que deveria apoiar as candidaturas, mas, por sermos uma população historicamente colocada à margem, acabamos não tendo o espaço que deveríamos ter na discussão político-partidária. Não adianta só ter o indígena dentro do partido para rotular que ‘tem a diversidade’. É preciso dar condições reais de competitividade, com financiamento, tempo e impulsionamento dos nomes. Ficamos décadas, entre a eleição de Mario Juruna [em 1983] e a de Joenia Wapichana, sem representação na Câmara Federal. Essa lacuna mostra o tamanho da barreira”, destaca Poran.

Além da distribuição interna dos fundos, Poran lembra outro desafio estrutural enfrentado por essas populações. “Todo brasileiro que não tem tradição política enfrenta dificuldades, mas, para o indígena, é ainda mais



Foto: Roberto Guedes

O que está faltando é o indígena se qualificar e se apossar mais de si mesmo para dizer: ‘Eu posso!’

Dora Tabajara

difícil, porque a sociedade muitas vezes nem o enxerga como parte integrante do país. Furar essa bolha é um desafio gigante. Precisamos não só apoiar, mas ser candidatos e ocupar esses espaços com bancadas fortes no Congresso e nas assembleias”, reforça.

Para o cacique Ednaldo Tabajara, a ampliação da presença indígena na política também passa pelo reconhecimento do pertencimento comunitário e territorial. Segundo ele, ser indígena vai além da autodeclaração e envolve a relação com a comunidade e o território. “Ser povo originário é ter vínculo real com a aldeia, mesmo morando na cidade. É voltar para o território para vivenciar a cultura, a reza e o artesanato. Muitos se autodeclararam, mas não têm o reconhecimento ou o pertencimento comunitário das etnias”, ressalta.

O cacique Ednaldo avalia que parte dessas dificuldades está relacionada ao processo histórico de apagamento da identidade dos povos originários. “O primeiro passo é nós acreditarmos em nós mesmos. Todo o processo histórico que fizeram conosco, de tentar apagar a nossa história, acabou nos empurrando para um poço e nos misturando, fazendo com que muitos não se reconheçam mais como indígenas. Se lançar, qualquer um pode se lançar; o desafio real é ter condições de ganhar”, aponta.

Lideranças elencam demandas no estado

Para Ednaldo, a participação política precisa estar associada à defesa de demandas concretas das comunidades. Entre as principais necessidades do povo Tabajara, estão a demarcação do território e a ampliação de políticas públicas nas áreas de educação, saúde, moradia e saneamento. “A maior reivindicação do povo Tabajara é a demarcação da nossa terra e a chegada de políticas públicas de saúde, moradia, saneamento e escolas. Precisamos entrar no currículo escolar para não sermos vistos como folclore, mas como o povo originário que construiu e constrói a Paraíba”, defendeu.

Já Poran acredita que a presença indígena nos espaços de decisão também deve ampliar a participação das comunidades na definição de políticas públicas. Ele argumenta a favor de ações voltadas a saneamento, educação, saúde, turismo e geração de oportunidades, especialmente para a juventude, além de políticas que permitam aos profissionais indígenas formados nas universidades atuar nos próprios territórios.

“É preciso pensar em políticas públicas para o bem viver nos territórios, fortalecendo aquilo que já funciona, como educação, saúde e turismo, e criando oportunidades para a juventude. Temos indígenas formados em diversas áreas, mas, muitas vezes, o território não consegue absorver essa mão de obra. É fundamental, portanto, criar um canal permanente de diálogo com os governos para que essas demandas sejam discutidas de forma qualificada e participativa”, postula.

de. Temos indígenas formados em diversas áreas, mas, muitas vezes, o território não consegue absorver essa mão de obra. É fundamental, portanto, criar um canal permanente de diálogo com os governos para que essas demandas sejam discutidas de forma qualificada e participativa”, postula.

Municípios

Se, nas eleições gerais, a representação ainda é reduzida, no âmbito municipal, ela já alcançou resultados expressivos no Litoral Norte da Paraíba. Segundo o Censo 2022, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Marcação (88,1%) e Baía da Traição (86,6%) têm as maiores proporções de população indígena do estado e estão entre as 10 maiores do Brasil — sendo os únicos municípios fora da Região Norte a figurar entre os 10 primeiros.

Essa presença demográfica refletiu-se nas urnas em 2024. Marcação elegeu Ninha Potiguara prefeita — a única mulher indígena eleita para comandar uma prefeitura no Brasil naquele pleito — e uma Câmara Municipal formada integralmente por representantes dos povos originários, com nove vereadores.

Ao todo, 22 indígenas foram eleitos na Paraíba nas eleições municipais de 2024. Além da prefeita e dos nove vereadores de Marcação, Baía da Traição elegeu o vice-prefeito Toninho de Rosa, do povo Potiguara, e seis vereadores. Rio Tinto elegeu outros quatro representantes para a Câmara Municipal, enquanto Guarabira elegeu um.

Os resultados mostram que a representação política ganha maior expressão nos municípios onde os povos originários têm forte presença populacional. O desafio, agora, é transformar o crescimento das candidaturas em mandatos capazes de ampliar a participação indígena nos espaços de decisão.



Para o cacique Ednaldo (E), principais reivindicações do povo Tabajara são demarcação da terra e inclusão no currículo escolar

Foto: Roberto Guedes

INVESTIGAÇÃO EXPÕE

Indústria tritura pintinhos vivos

Tecnologia que evita descarte existe, mas adoção ainda é baixa no país; projeto de lei pretende mudar situação

Rafael Cardoso
Agência Brasil

Uma investigação da organização Mercy For Animals (MFA) documentou a trituração de pintinhos machos recém-nascidos em um incubatório de grande porte da indústria de ovos na Região Sul do país. De acordo com a organização, aproximadamente 35 mil animais foram mortos em um dia na unidade investigada. O nome da empresa foi mantido em sigilo.

Os pintinhos tinham menos de 24 horas de vida e eram colocados em máquinas com lâminas rotativas de alta velocidade. A prática ocorre porque os machos não põem ovos e, conforme a investigação, não apresentam características genéticas consideradas adequadas para a produção de carne. Na cadeia produtiva, eles são separados das fêmeas logo após o nascimento e destinados ao descarte.

A vice-presidente de Investigações da MFA, Luiza Schneider, esclareceu que o objetivo não era investigar uma denúncia específica, mas documentar uma prática representativa de quase toda a indústria. Para ela, a questão central é o bem-estar dos animais. “Os pintinhos recém-nascidos têm plena capacidade de sentiência, o que significa capacidade de sentir medo ou dor física. Eles têm o sistema nervoso completamente formado”, explicou Luiza.

O material da investigação aponta, ainda, que os maceradores mecânicos nem sempre provocam a morte imediatamente, o que, segundo a organização, pode prolongar o sofrimento.

A investigação também registrou o descarte de fêmeas. A MFA afirma que, mesmo em menor número, elas eram eliminadas quando apresentavam anomalias, deformidades, sangramentos ou nascimento prematuro, ou quando excediam a demanda dos criadores.

Alternativas

Uma das alternativas apresentadas pela organização é a chamada sexagem *in ovo*, tecnologia que identifica o sexo do embrião durante a incubação. Os ovos com embriões machos podem ser retirados antes da eclosão,



Foto: Divulgação/Mercy For Animals

O material da investigação aponta que maceradores mecânicos nem sempre provocam a morte imediatamente, o que, segundo a organização, pode prolongar o sofrimento

evitando que os pintinhos nasçam e sejam posteriormente descartados.

A tecnologia já é utilizada em outros países. De acordo com a organização Innovate Animal Ag, na União Europeia cerca de 130 milhões de um total aproximado de 340 milhões de poedeiras eram provenientes do método em junho deste ano.

Alemanha, França, Áustria e Itália adotaram legislações que proíbem a trituração, enquanto a Noruega e a Suíça avançam para eliminação da prática por decisão de mercado.

No Brasil, a primeira máquina de sexagem *in ovo* foi instalada em julho de 2025, no incubatório da Hy-Line do Brasil, em Nova Granada, no interior de São Paulo.

Opção Alternativa apresentada pela organização é a chamada sexagem *in ovo*, tecnologia que identifica o sexo do embrião durante a incubação

A iniciativa teve como cliente-âncora a Raiar Orgânicos, que possui cerca de 400 mil aves e comprometeu-se a converter todo o plantel. Os primeiros ovos produzidos

com a tecnologia chegaram ao mercado em dezembro daquele ano.

Custos

A adoção da tecnologia, entretanto, ainda é pequena. De acordo com o panorama elaborado pela Innovate Animal Ag, a máquina instalada no Brasil opera abaixo da capacidade. O documento aponta que o principal obstáculo ainda é financeiro. A estimativa é de que o método convencional custe cerca de R\$ 7 por ave no Brasil, enquanto o adicional da tecnologia seja de R\$ 5 a R\$ 10 por ave. O que corresponde a um acréscimo de, aproximadamente, 80% a 150% sobre o preço da ave.

O custo, porém, pode ser diluído ao longo da produ-

ção. Dados do estudo mostram que uma poedeira produz cerca de 350 ovos durante o ciclo, fazendo com que o valor adicional por ave corresponda a poucos centavos de real por dúzia para o consumidor.

Vanessa Garbini, vice-presidente de Relações Institucionais e Governamentais da MFA, avalia que o fato de outros países estarem adotando novas formas de produção é uma prova de que os custos finais não inviabilizam os ganhos da indústria.

“O fato de Suíça e Noruega, por exemplo, implantaram a sexagem *in ovo* sem nem ter legislação, simplesmente por verem os benefícios que isso traz para os consumidores, mostra que o custo da mudança não é tão

grande. Se fosse inviável, não estaria acontecendo na Europa”, argumenta Vanessa.

Há sinais de interesse do setor industrial. As organizações de defesa dos animais citam compromissos públicos de empresas como Planalto Ovos, Grupo Mantiqueira e Korin de suspender a trituração, condicionados à existência de uma tecnologia considerada economicamente acessível e operacionalmente viável.

Em agosto, um encontro nacional sobre sexagem *in ovo* reuniu representantes de empresas de tecnologia, produtores de ovos, instituições financeiras e órgãos públicos, entre eles o Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).

Projetos de Lei levam problema ao Congresso

No Brasil, ainda não existe uma norma federal específica que proíba ou restrinja o descarte de pintinhos machos. O tema, entretanto, já chegou ao Congresso Nacional por meio dos projetos de Lei nº 783/2024 e nº 3.034/2026.

O PL nº 783/2024, de autoria da deputada Luciene Ca-

valcante (Psol-SP), já passou pela Comissão de Meio Ambiente e pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados.

De acordo com a organização, o PL recebeu parecer contrário na Comissão de Agricultura por questões

econômicas e deverá seguir para o plenário.

O PL nº 3.034/2026, apresentado pela deputada Heloísa Helena (Rede-RJ) em junho, ainda está no início da tramitação.

A Constituição Federal proíbe práticas que submetam animais à crueldade, sem estabelecer distinção entre espécies. A legislação ambiental também trata de maus-tratos.

Para a MFA, esses dispositivos podem ser utilizados na discussão sobre a prática, embora a avaliação jurídica sobre cada caso caiba às autoridades competentes.

A MFA informou, ainda, que pretende encaminhar uma denúncia ao Ministério Público para que os órgãos responsáveis avaliem as práticas registradas na investigação.

Consumidor

A mudança também encontra respaldo em pesqui-

sas sobre o comportamento dos consumidores. Levantamento realizado pela Innovate Animal Ag com 1.553 compradores de ovos no Brasil mostrou que 73% se sentem desconfortáveis com o abate de pintinhos machos e 76% concordam que a indústria deveria encontrar uma alternativa.

O mesmo estudo apontou que 79% demonstraram interesse em comprar ovos produzidos com sexagem *in ovo*. Entre os entrevistados, 76% relataram estar dispostos a pagar mais pelo produto, com uma disposição média de R\$ 3,87 por dúzia.

Para Luiza Schneider, a falta de informação ajuda a explicar por que a questão ainda provoca pouca pressão social. “Há um desconhecimento da população em relação a algumas práticas dessa indústria. Então, há pouca mobilização para que elas não aconteçam”, explica. Para Vanessa Garbini,

quanto mais as pessoas estiverem expostas à realidade, mais fácil será avançar com uma legislação para proibir os maus-tratos contra animais.

“Depois que você sabe o que acontece, não consegue esquecer. Um monte de animais, bebezinhos recém-nascidos rolando em esteiras para serem triturados ainda conscientes. É praticamente impossível uma pessoa não se impressionar com essa atividade”, avalia.

■ Para Luiza Schneider, falta de informação ajuda a explicar por que a questão ainda provoca pouca pressão social



Foto: Raíla Neddermeyer/Agência Brasil

O tema chegou ao Congresso Nacional, por meio dos projetos de Lei nº 783/2024 e nº 3.034/2026

EDITAIS

Vagas têm salários de até R\$ 15 mil

Instituições na Paraíba e em Alagoas oferecem mais de 300 oportunidades no serviço público este mês

Iris Machado
irmschdo@gmail.com

No Brejo, no Cariri e no Sertão paraibano, oportunidades de ingresso na carreira pública somam mais de 300 vagas imediatas. Três prefeituras anunciaram, neste mês, a abertura de certames para o preenchimento de funções em todos os níveis de escolaridade, desde fundamental incompleto ou completo, médio, técnico a superior — Areia, Coxixola e Poço Dantas —, e salários que chegam a até R\$ 15 mil. Explorar outros estados do Nordeste também é uma opção para especialistas em Engenharia Agrônômica e Medicina Veterinária, capazes de reforçar a equipe da defesa agropecuária de Alagoas.

Areia

Quem abriga o maior número de cargos desta semana é o município de Areia, localizado na vertente oriental do Planalto da Borborema. Dentre as 195 vagas abertas, os principais cargos abrangem os campos da educação, tanto rural quanto urbana, música e serviços gerais. Profissionais da saúde, como técnicos em Enfermagem, enfermeiros, médicos, psicólogos e veterinários, também encontram postos de trabalho no concurso.

Conforme o edital, a jornada semanal prevista varia de 20 a 40 horas, enquanto a remuneração inicial gira em torno de R\$ 1.621 a R\$ 4.782,72, a depender do cargo desejado. As inscrições seguem até 12 de outubro, por meio do portal da Comissão Permanente de Concursos (CPCon) da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). A taxa oscila de acordo com a escolaridade: R\$ 75 para nível fundamental, R\$ 95 para nível médio ou técnico e R\$ 95 para nível superior.

Para todos os cargos, a seleção estabelece uma prova objetiva, aplicada no dia 1º de novembro, em Areia. Haverá um teste prático voltado a postos de coeiro, motorista, operador de máquinas, pintor, músico, eletricista e intérprete de Libras, assim como uma avaliação de títulos para candidatos de magistério completo. As contratações dos candidatos nomeados, após a homologação do resultado final, serão realizadas sob regime estatutário.



Por meio do QR Code, acesse o edital de Areia

Coxixola

Município com o quarto menor número de habitantes do estado, Coxixola, no Cariri paraibano, é mais um destino para profissionais à procura

da estabilidade do serviço público. No total, a prefeitura prevê 25 vagas imediatas e a formação de cadastro de reserva, nos níveis fundamental completo, médio ou técnico e superior. As principais oportunidades envolvem os cargos de enfermeiro, nutricionista, odontólogo e psicólogo.

Conforme a função, a jornada de trabalho prevista é de 12 a 40 horas por semana, com a possibilidade de escala 24x72h, e remuneração de R\$ 1.621 a R\$ 5.000. Interessados devem se inscrever até 12 de outubro no sistema da CPCon. As taxas variam de R\$ 75 para nível fundamental, R\$ 95 para nível médio ou técnico e R\$ 115 para nível superior.



Por meio do QR Code, acesse o edital de Coxixola

Uma prova objetiva, para todos os cargos, será aplicada no dia 29 de novembro, em Coxixola. Inscritos nos postos de motorista e operador de máquina pesada passarão, ainda, por uma etapa prática posterior, prevista para 31 de janeiro de 2027. Todos os cargos, segundo o edital, obedecem ao regime estatutário.

Poço Dantas

Outra prefeitura em busca de novos funcionários é a de Poço Dantas, na Região Metropolitana de Cajazeiras. Ao todo, o município disponibiliza 81 postos de trabalho, entre cargos nas áreas administrativa, educacional e da saúde, em regime de contratação estatutário. A ênfase é para as funções de professor de Ensino Básico e auxiliar de serviços gerais, com 20 e 15 vagas abertas, respectivamente.

O edital prevê uma carga horária semanal de 20 a 40 horas. Já os vencimentos vão de R\$ 1.621 a R\$ 15.000, junto a um acréscimo de 10% de insalubridade para o cargo de agente de combate às endemias. Para participar da seleção, o candidato deve preencher, até 30 de setembro, as informações solicitadas na plataforma da banca organizadora, o Instituto de Gestão em Educação, Capacitação e Aperfeiçoamento Profissional (Igecap), e estar de olho nas taxas de inscrição — de R\$ 60 para nível fundamental, R\$ 80 para nível médio ou técnico e R\$ 117 para nível superior.

Todos os candidatos realizarão uma prova objetiva, de caráter eliminatório e classificatório, prevista para o dia 1º de novembro de 2026, em Poço Dantas, seguida por uma etapa prática para as funções de eletricista, agente de limpeza urbana, motorista e operador de máquinas

pesadas. Inscritos nos cargos de coordenador pedagógico e professor de Ensino Básico também serão submetidos a uma análise de títulos.



Por meio do QR Code, acesse o edital de Poço Dantas

Alagoas

Ainda no Nordeste, a Agência de Defesa e Inspeção Agropecuária de Alagoas (Adeal) oferta 20 vagas imediatas e 24 para formação de cadastro de reserva nos cargos de fiscal estadual agropecuário. Destinadas a profissionais de nível superior, as oportunidades estabelecem postos para as especialidades de Engenharia Agrônômica e Medicina Veterinária. As lotações previstas incluem as gerências regionais de Arapiraca, Santana do Ipanema e União dos Palmares.

A carga horária, de 40 horas por semana, soma um salário de R\$ 7.320,42. As inscrições ocorrem exclusivamente de maneira digital, no site do Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebrape), de 15 de setembro a 20 de outubro, mediante o pagamento de um valor de R\$ 200. A isenção da taxa, aos candidatos que obedecem aos critérios elencados no edital, deverá ser solicitada de 15 a 21 de setembro.

O processo seletivo contará com provas objetivas e discursivas, ambas realizadas no dia 13 de dezembro. Todas as etapas acontecerão no turno da tarde, na capital alagoana de Maceió. Para os dois cargos, o certame exige, além do diploma do respectivo curso de graduação, a posse de Carteira Nacional de Habilitação (CNH) de categoria B.



Por meio do QR Code, acesse o edital de Alagoas

Três prefeituras anunciaram, neste mês, a abertura de certames para o preenchimento de funções em todos os níveis de escolaridade



Adriana Cabral decidiu tornar-se veterinária depois de perder uma cadelinha

Atuação na medicina veterinária contribui para saúde pública

“Muita gente acha que médico-veterinário só cuida de bicho, mas, na verdade, quando você bota uma carne no seu prato, um queijo, ou qualquer alimento de origem animal, tudo passou pela mão de um veterinário”, reforça Adriana Cabral, médica especialista em Hematologia e Bioquímica veterinária. Como ela explica, o veterinário é apto para atuar na inspeção de alimentos, na fiscalização sanitária e até na promoção da saúde pública, ao participar da prevenção e do controle de zoonoses. Embora a profissão encontre um mercado competitivo e diversificado, ela implica um investimento contínuo em formação, uma comunicação eficiente, uma jornada de trabalho extensa e, acima de tudo, inteligência emocional.

“Qualquer falha pode interferir diretamente na segurança do paciente. A gente lida diariamente com situações urgentes, decisões difíceis e famílias extremamente fragilizadas emocionalmente. Cada decisão precisa ser tomada com muita consciência, conhecimento, com respeito aos seus limites e aos limites da medicina. Nós não teremos controle sobre todos os desfechos. A gente tem que conseguir controlar uma doença, aliviar a dor do paciente, proporcionar dignidade de vida para aquele animal e para a própria família, para confortar essa família. Tudo isso também faz parte desse cuidado”, revela.

Essa é uma experiência que ela adquiriu não só enquanto médica, mas também na posição de tutora. Pouco antes da pandemia, Adriana perdeu a cadelinha Nicolý, em decorrência de uma transfusão sanguínea realizada sem critérios técnicos adequados. Foi essa dor que mostrou uma lacuna no campo da saúde e a incentivou a aliar a carreira de despachante aduaneiro à graduação em Medicina Veterinária, um sonho de infância. “Transformei essa dor pessoal num propósito profissional, que era trabalhar para que outros animais tivessem acesso à transfusão mais segura e melhores oportunidades para sobreviver. Comecei a estudar as dificuldades relacionadas à disponibilidade e à qualidade do sangue veterinário e criei um grupo inicialmente de tutores e animais doadores para auxiliar as clínicas de rompimento em situações emergenciais”, recorda.

Diante disso, a especialista integrou uma sociedade para implantar o primeiro hemocentro veterinário na Paraíba, o Hemocare Vet, em 2023. Localizado em João Pessoa, o banco de sangue oferece análises laboratoriais e serviços de hematologia clínica para cães e gatos. Atualmente em mais uma pós-graduação, Adriana enfatiza a importância de desenvolver uma ética capaz de continuar os estudos por toda a vida — e uma sensibilidade profissional, sem per-

der a objetividade necessária em situações críticas.

“A minha maior realização está em perceber que consegui transformar uma experiência dolorosa, que eu tive com a perda da minha Nicolý, em propósito. A perda da minha cadelinha me levou a estudar, a pesquisar, a trabalhar pela segurança transfusional. Hoje, quando um animal recebe um sangue com critérios técnicos e ganha uma nova oportunidade de viver, eu sinto, de verdade, que todo esse caminho fez sentido. A medicina veterinária completou o meu desejo de muito nova, de infância, que eu achava que eu nunca ia conseguir, por conta de muitas situações que a vida me levou. Mas foi, de fato, um divisor de águas... E eu super incentivo as pessoas que realmente amam animais e amam pessoas a escolher essa área tão maravilhosa”, expressa.

Oportunidade

Os concursos da Adeal e da Prefeitura Municipal de Areia oferecem, ao todo, 13 vagas para médicos-veterinários. O cargo requer Ensino Superior completo e registro ativo e regular no Conselho Regional de Medicina Veterinária (CRMV). No Brejo paraibano, a carga horária totaliza 20h por semana e um vencimento de R\$ 1.621, ao passo que a jornada equivale a 40 horas semanais e um salário de R\$ 7.320,42 em Alagoas.

Foto: Arquivo pessoal

Selic Fixado em 5 de agosto de 2026 14%	Salário mínimo R\$ 1.621	Dólar \$ Comercial +0,44% R\$ 5,125	Euro € Comercial +0,32% R\$ 5,943	Libra £ Esterlina +0,49% R\$ 6,933	Inflação IPCA do IBGE (em %) Agosto/2026 -0,32 Julho/2026 0,07 Junho/2026 0,16 Maio/2026 0,58 Abril/2026 0,67	Ibovespa 187.206,89 pt -0,56%
---	---	--	--	---	--	--

VOCAÇÃO ECONÔMICA

Calçados de Patos cruzam fronteiras

Município reúne 144 empresas do segmento e destina 90% da produção para outros estados, segundo associação

Mirvan Lúcio
mirvanlucio.jornalista@gmail.com

Há décadas a cidade de Patos é conhecida como forte produtora de calçados. De acordo com a Associação dos Sapateiros de Patos (Asspa), existem na cidade 144 empresas calçadistas, entre pequenas e médias, sendo 30 vinculadas à instituição. A produção vai desde sandálias até sapatos, botas e bolsas. O Centro de Comercialização Calçadista, inaugurado em 2022, concentra parte da comercialização desses produtos, porém a venda para outros estados é o que garante a lucratividade dos negócios.

De acordo com Veridiano Viana, presidente da Asspa, a partir da década de 1980, o polo de produção de calçados foi sendo estruturado na Capital do Sertão. A região conhecida como Rua da Baixa, no bairro Santo Antônio, con-

centra um grande número de sapatarias, dentre elas as mais tradicionais. O bairro Monte Castelo e o conjunto dos Sapateiros também se destacam nessa produção.

Esta última localidade teve sua infraestrutura pensada para abrigar as famílias que desempenham esse trabalho. No local, foram construídas casas populares e está sendo desenvolvido o projeto para construção de galpões, com capacidade para abrigar até 130 fabricantes.

O Centro de Comercialização Calçadista, no centro da cidade, disponibiliza a estrutura para a venda direta dos produtos no varejo. Porém, de acordo com a Asspa, o que circula em Patos é muito pouco, quando comparado ao que é vendido para outros estados. “Só 10% do que se faz aqui é vendido em Patos. As fábricas vendem para comerciantes de fora que conhecem o nosso tra-



Mercadorias chegam a cidades conhecidas por serem polos de moda, como Caruaru e Santa Cruz do Capibaribe, em Pernambuco

balho e vêm buscar mercadorias aqui. Isso melhorou muito para os sapateiros”, afirmou

Viana, que também é produtor há mais de 40 anos.

Os calçados patoenses chegam a lugares como Rio Grande do Norte, São Paulo e Manaus. Polos de moda reconhecidos, como Caruaru e Santa Cruz, em Pernambuco, também têm Patos como referência no fornecimento de calçados.

De acordo com Viana, as fábricas que dispõem de uma melhor estrutura, chegam a produzir três mil pares por mês. As vendas, assim como em outros setores da economia, apresentam variações a cada mês. Junho é um dos meses mais rentáveis, tanto pela procura popular quanto pelo mercado voltado às quadrilhas juninas, que demandam modelos exclusivos para os figurinos.

O design dos calçados é inspirado nas tendências ditadas pela mídia, dramaturgia, artistas e influenciadores. “Como me faz falta a novela *Tieta*. Porque tudo que saía na televisão eu copiava, botava o nome ‘Tieta’ e vendia muito”, brincou Viana. As peças são produzidas em couro sintético trazido de outros estados. Em Patos, estabeleceu-se um modelo de linha de produção. Cada sapataria se especializou em um processo específico, como corte dos moldes, fabricação do solado, cobertura das palmilhas, entre outras fases da produção. “O dono da fábrica terceiriza, pega todas as partes prontas e finaliza montando os modelos e os detalhes”, explicou o líder da associação.

“
As fábricas vendem para comerciantes de fora que conhecem o nosso trabalho e vêm buscar mercadorias aqui. Isso melhorou muito para os sapateiros

Veridiano Viana



Parte da venda dos produtos acontece no Centro de Comercialização Calçadista

Peças em couro de bode e de boi mantêm tradição sertaneja viva

O Mercado Público Darcílio Wanderley, na região central de Patos, conserva outra tradição com base na cultura coureira. Peças mais rústicas, produzidas em couro de bode e boi. Artigos que transitam entre o mundo da moda, utilidades e a lida na Zona Rural. Currulepes, botas, bolsas, chaveiros, bainhas, marras de chocalho e gibão são alguns exemplos da versatilidade da matéria-prima de origem animal.

Os pontos de vendas exibem os produtos pendurados em suas paredes, quase como adornos, que referenciam a cultura do Nordeste. Uma das lojas mais antigas no comércio de couro pertence ao senhor Joaquim Inácio Neto, de 86 anos. Em funcionamento desde 1983, o vendedor foi um dos pioneiros nesse ramo. Depois de anos dedicados aos trabalhos na antiga rede ferroviária, deixou as viagens e passou a se dedicar ao comércio, para ficar mais perto da família.

Atualmente, seu Joaquim recupera-se de uma cirurgia e a filha, Maria José Costa, de 60 anos, gerencia a loja. Segundo ela, as peças em couro representam cerca de 70% das vendas no estabelecimento. “O artigo de couro é muito importante na nossa vida, porque ele nunca para de vender. Aqui a nossa mola mestra é o couro. É um artigo que vende todo o tempo, ele não é modinha”, garantiu.

As peças são produzidas com couros diferentes, levando em consideração a funcionalidade de cada uma. “O couro de boi é mais duro para se trabalhar, faz as coisas mais ásperas e mais duras. E o couro de bode é mais macio, mais fino e tem mais durabilidade, aí faz as peças que são mais delicadas”, explicou Maria José.

O material tem um potencial de aproveitamento tamanho, que dele se originam os mais variados itens — de artigos para presentes até a vestimenta mais tradicional dos vaqueiros. “O

Na região central da cidade, a herança cultural é conservada no Mercado Público Darcílio Wanderley

povo compra essas bolsas que são trabalhadas, cintos, carteiras, sandálias e dão de presente. Tem também o pessoal que vem de fora, turistas, que gostam de levar como lembrança da cidade e, assim, a gente vai vendendo”, relatou Maria José.

De acordo com a comerciante, a loja oferta cerca de dois mil produtos, nas duas unidades localizadas no mercado. As mercadorias vêm de fornecedores de outros estados, como Ceará, Rio Grande do Norte e Bahia, além de peças produzidas aqui, na Paraíba, es-



Maria José é gerente da loja onde Francisco compra, há cerca de 10 anos, as mercadorias que revende em outras cidades



pecialmente nas cidades de Campina Grande e Cabaceiras. As vendas são voltadas ao varejo e a outros clientes que trabalham com revenda.

É o caso de Francisco Dias Silva, de 68 anos. Ele mora no sítio Poço da Pedra, município de Junco do Seridó. É cliente da loja há cerca de 10 anos e periodicamente vem a Patos comprar mercadorias. Mesmo aposentado, tem o ofício de vendedor

como uma distração, traçando uma rota entre os municípios de Santa Luzia, São José do Sabugi, Equador (RN), entre outras cidades da região do Vale do Sabugi. “Não tem um dia para eu não andar no meio desse mundo. Eu vivo andando. Ficar dentro de casa, ave Maria, é ruim demais. Eu não faço nem pelo dinheiro, é porque eu gosto mesmo”, revelou.

A opção por buscar os

itens em Patos, deve-se à qualidade e ao preço dos produtos. Com a notinha da compra na mão, e ao lado de Maria José, seu Francisco enfatizou o quanto a cultura do couro é simbólica para o Nordeste. “Todo mundo gosta, todo mundo acha bonito. Foi peça de couro, o povo gosta de comprar, porque sabe que é coisa boa, demora a se acabar. É uma coisa bem de nós, do Sertão”, enfatizou.

EM 10 ANOS

Brasil ganha três milhões de CNPJs

Empreendedorismo informal cresceu em ritmo mais lento (6%), passando de 18,6 milhões para 19,7 milhões

Carlos Abreu
Agência Sebrae

O empreendedorismo formal no Brasil cresceu cerca de sete vezes mais rápido que o informal nos últimos 10 anos (de 2015 a 2025). Nesse período, o número de empresas com Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) aumentou 41%, com o número de negócios formais saltando de 7,45 milhões para 10,5 milhões. No mesmo período, o empreendedorismo informal registrou um crescimento substancialmente menor (6%), com o número de empresas passando de 18,6 milhões para 19,7 milhões.

É o que aponta a pesquisa *Empreendedorismo informal sob a ótica da Pnad Contínua*, realizada pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). A pesquisa também revela que a atividade empreendedora tem sido uma opção cada vez mais pensada e estável, em lugar de uma necessidade temporária. De acordo com o levantamento, no quarto trimestre de 2025, 76% dos empreendedores informais já estavam à

frente do seu negócio há dois anos ou mais.

Entre os formalizados, essa resiliência é ainda maior: 88% possuíam mais de dois anos de atividade. Apenas 3% dos informais e 0,5% dos formais eram iniciantes com menos de um mês de atuação, evidenciando que a grande maioria busca no empreendedorismo uma ocupação de longo prazo. Para o presidente do Sebrae, Rodrigo Soares, a pesquisa confirma a importância do aprimoramento do ambiente de negócios da economia brasileira.

“O Simples Nacional foi um marco no empreendedorismo no Brasil. A partir dele, e com os aprimoramentos que foram feitos ao longo dos últimos anos, abrir o próprio negócio tornou-se uma atividade mais atrativa e bem menos desafiadora. Com isso, cada vez mais empreendedores decidem abrir sua empresa por oportunidade, e não por necessidade”, disse Rodrigo Soares, presidente do Sebrae.

Perfil

O levantamento aponta que os donos de negócios in-



Foto: Divulgação/Agência Sebrae

Pesquisa do Sebrae mostra que a formalização avançou 41%, saltando de 7,45 milhões para 20,5 milhões de 2015 a 2025

formais são majoritariamente homens (67%) e pessoas negras (60%), enquanto há maior presença de pessoas brancas (60,5%) no segmento formal. A busca do próprio negócio pelo caminho da informalidade também acompanha o envelhecimento da população: a faixa etária de 60 anos ou mais

teve o maior avanço no setor informal, subindo de 12% para 16% em 10anos (+4 pontos percentuais).

Além disso, mais da metade dos donos de negócios sem CNPJ (54%) é chefe de família, o que posiciona o empreendedorismo informal como a principal fonte de sustentabilidade

do domicílio. Ainda segundo o estudo, a maioria dos informais (60%) trabalha sem um local fixo — atuando principalmente no domicílio ou em locais designados pelo cliente (como prestadores de serviços) — e um percentual ainda maior (80%) não faz qualquer contribuição para a Previdência Social.

No que diz respeito à carga horária, o informal dedica, em média, 36 horas semanais ao negócio principal (sete horas a menos que os formais), fruto do predomínio do trabalho por conta própria (96% dos informais), em detrimento de empreendimentos que geram postos de trabalho.

Dívidas podem causar exclusão do MEI

André Gomes
Agência Sebrae

Os microempreendedores individuais (MEI) de todo o país devem estar atentos para não ficarem de fora do Simples Nacional a partir de janeiro de 2027. Isso porque, no início deste ano, foram enviados termos de exclusão, acompanhados dos relatórios de pendências com os débitos que os pequenos negócios têm junto à Receita Federal ou à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). Caso as dívidas não sejam renegociadas, as empresas serão excluídas do Simples Nacional e do Simi a partir de janeiro de 2027. As notificações podem ser verificadas nos portais do Sim-

ples Nacional ou pelo e-CAC da Receita Federal.

“Mesmo aqueles que não se regularizaram no período de 90 dias após receberem o termo de exclusão no início do ano podem renegociar e pedir a solicitação de reenquadramento no Simples Nacional”, explica a analista de Políticas Públicas do Sebrae, Layla Caldas. A especialista do Sebrae ressaltava que a renegociação dos débitos mantém esses profissionais na formalidade, possibilita que voltem a acessar o sistema de seguridade social, além de garantir a emissão de notas fiscais.

A regularização dos débitos pode ser feita por meio de pagamento à vista ou de forma parcelada. O acesso aos portais

é possível com conta Gov.br de nível prata ou ouro, alterando o perfil para o CNPJ, ou por certificado digital. A recomendação de verificar as notificações de débitos também se estende às microempresas (ME) e às empresas de pequeno porte (EPP).

Desenrola

As dívidas fiscais de cerca de 3,5 milhões de microempreendedores individuais também podem ser regularizadas por meio do programa Desenrola MEI, até 30 de setembro de 2026. A adesão ao edital é feita por meio do portal Regularize, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Para isso, é necessário que

os débitos que estão na Dívida Ativa não superem o valor de R\$ 20 mil. O montante total anunciado pelo Governo Federal é de R\$ 12,4 bilhões e o valor médio das dívidas é de R\$ 4 mil. A iniciativa possibilitará o parcelamento do débito em até 145 meses e garante descontos de até 70% sobre juros, multas e encargos legais, com a preservação do valor principal da dívida.

Além disso, o microempreendedor individual que tiver débitos de até R\$ 8.105 (cinco salários mínimos), inscritos há mais de um ano, conta com 50% de desconto linear e prazo de até 60 meses para pagar.

A prestação mínima do acordo será de R\$ 25 em todas as modalidades.

LEILÃO EXTRAJUDICIAL | SOMENTE ON-LINE
ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA – LEI Nº 9.514/97

1º Leilão: dia 23/09/2026, a partir das 15h 2º Leilão: dia 25/09/2026, a partir das 15h

EDUARDO KARTALIAN DELLA MONICA, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP sob nº 1.550, faz saber, que devidamente autorizado pela credora fiduciária **VERSI III PARTICIPAÇÕES S.A.**, inscrita no CNPJ sob nº 36.846.619/0001-69, que venderá a quem maior lance oferecer o imóvel descrito neste Edital, onde figura como devedor fiduciante **RESERVA CAJAZEIRAS SPE LTDA**, inscrita no CNPJ 49.339.224/0001-11, e na forma da Lei nº 9.514/97 promoverá a venda em **LEILÃO EXTRAJUDICIAL ON-LINE (1º ou 2º leilão) DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA** através do site: www.monago.com.br, do imóvel abaixo descrito. O **PRIMEIRO LEILÃO** será realizado no dia 23 de setembro de 2026, a partir das 15h00, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 190.000,00. DESCRIÇÃO DO IMÓVEL:** Um lote de terreno para construção, desmembrado de outra porção maior, situado a Rua Professor José Francisco de Abreu, Bairro Esperança, nesta cidade de Cajazeiras-PB, referente ao lote nº 06 da quadra C, do Loteamento Condomínio Reserva Cajazeiras, com as seguintes medidas e confrontações: com área superficial de 350,00m², medindo de 14,00m, frente, fundos 14,00m, lateral direita de 25,00m, lateral esquerda 25,00m, limitando-se pela frente com a Via Local 01, hoje denominada de Rua Professor José Francisco de Abreu, fundos com o lote 24 da quadra C, lateral direita com o lote 07 da quadra C, lateral esquerda com o lote 05 da quadra C, cadastrado junto ao DAT inscrição do imóvel nº 0413917, setor 03 Quadra 605, lote 0300, unidade 38, devidamente descrito e caracterizado na Matrícula nº 31297 do Registro Geral de Imóveis de Cajazeiras/PB. Caso não haja arrematação em 1º leilão, fica desde já designado o dia 25 de setembro de 2026, a partir das 15h00, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 189.658,79**. O imóvel será vendido à vista, em caráter “ad corpus” e no estado em que se encontra. Os interessados em participar do leilão, deverão se cadastrar através do site www.monago.com.br e se habilitar com antecedência de 48 horas antes do encerramento do leilão. Os lances on-line e seus incrementos deverão estar de acordo com valores mínimos estabelecidos. Todas as despesas propter rem, ou seja, condomínio, IPTU, etc., com vencimento até a data do leilão, serão de responsabilidade da Credora Fiduciária, exceto quando se tratar de aquisição do imóvel por meio do exercício do direito de preferência pelo(a) devedor(a) fiduciante. Havendo arrematação, a escritura pública deverá ser lavrada em até 90 dias contados a partir da data do leilão, sendo as despesas com a transferência da propriedade, por conta do arrematante. Providências e encargos para regularização de eventuais divergências, pendências e averbações junto aos órgãos competentes, correrão por conta do comprador. O arrematante pagará o valor total da arrematação, mais 5% correspondente à comissão do leiloeiro oficial, a qual não está incluída no valor do lance. Os referidos pagamentos deverão ser efetivados no prazo de 24 horas depois de expressamente comunicado. Caso não sejam efetivados os pagamentos do valor da arrematação e comissão do leiloeiro, no prazo estabelecido, a venda não será concretizada e o proponente estará sujeito às penalidades legais. Os devedores fiduciários serão comunicados das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercerem o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017. As demais condições deste leilão obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19/10/1932. O edital completo encontra-se disponível no site do leiloeiro www.monago.com.br.

LEILÃO EXTRAJUDICIAL | SOMENTE ON-LINE
ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA – LEI Nº 9.514/97

1º Leilão: dia 23/09/2026, a partir das 15h 2º Leilão: dia 25/09/2026, a partir das 15h

EDUARDO KARTALIAN DELLA MONICA, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP sob nº 1.550, faz saber, que devidamente autorizado pela credora fiduciária **VERSI III PARTICIPAÇÕES S.A.**, inscrita no CNPJ sob nº 36.846.619/0001-69, que venderá a quem maior lance oferecer o imóvel descrito neste Edital, onde figura como devedor fiduciante **RESERVA CAJAZEIRAS SPE LTDA**, inscrita no CNPJ 49.339.224/0001-11, e na forma da Lei nº 9.514/97 promoverá a venda em **LEILÃO EXTRAJUDICIAL ON-LINE (1º ou 2º leilão) DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA** através do site: www.monago.com.br, do imóvel abaixo descrito. O **PRIMEIRO LEILÃO** será realizado no dia 23 de setembro de 2026, a partir das 15h00, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 190.000,00. DESCRIÇÃO DO IMÓVEL:** Um lote de terreno para construção, desmembrado de outra porção maior, situado a Rua Professor José Francisco de Abreu, Bairro Esperança, nesta cidade de Cajazeiras-PB, referente ao lote nº 06 da quadra A, do Loteamento Condomínio Reserva Cajazeiras, com as seguintes medidas e confrontações: com área superficial de 414,8372m², medindo de 14,00m, frente, fundos 14,00m, lateral direita de 29,57m, limitando-se pela frente com a Via principal 01, hoje denominada de Rua Professor José Francisco de Abreu, fundos com a Escola Cidadã Integral Técnica Estadual, com o Condomínio Cidade Verde, e a propriedade Francisco Arcanjo de Albuquerque, lateral direita com o lote 7 da quadra A, lateral esquerda com o lote 5 da quadra A, cadastrado junto ao DAT inscrição do imóvel nº 0413593, setor 03 Quadra 605, lote 0300, unidade 6, devidamente descrito e caracterizado na Matrícula nº 31297 do Registro Geral de Imóveis de Cajazeiras/PB. Caso não haja arrematação em 1º leilão, fica desde já designado o dia 25 de setembro de 2026, a partir das 15h00, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 190.201,05**. O imóvel será vendido à vista, em caráter “ad corpus” e no estado em que se encontra. Os interessados em participar do leilão, deverão se cadastrar através do site www.monago.com.br e se habilitar com antecedência de 48 horas antes do encerramento do leilão. Os lances on-line e seus incrementos deverão estar de acordo com valores mínimos estabelecidos. Todas as despesas propter rem, ou seja, condomínio, IPTU, etc., com vencimento até a data do leilão, serão de responsabilidade da Credora Fiduciária, exceto quando se tratar de aquisição do imóvel por meio do exercício do direito de preferência pelo(a) devedor(a) fiduciante. Havendo arrematação, a escritura pública deverá ser lavrada em até 90 dias contados a partir da data do leilão, sendo as despesas com a transferência da propriedade, por conta do arrematante. Providências e encargos para regularização de eventuais divergências, pendências e averbações junto aos órgãos competentes, correrão por conta do comprador. O arrematante pagará o valor total da arrematação, mais 5% correspondente à comissão do leiloeiro oficial, a qual não está incluída no valor do lance. Os referidos pagamentos deverão ser efetivados no prazo de 24 horas depois de expressamente comunicado. Caso não sejam efetivados os pagamentos do valor da arrematação e comissão do leiloeiro, no prazo estabelecido, a venda não será concretizada e o proponente estará sujeito às penalidades legais. Os devedores fiduciários serão comunicados das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercerem o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017. As demais condições deste leilão obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19/10/1932. O edital completo encontra-se disponível no site do leiloeiro www.monago.com.br.

LEILÃO EXTRAJUDICIAL | SOMENTE ON-LINE
ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA – LEI Nº 9.514/97

1º Leilão: dia 23/09/2026, a partir das 15h 2º Leilão: dia 25/09/2026, a partir das 15h

EDUARDO KARTALIAN DELLA MONICA, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP sob nº 1.550, faz saber, que devidamente autorizado pela credora fiduciária **VERSI III PARTICIPAÇÕES S.A.**, inscrita no CNPJ sob nº 36.846.619/0001-69, que venderá a quem maior lance oferecer o imóvel descrito neste Edital, onde figura como devedor fiduciante **RESERVA CAJAZEIRAS SPE LTDA**, inscrita no CNPJ 49.339.224/0001-11, e na forma da Lei nº 9.514/97 promoverá a venda em **LEILÃO EXTRAJUDICIAL ON-LINE (1º ou 2º leilão) DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA** através do site: www.monago.com.br, do imóvel abaixo descrito. O **PRIMEIRO LEILÃO** será realizado no dia 23 de setembro de 2026, a partir das 15h00, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 190.000,00. DESCRIÇÃO DO IMÓVEL:** Um lote de terreno para construção, desmembrado de outra porção maior, situado a Rua Professor José Francisco de Abreu, Bairro Esperança, nesta cidade de Cajazeiras-PB, referente ao lote nº 07 da quadra 0, do Loteamento Condomínio Reserva Cajazeiras, com as seguintes medidas e confrontações: com área superficial de 422,8523m², medindo de 14,00m, frente, fundos 14,00m, lateral direita de 31,58m, lateral esquerda 29,78m, limitando-se pela frente com a Via Principal 01, hoje denominada de Rua Professor José Francisco de Abreu, fundos com a área verde, lateral direita com o lote 6 da quadra 0, lateral esquerda com o lote 8 da quadra 0, cadastrado junto ao DAT inscrição do imóvel nº 0416941, setor 03 Quadra 605, lote 0300, unidade 341, devidamente descrito e caracterizado na Matrícula nº 31272 do Registro Geral de Imóveis de Cajazeiras/PB. Caso não haja arrematação em 1º leilão, fica desde já designado o dia 25 de setembro de 2026, a partir das 15h00, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 189.387,48**. O imóvel será vendido à vista, em caráter “ad corpus” e no estado em que se encontra. Os interessados em participar do leilão, deverão se cadastrar através do site www.monago.com.br e se habilitar com antecedência de 48 horas antes do encerramento do leilão. Os lances on-line e seus incrementos deverão estar de acordo com valores mínimos estabelecidos. Todas as despesas propter rem, ou seja, condomínio, IPTU, etc., com vencimento até a data do leilão, serão de responsabilidade da Credora Fiduciária, exceto quando se tratar de aquisição do imóvel por meio do exercício do direito de preferência pelo(a) devedor(a) fiduciante. Havendo arrematação, a escritura pública deverá ser lavrada em até 90 dias contados a partir da data do leilão, sendo as despesas com a transferência da propriedade, por conta do arrematante. Providências e encargos para regularização de eventuais divergências, pendências e averbações junto aos órgãos competentes, correrão por conta do comprador. O arrematante pagará o valor total da arrematação, mais 5% correspondente à comissão do leiloeiro oficial, a qual não está incluída no valor do lance. Os referidos pagamentos deverão ser efetivados no prazo de 24 horas depois de expressamente comunicado. Caso não sejam efetivados os pagamentos do valor da arrematação e comissão do leiloeiro, no prazo estabelecido, a venda não será concretizada e o proponente estará sujeito às penalidades legais. Os devedores fiduciários serão comunicados das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercerem o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017. As demais condições deste leilão obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19/10/1932. O edital completo encontra-se disponível no site do leiloeiro www.monago.com.br.

LEILÃO EXTRAJUDICIAL | SOMENTE ON-LINE
ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA – LEI Nº 9.514/97

1º Leilão: dia 23/09/2026, a partir das 15h 2º Leilão: dia 25/09/2026, a partir das 15h

EDUARDO KARTALIAN DELLA MONICA, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP sob nº 1.550, faz saber, que devidamente autorizado pela credora fiduciária **VERSI III PARTICIPAÇÕES S.A.**, inscrita no CNPJ sob nº 36.846.619/0001-69, que venderá a quem maior lance oferecer o imóvel descrito neste Edital, onde figura como devedor fiduciante **RESERVA CAJAZEIRAS SPE LTDA**, inscrita no CNPJ 49.339.224/0001-11, e na forma da Lei nº 9.514/97 promoverá a venda em **LEILÃO EXTRAJUDICIAL ON-LINE (1º ou 2º leilão) DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA** através do site: www.monago.com.br, do imóvel abaixo descrito. O **PRIMEIRO LEILÃO** será realizado no dia 23 de setembro de 2026, a partir das 15h00, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 190.000,00. DESCRIÇÃO DO IMÓVEL:** Um lote de terreno para construção, desmembrado de outra porção maior, situado a Rua Professor José Francisco de Abreu, Bairro Esperança, nesta cidade de Cajazeiras-PB, referente ao lote nº 05 da quadra C, do Loteamento Condomínio Reserva Cajazeiras, com as seguintes medidas e confrontações: com área superficial de 350,00m², medindo de 14,00m, frente, fundos 14,00m, lateral direita de 25,00m, lateral esquerda 25,00m, limitando-se pela frente com a Via Local 01, hoje denominada de Rua Professor José Francisco de Abreu, fundos com o lote 23 da quadra C, lateral direita com o lote 06 da quadra C, lateral esquerda com o lote 04 da quadra C, cadastrado junto ao DAT inscrição do imóvel nº 0413909, setor 03 Quadra 605, lote 0300, unidade 37, devidamente descrito e caracterizado na Matrícula nº 31301 do Registro Geral de Imóveis de Cajazeiras/PB. Caso não haja arrematação em 1º leilão, fica desde já designado o dia 25 de setembro de 2026, a partir das 15h00, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 189.815,18**. O imóvel será vendido à vista, em caráter “ad corpus” e no estado em que se encontra. Os interessados em participar do leilão, deverão se cadastrar através do site www.monago.com.br e se habilitar com antecedência de 48 horas antes do encerramento do leilão. Os lances on-line e seus incrementos deverão estar de acordo com valores mínimos estabelecidos. Todas as despesas propter rem, ou seja, condomínio, IPTU, etc., com vencimento até a data do leilão, serão de responsabilidade da Credora Fiduciária, exceto quando se tratar de aquisição do imóvel por meio do exercício do direito de preferência pelo(a) devedor(a) fiduciante. Havendo arrematação, a escritura pública deverá ser lavrada em até 90 dias contados a partir da data do leilão, sendo as despesas com a transferência da propriedade, por conta do arrematante. Providências e encargos para regularização de eventuais divergências, pendências e averbações junto aos órgãos competentes, correrão por conta do comprador. O arrematante pagará o valor total da arrematação, mais 5% correspondente à comissão do leiloeiro oficial, a qual não está incluída no valor do lance. Os referidos pagamentos deverão ser efetivados no prazo de 24 horas depois de expressamente comunicado. Caso não sejam efetivados os pagamentos do valor da arrematação e comissão do leiloeiro, no prazo estabelecido, a venda não será concretizada e o proponente estará sujeito às penalidades legais. Os devedores fiduciários serão comunicados das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercerem o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017. As demais condições deste leilão obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19/10/1932. O edital completo encontra-se disponível no site do leiloeiro www.monago.com.br.

LEILÃO EXTRAJUDICIAL | SOMENTE ON-LINE
ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA – LEI Nº 9.514/97

1º Leilão: dia 23/09/2026, a partir das 15h 2º Leilão: dia 25/09/2026, a partir das 15h

EDUARDO KARTALIAN DELLA MONICA, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP sob nº 1.550, faz saber, que devidamente autorizado pela credora fiduciária **VERSI III PARTICIPAÇÕES S.A.**, inscrita no CNPJ sob nº 36.846.619/0001-69, que venderá a quem maior lance oferecer o imóvel descrito neste Edital, onde figura como devedor fiduciante **RESERVA CAJAZEIRAS SPE LTDA**, inscrita no CNPJ 49.339.224/0001-11, e na forma da Lei nº 9.514/97 promoverá a venda em **LEILÃO EXTRAJUDICIAL ON-LINE (1º ou 2º leilão) DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA** através do site: www.monago.com.br, do imóvel abaixo descrito. O **PRIMEIRO LEILÃO** será realizado no dia 23 de setembro de 2026, a partir das 15h00, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 190.000,00. DESCRIÇÃO DO IMÓVEL:** Um lote de terreno para construção, desmembrado de outra porção maior, situado a Rua Professor José Francisco de Abreu, Bairro Esperança, nesta cidade de Cajazeiras-PB, referente ao lote nº 05 da quadra A, do Loteamento Condomínio Reserva Cajazeiras, com as seguintes medidas e confrontações: com área superficial de 413,1143m², medindo de 14,00m, frente, fundos 14,00m, lateral direita de 29,57m, lateral esquerda 29,45m, limitando-se pela frente com a Via principal 01, hoje denominada de Rua Professor José Francisco de Abreu, fundos com a Escola Cidadã Integral Técnica Estadual, com o Condomínio Cidade Verde, e a propriedade Francisco Arcanjo de Albuquerque, lateral direita com o lote 6 da quadra A, lateral esquerda com o lote 4 da quadra A, cadastrado junto ao DAT inscrição do imóvel nº 0413585, setor 03 Quadra 605, lote 0300, unidade 5, devidamente descrito e caracterizado na Matrícula nº 31293 do Registro Geral de Imóveis de Cajazeiras/PB. Caso não haja arrematação em 1º leilão, fica desde já designado o dia 25 de setembro de 2026, a partir das 15h00, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 190.201,05**. O imóvel será vendido à vista, em caráter “ad corpus” e no estado em que se encontra. Os interessados em participar do leilão, deverão se cadastrar através do site www.monago.com.br e se habilitar com antecedência de 48 horas antes do encerramento do leilão. Os lances on-line e seus incrementos deverão estar de acordo com valores mínimos estabelecidos. Todas as despesas propter rem, ou seja, condomínio, IPTU, etc., com vencimento até a data do leilão, serão de responsabilidade da Credora Fiduciária, exceto quando se tratar de aquisição do imóvel por meio do exercício do direito de preferência pelo(a) devedor(a) fiduciante. Havendo arrematação, a escritura pública deverá ser lavrada em até 90 dias contados a partir da data do leilão, sendo as despesas com a transferência da propriedade, por conta do arrematante. Providências e encargos para regularização de eventuais divergências, pendências e averbações junto aos órgãos competentes, correrão por conta do comprador. O arrematante pagará o valor total da arrematação, mais 5% correspondente à comissão do leiloeiro oficial, a qual não está incluída no valor do lance. Os referidos pagamentos deverão ser efetivados no prazo de 24 horas depois de expressamente comunicado. Caso não sejam efetivados os pagamentos do valor da arrematação e comissão do leiloeiro, no prazo estabelecido, a venda não será concretizada e o proponente estará sujeito às penalidades legais. Os devedores fiduciários serão comunicados das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercerem o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017. As demais condições deste leilão obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19/10/1932. O edital completo encontra-se disponível no site do leiloeiro www.monago.com.br.

LEILÃO EXTRAJUDICIAL | SOMENTE ON-LINE
ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA – LEI Nº 9.514/97

1º Leilão: dia 23/09/2026, a partir das 15h 2º Leilão: dia 25/09/2026, a partir das 15h

EDUARDO KARTALIAN DELLA MONICA, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP sob nº 1.550, faz saber, que devidamente autorizado pela credora fiduciária **VERSI III PARTICIPAÇÕES S.A.**, inscrita no CNPJ sob nº 36.846.619/0001-69, que venderá a quem maior lance oferecer o imóvel descrito neste Edital, onde figura como devedor fiduciante **RESERVA CAJAZEIRAS SPE LTDA**, inscrita no CNPJ 49.339.224/0001-11, e na forma da Lei nº 9.514/97 promoverá a venda em **LEILÃO EXTRAJUDICIAL ON-LINE (1º ou 2º leilão) DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA** através do site: www.monago.com.br, do imóvel abaixo descrito. O **PRIMEIRO LEILÃO** será realizado no dia 23 de setembro de 2026, a partir das 15h00, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 190.000,00. DESCRIÇÃO DO IMÓVEL:** Um lote de terreno para construção, desmembrado de outra porção maior, situado a Rua Professor José Francisco de Abreu, Bairro Esperança, nesta cidade de Cajazeiras-PB, referente ao lote nº 05 da quadra H, do Loteamento Condomínio Reserva Cajazeiras, com as seguintes medidas e confrontações: com área superficial de 387,0378m², medindo de 14,00m, frente, fundos 14,03m, lateral direita de 28,03m, lateral esquerda 27,26m, limitando-se pela frente com a Via Local 06, hoje denominada de Rua Professor José Francisco de Abreu, fundos com o lote 15 da quadra H (Área verde), lateral direita com o lote 6 da quadra H, lateral esquerda com o lote 4 da quadra H, cadastrado junto ao DAT inscrição do imóvel nº 0415375, setor 03 Quadra 605, lote 0300, unidade 184, devidamente descrito e caracterizado na Matrícula nº 31287 do Registro Geral de Imóveis de Cajazeiras/PB. Caso não haja arrematação em 1º leilão, fica desde já designado o dia 25 de setembro de 2026, a partir das 15h00, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 190.201,05**. O imóvel será vendido à vista, em caráter “ad corpus” e no estado em que se encontra. Os interessados em participar do leilão, deverão se cadastrar através do site www.monago.com.br e se habilitar com antecedência de 48 horas antes do encerramento do leilão. Os lances on-line e seus incrementos deverão estar de acordo com valores mínimos estabelecidos. Todas as despesas propter rem, ou seja, condomínio, IPTU, etc., com vencimento até a data do leilão, serão de responsabilidade da Credora Fiduciária, exceto quando se tratar de aquisição do imóvel por meio do exercício do direito de preferência pelo(a) devedor(a) fiduciante. Havendo arrematação, a escritura pública deverá ser lavrada em até 90 dias contados a partir da data do leilão, sendo as despesas com a transferência da propriedade, por conta do arrematante. Providências e encargos para regularização de eventuais divergências, pendências e averbações junto aos órgãos competentes, correrão por conta do comprador. O arrematante pagará o valor total da arrematação, mais 5% correspondente à comissão do leiloeiro oficial, a qual não está incluída no valor do lance. Os referidos pagamentos deverão ser efetivados no prazo de 24 horas depois de expressamente comunicado. Caso não sejam efetivados os pagamentos do valor da arrematação e comissão do leiloeiro, no prazo estabelecido, a venda não será concretizada e o proponente estará sujeito às penalidades legais. Os devedores fiduciários serão comunicados das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercerem o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017. As demais condições deste leilão obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19/10/1932. O edital completo encontra-se disponível no site do leiloeiro www.monago.com.br.

EMPREENDEDORISMO

Artesãs transformam arte em renda e recomeço

Dameres Silva e Rita Pereira destacaram-se na Expo Favela Paraíba Innovation

Deyse Ponciano
Ascom Secties

Foi da escama de peixe — a qual, normalmente, seria descartada na hora de limpar o pescado — que Dameres Silva encontrou o caminho para se reconstruir. Em suas mãos, o que seria rejeitado ganhou outra função e se transformou em biojoias. O processo começou em um momento difícil da vida da artesã, que vinha de um relacionamento abusivo e atravessava uma depressão profunda. O trabalho surgiu, primeiro, como uma maneira de enfrentar aquele período. Depois, ganhou espaço como atividade profissional.

“Eu estava em uma depressão profunda, marcas de um relacionamento abusivo em que fui agredida, humilhada e vi meus sonhos serem diminuídos”, conta. “Foi na escama de peixe que encontrei uma terapia para não deixar a dor me vencer.” Ao ver aquele material rejeitado se transformar em peça única, Dameres enxergou nele um espelho: “Assim como aquela escama, eu, que fui descartada e diminuída, também poderia me reconstruir e me tornar uma mulher empoderada”.

Aos poucos, a experiência pessoal passou a fazer parte da maneira como Dameres enxergava o próprio negócio. Do assentamento de Tambaba, em Conde, nasceu a Taipa

Biju, nome que homenageia a construção de pau a pique da lojinha da família. Mestiça, filha de pai indígena e mãe quilombola, Dameres encontra na dupla herança referência para a produção das biojoias. O trabalho com materiais naturais tornou-se uma forma de unir atividade econômica, identidade e criação.

A virada de chave veio quando a marca desfilou na São Paulo Fashion Week, pela Rede de Assentamentos Criativos. “Ver minhas peças apresentadas lá e valorizadas por estilistas e artistas me deu a certeza de que o meu trabalho tinha valor”, diz a paraibana.

A recuperação da confiança, segundo ela, foi mais difícil do que superar as limitações financeiras. “A maior barreira foi voltar a acreditar em mim mesma, um resgate difícil para quem passa por violência”, afirma. Nesse percurso, Dameres também encontrou apoio no exemplo de mulheres da família. “Se não fosse pelo exemplo de mulheres fortes, como minha mãe e minha avó, eu não teria conseguido”. Foi, então, que a Expo Favela entrou, nas palavras dela, “como um anjo”: a mentoria vai ensinar estratégias de venda, e o fomento viabiliza um sonho parado havia tempo.

A Taipa Biju ficou entre os cinco melhores colocados da Expo Favela Paraíba In-



Taipa Biju ficou entre os cinco melhores colocados do evento

novation 2026, realizada na Usina Cultural Energisa, em João Pessoa. A edição reuniu 67 empreendimentos de favelas, periferias, quilombos e assentamentos rurais e distribuiu R\$ 850 mil em fomento. Agora, o plano é estruturar um ateliê próprio, não apenas para produzir, mas para acolher.

Para Dameres, a participação representa a possibilidade de avançar em uma etapa importante da profissionalização da marca. A mentoria oferecida pela iniciativa deverá ajudá-la a desenvolver es-

tratégias de venda, enquanto o recurso financeiro recebido pode viabilizar a construção de um ateliê próprio. O projeto, no entanto, não se limita à produção de biojoias.

Dameres já dá oficinas para mulheres em situação de vulnerabilidade e vítimas de agressão, e quer um espaço onde elas vejam, na prática, que o artesanato pode significar lucro, independência e dignidade. “Eu renasci por meio da arte, e minha missão é mostrar a essas mulheres que elas também são capazes de recomeçar”, descreve.

A mãe da serra-branquense trabalhou com cerâmica até os 94 anos, já em uma cadeira de rodas. Ao longo da vida, carregou o receio de que o ofício não tivesse continuidade e de que não houvesse quem desse sequência ao conhecimento transmitido entre as gerações. Rita assumiu essa responsabilidade. “Não tem preço esse legado que a minha mãe deixou. Eu vou honrá-lo enquanto Deus permitir, enquanto Ele me der forças e saúde”, afirma.

Ela pretende abrir o próprio ateliê para receber alunos e clientes, ampliar as atividades de ensino e criar um espaço de troca com outros artesãos. “Segurando na mão da minha mãe, eu vou levar esse legado para o Brasil inteiro”.

As histórias de Dameres e Rita chegaram à Expo Favela por caminhos diferentes, mas encontraram na feira uma oportunidade semelhante de ampliar seus negócios. Nesta edição, 15 empreendimentos receberam aporte de R\$ 40 mil, e os cinco melhores colocados foram contemplados com R\$ 50 mil cada um. Dameres quer levar seu conhecimento a outras mulheres, enquanto Rita, manter vivo o saber recebido da mãe. Em vias distintas, as duas mostram como empreender também pode gerar renda, autonomia e novas oportunidades.

Poeira Estelar

Claudio Furtado
claudiofurtado@secties.pb.gov.br

Uma ponte sobre as águas cósmicas

Em janeiro de 1970, Simon e Garfunkel lançaram *“Bridge over troubled water”*, a canção em que Paul Simon promete ser a ponte para alguém atravessar tempos de águas agitadas e Art Garfunkel canta como quem, de fato, está no meio do rio. Toda vez que ouço essa música, penso que a água merece uma homenagem: é ela que faz a ponte entre o começo do Universo e as estrelas, entre as estrelas e os planetas, entre o céu e o copo que está na sua mesa.

Começamos pela receita: água é H₂O, dois hidrogênios e um oxigênio. O hidrogênio é o ingrediente mais velho do cosmo, formado nos primeiros minutos depois do Big Bang, há 13,8 bilhões de anos. O oxigênio chegou mais tarde: é fabricado no interior das estrelas, que fundem núcleos leves em núcleos mais pesados, e é espalhado pelo espaço quando estrelas grandes morrem em explosões de supernova. Ou seja, antes das primeiras estrelas, não havia água no Universo. Cada gole que você toma junta a matéria mais antiga que existe com as cinzas de estrelas que já se foram.

Em 2011, astrônomos encontraram um reservatório gigantesco de vapor d’água em torno de um quasar: um buraco negro supermassivo em plena voracidade, batizado com um nome pouco poético de “APM 08279+5255”. A quantidade de água equivale a 140 trilhões de vezes tudo o que cabe nos oceanos da Terra. O universo, ainda jovem, já estava encharcado.

Uma descoberta recente vai na mesma direção: o telescópio espacial James Webb detectou água e poeira em torno de uma estrela envelhecida, bem perto de Sagitário A*, o buraco negro no centro da nossa galáxia, um dos lugares mais hostis da Via Láctea.

Mas quem acha que o gelo é sempre igual se engana. Os físicos já conhecem cerca de duas dezenas de fases cristalinas do gelo, cada uma estável numa faixa de pressão e temperatura. Algumas são exóticas: o gelo VII, que só existe sob pressões enormes, foi encontrado aprisionado dentro de diamantes vindos das profundezas do manto terrestre. O diamante funciona como um cofre que mantém a pressão lá dentro, e o gelo continua gelo mesmo aqui em cima.

A mais estranha de todas é o gelo superiônico, um gelo quente, escuro, que conduz eletricidade, previsto, teoricamente, no fim dos anos 1980 e observado em laboratório em 2018 e 2019. Ele pode ocupar boa parte do interior de Urano e Netuno e ajudaria a explicar por que os campos magnéticos desses planetas são tão tortos.

Mais perto de casa, a água também se esconde: sob a crosta de gelo de Europa, lua de Júpiter, há um oceano que pode conter o dobro da água dos oceanos terrestres. Encélado, lua de Saturno, lança jatos de vapor pelo polo sul, e a sonda Cassini atravessou esses gêiseres gigantes e encontrou sal e moléculas orgânicas. Ganimedes, a maior lua do Sistema Solar, também guarda um oceano sob o gelo. A sonda Europa Clipper está a caminho e chega a Júpiter em 2030 para investigar se esses mares escondidos podem abrigar vida.

O Universo está encharcado. Mas aqui entra outra lição que o Sertão conhece de cor: a água em si não falta, o que é raro é água líquida, no lugar certo e na hora certa. Um planeta com rio, chuva e mar: a Terra é uma exceção preciosa. Quem cresceu esperando o inverno chegar, de olho no nível do açude, fazendo conta com a água da cisterna, entende isso sem precisar de telescópio.

Talvez seja por isso que a canção de Simon e Garfunkel emocione tanto até hoje: ela fala de travessia. A água fez a ponte entre o Big Bang e as estrelas, entre as estrelas e os planetas, entre o céu e nós. O mínimo que podemos fazer é cuidar bem do pedaço dela que nos coube.

Claudio Furtado, secretário de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação e Ensino Superior da Paraíba, é professor e doutor em Física da UFPB.

Colunista colaborador

Transmissão de conhecimento norteia produção

Enquanto Dameres Silva reconstrói a própria história, Rita de Cássia Pereira dá continuidade a uma que já tem quatro gerações. Quilombola de Serra Branca, no interior da Paraíba, ela aprendeu a moldar barro ainda criança, ao lado da mãe, que aprendeu com a avó, a qual adquiriu tal conhecimento com a bisavó. “Desde criança, por volta dos meus seis ou oito anos de idade, eu pegava o bolinho de barro e amassava”, lembra. Sua mãe começou a ensinar as miniaturas, as panelinhas, e o barro virou brinquedo e ofício ao mesmo tempo. Aos 12 anos, já dava conta de peças grandes: caldeirão, tigela, panela, pote. E começou a acompanhar a mãe nas feiras livres.

A mãe de Rita criou nove

filhos e ajudava financeiramente a família com a venda das peças de cerâmica. O pai era agricultor, cuidava dos animais, cortava lenha e transportava no lombo do jumento a produção que seria comercializada. “Foi assim que eu fui crescendo”, diz Rita. Ainda jovem, acompanhou a mãe em uma viagem a São Paulo e, aos 17 anos, voltou sozinha para tentar a vida na cidade. Ficou um tempo trabalhando, mas nunca deixou de voltar à terra natal, sempre levando peças para vender tanto nas feiras livres quanto para conhecidos em São Paulo.

Hoje, aos 55 anos, Rita é reconhecida como mestre na comunidade quilombola. Mãe de Denise e Denílson e avó de um menino de seis anos, ela

também atua na transmissão do conhecimento que recebeu da família. Dá aulas para crianças, jovens, adultos e idosos. A participação na Expo Favela aconteceu por incentivo de uma colega, Silvana, vencedora de uma edição anterior. Ao conhecer o trabalho de Rita, ela a estimulou a se inscrever.

O resultado veio entre os cinco melhores colocados da edição. “Para mim, foi muito gratificante, porque me deu uma oportunidade de crescer o meu negócio, de conseguir fazer o meu ateliê e o meu forno”, diz Rita. O investimento deve ajudá-la a ampliar a estrutura de produção, mas o projeto também tem uma dimensão de preservação cultural.



Nesta edição, os cinco melhores empreendimentos foram contemplados com R\$ 50 mil cada um

CONSERVAÇÃO MARINHA

Corais ganham proteção na Paraíba

Iniciativa nacional, financiada pelo BNDES, vai mapear e monitorar recifes na APA da Barra do Rio Mamanguape

Camila Monteiro
milabmonteiro@gmail.com

Os corais são animais marinhos, parentes das águas-vivas e das anêmonas, essenciais para a preservação da biodiversidade dos oceanos, principalmente porque formam os recifes, que funcionam como áreas de berçário, alimentação e abrigo para diversas espécies. Com o objetivo de conservar e monitorar os ambientes coralíneos do Nordeste, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) está financiando o projeto nacional intitulado “Corais entre Manuel Luís e Vitória-Trindade”.

A oceanógrafa e supervisora de projetos da Fest, Laura Vieira, explica que recifes de corais são conhecidas como “florestas tropicais do mar”. “Eles ocupam menos de 1% do fundo oceânico, mas abrigam cerca de 25% de toda a vida marinha conhecida”, aponta.

O nome do projeto objetiva englobar 14 Unidades de Conservação (UC). Seguindo desde o Parque Estadual Marinho do Parcel de Manuel Luís, no Maranhão, até a Cadeia Vitória-Trindade, uma cordilheira submarina pertencente ao estado do Espírito Santo. As ações passarão também pela Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.

De acordo com Laura, a área de proteção paraibana participará do projeto por ser uma UC Marinha Federal, com porções recifais em sua extensão. A área de proteção possui 14.640 hectares, delimitada pelos estuários dos rios Mamanguape e Miriri. Entre ecossistemas diversos, como manguezais, lagoas, falésias, praias, entre outros, a região conta com uma barreira de recifes de corais de arenito que, segundo guias turísticos locais, estende-se por 14 km.

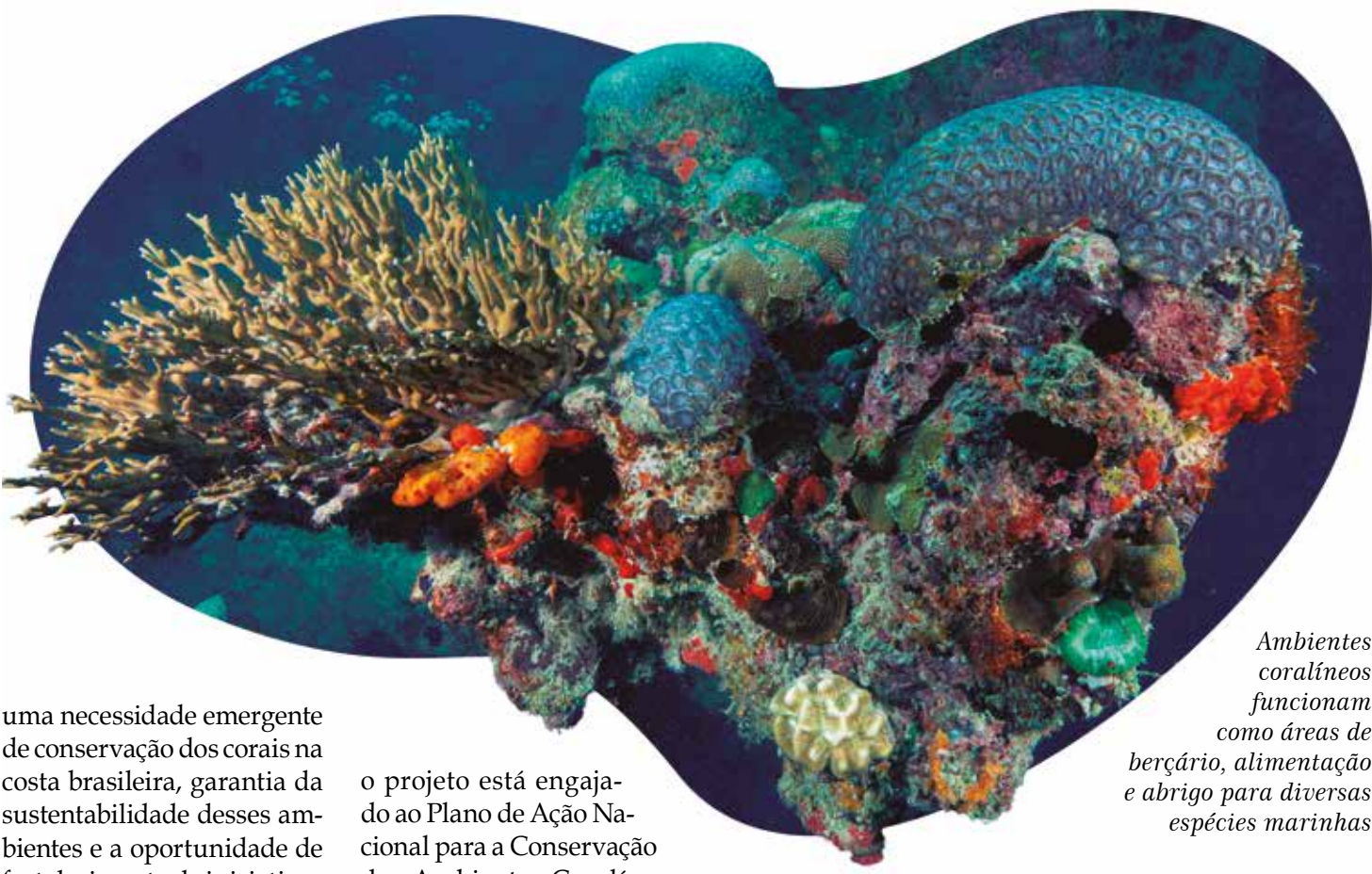
As ações do projeto vi-

“Este projeto nasceu de uma necessidade emergente de conservação dos corais na costa

Laura Vieira

sam realizar o mapeamento das áreas, monitoramento da saúde e resiliência dos recifes e das espécies ameaçadas e alvos da pesca, além da conservação de ambientes recifais, estudos sobre a biodiversidade da região e prevenção e combate à pesca ilegal e a espécies invasoras. As atividades também englobarão o desenvolvimento de ciência cidadã e turismo de base comunitária. Os resultados podem servir para identificar e reconhecer possíveis novas áreas de conservação nos territórios.

“Esse projeto nasceu de



Fotos: Rodrigo Leão/Colaboração

Ambientes coralíneos funcionam como áreas de berçário, alimentação e abrigo para diversas espécies marinhas

uma necessidade emergente de conservação dos corais na costa brasileira, garantia da sustentabilidade desses ambientes e a oportunidade de fortalecimento de iniciativas de preservação da biodiversidade e a qualidade de vida das comunidades locais”, esclareceu Laura Vieira.

Conforme também detalhou João Carlos Thomé, analista ambiental e coordenador do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Tartarugas Marinhas e Biodiversidade Marina do Leste (Centro Tamar/ICMBio),

o projeto está engajado ao Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Ambientes Coralíneos (PAN Corais), coordenado pelo ICMBio, e à Estratégia Nacional para a Conservação e o Uso Sustentável dos Recifes de Coral (ProCoral), do Ministério do Meio Ambiente e Mudanças do Clima (MMA). “É um projeto alinhado com as políticas públicas e de apoio às políticas públicas”, esclareceu o pesquisador.

Valores destinados

Com investimentos aprovados em R\$ 24,95 milhões para cada um dos dois projetos, que somam R\$ 50,87 milhões, considerando a contrapartida dos demais parceiros, as ações abrangem três mil quilômetros da costa brasileira, passando por nove estados. Especificamente para a iniciativa Corais entre Ma-

nuel Luís e Vitória-Trindade, serão destinados R\$ 16,36 milhões, com investimento total de R\$ 33 milhões, somando os recursos do ICMBio.

“O projeto será financiado por duas fontes pagadoras, BNDES e Fundo de Compensação Ambiental do ICMBio, cada uma delas responsável por 50% desse financiamento”, detalhou Laura Vieira.

Preservação assegura o equilíbrio ambiental

Os recifes de corais são formados por pólipos, como são denominados os indivíduos de animais coralíneos. Essa construção ocorre por meio do processo de sobreposição e de camadas. Os corais extraem cálcio, encontrado em abundância na água do mar, e o utilizam para criar um esqueleto para proteção e crescimento.

“Os recifes de coral são formados ao longo de milhares de anos, porque esses animais têm uma taxa de crescimento lenta, algumas espécies crescem quatro, cinco centímetros por ano. Devido a isso, é necessário que tenha um decorrer muito longo de tempo para que esse recife de coral consiga se estruturar e ganhar grandes tamanhos”, explicou Henrique Santos, biólogo e doutor em Ecologia.

O especialista ainda destacou que os recifes existentes na Paraíba são, em sua maioria, de arenito, ou seja, uma formação rochosa que estruturou-se por processos geológicos, e o recife cresce em cima dessa matriz.

Essas formações têm sua importância ecossistêmica diretamente ligada à manutenção da biodiversidade. “Os corais possuem uma propriedade que, na ecologia, chamamos de ‘propriedades emergentes’, ou seja, às vezes o ambiente pode até sustentar uma quantidade de vida, mas quando você tem a presença de um organismo estruturante, como um coral, ele passa a sustentar mais vida do que ele sustentaria sem a presença daquela espécie”, pontuou o biólogo.

Esse destaque para a conservação da riqueza de

espécies marinhas acontece porque os corais fornecem alimento para vários invertebrados que, por sua vez, servirão de alimento para animais maiores. Assim, eles sustentam atividades econômicas e sociais importantes, contribuindo para a pesca, o turismo, a segurança alimentar e a geração de renda de comunidades costeiras.

Além disso, são muito importantes enquanto abrigo, pois várias espécies precisam dos corais para se proteger, reproduzir-se e seguir seu ciclo de vida. Segundo Henrique Santos, um outro benefício relevante é a proteção da linha da costa. “Quando há a formação de um recife, toda a energia da onda que recebemos no litoral é dissipada. Então, essas ondas chegam com muito menos energia nas praias”.

Apesar de todos os pontos positivos, os corais do Brasil e do mundo, no geral, passam, principalmente, pela ameaça do aquecimento das águas superficiais. “Temos visto, ano após ano, as médias de temperatura cada vez mais altas. São eventos que chamamos de ‘surto térmico’ ou ‘anomalia térmica’, que ocorrem quando a temperatura está acima da média histórica para aquele período”, detalhou o biólogo.

Quando essa temperatura permanece alta por

muito tempo, os corais passam pelo processo de branqueamento. Isso acontece porque existe uma relação de simbiose entre os corais e microalgas denominadas “zooxantelas”, que, inclusive, dão o aspecto colorido aos corais. Essas algas sensíveis a variações de temperaturas são responsáveis pela alimentação dos corais, por meio da fotossíntese, fornecendo açúcares e aminoácidos necessários para disponibilizar energia aos corais. Com o aumento da temperatura, a alga deixa os corais e eles acabam morrendo.

Outras ameaças são a poluição e o turismo predatório. “A descarga de esgoto nesses recifes e o pisoteio prejudicam essas estruturas. O tecido vivo do coral é muito fininho, então quando as pessoas tocam nele, acabam fazendo com que o tecido seja esmagado contra o próprio esqueleto e aquela parte morre, sujeitando a colônia a doenças, o que pode ocasionar a sua morte por inteiro”. O especialista aponta que localidades que têm um turismo muito intenso, onde há pisoteio, estão mais propensas à morte das colônias de corais. “Pela taxa de crescimento lento que eu falei, é muito difícil recuperar essas áreas. É muito mais barato manter um local com coral preservado do que tentar repovoá-lo depois”, detalhou o especialista.

Para a oceanógrafa, cuidar dos recifes é fundamental. “Preservar os recifes que ainda temos é, portanto, uma responsabilidade

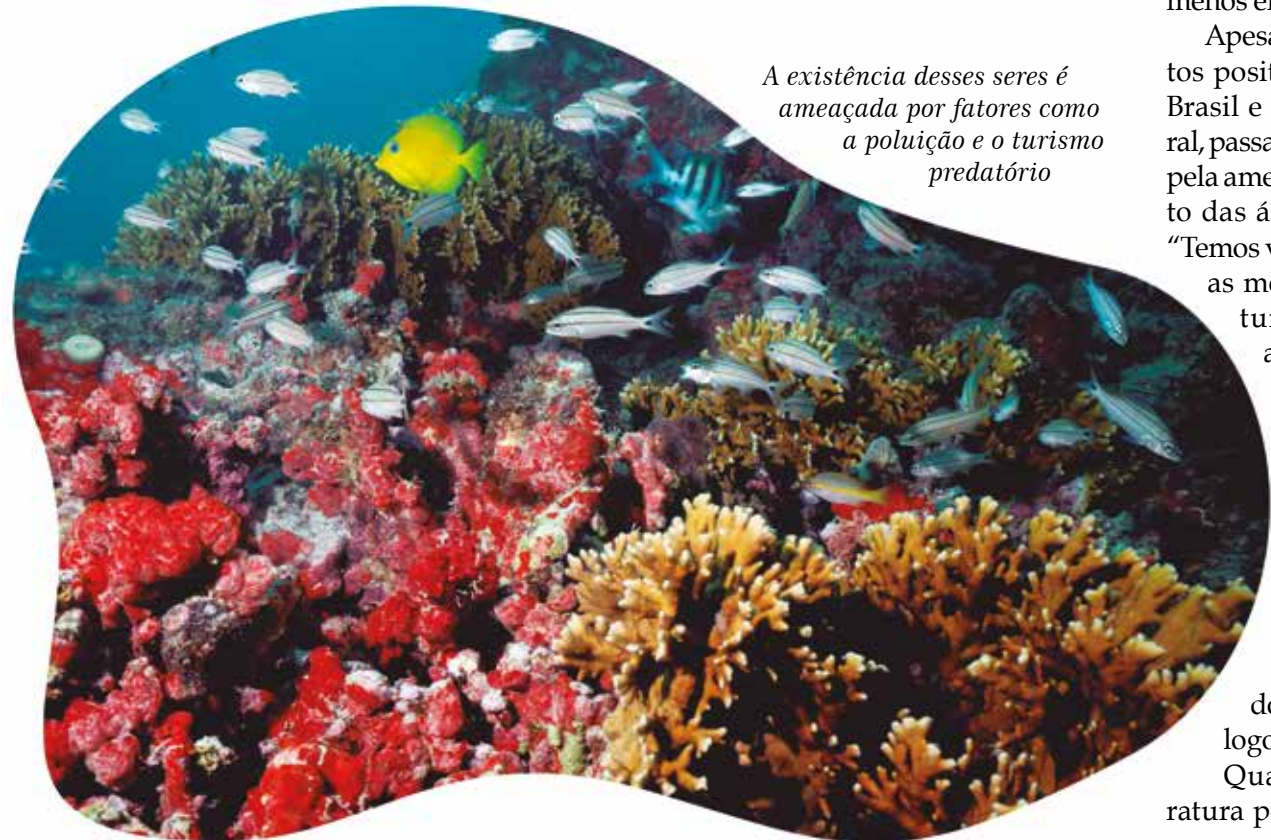
urgente e essencial para o futuro dos oceanos e das sociedades que deles dependem”.

Sustentabilidade em foco

As iniciativas foram selecionadas por meio da chamada pública BNDES Corais, voltada ao fortalecimento da resiliência, à redução de perdas e à recuperação de corais rasos e bancos de corais em cerca de três mil quilômetros da costa brasileira, do Maranhão ao Espírito Santo. Com as duas novas operações, a atividade chega a sete projetos aprovados, que reúnem aproximadamente R\$108,5 milhões em investimentos. Desse total, cerca de R\$53,7 milhões são recursos do BNDES e R\$54,9 milhões correspondem às contrapartidas dos parceiros.

Rede fortalece conservação

A Fundação Espírito-Santense de Tecnologia (Fest) é uma instituição jurídica de Direito Privado, sem fins lucrativos, que apoia a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e o ICMBio. “A colaboração com o ICMBio existe desde 2022, com a finalidade de fortalecer a conservação da biodiversidade nacional, apoiando a execução de políticas públicas inclusivas, alinhadas ao programa social brasileiro do Ministério do Meio Ambiente, promovendo uma abordagem integrada e participativa na gestão dos recursos naturais do país”, explicou Laura Vieira.



A existência desses seres é ameaçada por fatores como a poluição e o turismo predatório

Fotos: Luciano Ribeiro/Sejel



Várias modalidades estarão em disputa, como basquete e futsal, em mais uma edição dos Jogos Escolares Brasileiros



12 A 14 ANOS

Jogos Escolares começam em Brasília

Pedro Alves
pedroalvesjp@yahoo.com.br

Começam hoje as primeiras disputas dos Jogos Escolares Brasileiros (JEBs) 2026, categoria Sub-14. O evento vai reunir estudantes-atletas de 12 a 14 anos dos 26 estados e do Distrito Federal. Organizado pela Confederação Brasileira do Desporto Escolar (CBDE), o evento contará com disputas em 19 modalidades esportivas, distribuídas em dois blocos de competição, que vão movimentar a capital federal com uma das principais celebrações do esporte escolar brasileiro.

As competições vão até o dia 26 de setembro. No primeiro bloco de modalidades, que acontece de hoje até 21 de setembro, serão realizadas as disputas de atletismo, atletismo adaptado, basquete, futsal, ginástica rítmica, judô, caratê, taekwondo, vôlei de praia e xadrez. Já o segundo bloco, que ocorrerá de 21 a 26 de setembro, reunirá as disputas de badminton, ciclismo, ciclismo virtual, ginástica artística, handebol, natação, tênis de mesa, voleibol e wrestling.

Hoje, durante a manhã e a tarde, acontecem os primeiros duelos no xadrez, ginástica rítmica, judô, caratê, basquete, futsal e vôlei de praia. À noite, será realizada a abertura oficial do evento, que está marcada para acontecer no Auditório Master do Centro de Convenções Ulysses Guimarães, às 19h.

A cerimônia contará com a presença dos embaixadores JEBs 2026, Sarah Menezes (judô), Ketleyn Quadros (judô), André Domingos (atletismo), Victória

Borges (ginástica rítmica) e Washington Cerqueira, o coração valente (futebol).

Em busca de recorde

A delegação paraibana, mais uma vez, vai forte e em busca de bons resultados em diversas modalidades na capital federal. Além disso, correrá atrás de superar o seu recorde de medalhas, que foi registrado na edição do ano passado do JEBs, que aconteceu em Minas Gerais.

Na última temporada, o estado encerrou sua participação no evento com 45 medalhas, sendo 10 ouros, 11 pratas e 24 bronzes. Agora o foco é superar essa marca e seguir mostrando a força do esporte de base no estado.

Os jovens paraibanos têm melhorado os resultados ano a ano. Em 2025, a delegação superou o recorde anterior, que pertencia à participação dos atletas do estado em 2024, quando a Paraíba conquistou 38 medalhas. Chefe da delegação

Paraíba busca superar os números da edição de 2025, quando chegou a conquistar 45 medalhas

do time paraibano, Antônio Mineiro garante que os atletas vão se empenhar bastante para seguir na pegada de subir o sarrafo da quantidade de conquististas.

“Serão quase duas semanas intensas de trabalho à frente da delegação paraibana, que terá cerca de 250 pessoas. E, agora, temos a certeza de que nossos atletas vão se empenhar ao máximo para conseguir, em Brasília, ultrapassar o recorde de 45 medalhas conquistadas em 2025, quando os JEBs foram em Uberlândia”, analisou Mineiro.

O presidente da Confederação Brasileira do Desporto Escolar (CBDE), Robson

Aguiar, analisou a importância dos JEBs para a formação esportiva e cidadã dos estudantes-atletas e ressaltou o papel da competição como espaço de convivência e troca de experiências entre jovens de diferentes regiões do país.

“Os JEBs são muito mais do que uma competição esportiva. É uma oportunidade para esses jovens vivenciarem o esporte, fazerem novas amizades, conhecerem outras culturas e aprenderem valores que levarão para toda a vida. Voltar a reunir estudantes-atletas de todo o Brasil em Brasília é fortalecer o desporto escolar e investir no futuro do nosso esporte”, destacou.

Foto: Arquivo pessoal



Judocas que vão representar a Paraíba em mais uma edição dos Jogos Escolares

Programação

■ atletismo/ atletismo adaptado Período: 18 a 21 de setembro	■ natação Período: 22 a 24 setembro
■ badminton Período: 21 a 24 de setembro	■ tênis de mesa Período: 23 a 25 setembro
■ ciclismo Período: 21 a 22 de setembro	■ taekwondo Período: 23 a 25 setembro
■ ciclismo virtual Período: 23 setembro	■ wrestling Período: 21 a 23 setembro
■ ginástica artística Período: 23 a 25 setembro	■ xadrez Período: 13 a 15 setembro
■ ginástica rítmica Período: 13 a 15 setembro	■ basquetebol Período: 13 a 18 setembro
■ judô Período: 13 a 15 setembro	■ futsal Período: 13 a 18 setembro
■ caratê Período: 13 a 15 setembro	■ handebol Período: 21 a 26 setembro
	■ voleibol Período: 21 a 26 setembro
	■ vôlei de praia Período: 13 a 18 setembro

As disputas do handebol serão de 21 a 26 de setembro



Foto: Luciano Ribeiro/Sejel

TREINADORES

Carlo Ancelotti é o 12º mais bem pago

Ranking *lista os maiores salários de técnicos no mundo e o italiano Simone Inzaghi, do Al-Hilal, é o líder*

Alan Favaron
Agência Estado

Carlo Ancelotti figura entre os treinadores mais bem pagos do mundo com um salário anual de 9,43 milhões de euros, valor equivalente a cerca de R\$ 56 milhões. O comandante da Seleção Brasileira ocupa a 12ª posição do *ranking* divulgado pelo jornal britânico *GiveMeSport*.

O italiano é o técnico de seleção com maior salário. Ele supera Mauricio Pochettino, dos Estados Unidos, e Thomas Tuchel, da Inglaterra, que ganham 5,93 milhões de euros (R\$ 35 milhões) e 5,8 milhões de euros (R\$ 34 milhões), respectivamente, e aparecem na lista em 23º e 25º lugar.

O treinador mais bem pago do mundo é o italiano Simone Inzaghi, do Al-Hilal, que recebe 26 milhões de euros (R\$ 154 milhões). Na sequência, aparece o argentino Diego Simeone, do Atlético de Madrid, com 23,4 milhões de euros (R\$ 138 milhões). O nome mais surpreendente da quinta posição é Oliver Glasner, do Nottingham Forest, que recebe 15,13 milhões de euros (R\$ 89 milhões).

Treinadores mais bem pagos

■ **1º - Simone Inzaghi** - Al-Hilal - 26 milhões de euros (R\$ 154 milhões)

■ **2º - Diego Simeone** - Atlético de Madrid - 23,4 milhões de euros (R\$ 138 milhões)

■ **3º - Luis Enrique** - PSG - 20 milhões de euros (R\$ 118 milhões)

■ **4º - Mikel Arteta** - Arsenal - 17,5 milhões de euros (R\$ 103 milhões)

■ **5º - Oliver Glasner** - Nottingham Forest - 15,13 milhões de euros (R\$ 89 milhões)

■ **6º - Xabi Alonso** - Chelsea - 13,4 milhões de euros (R\$ 79 milhões)

■ **7º - José Mourinho** - Real Madrid - 12 milhões de euros (R\$ 71 milhões)

■ **8º - Ange Postecoglou** - Al-Nassr - 11,64 milhões de euros (R\$ 69 milhões)

■ **9º - Andoni Iraola** - Liverpool - 11,64 milhões de euros (R\$ 69 milhões)

■ **10º - Enzo Maresca** - Manchester City - 11,64 milhões de euros (R\$ 69 milhões)

■ **11º - Luciano Spalletti** - Juventus - 11,06 milhões de euros (R\$ 65 milhões)

■ **12º - Carlo Ancelotti** - Brasil - 9,43 milhões de euros (R\$ 56 milhões)

■ **13º - Unai Emery** - Aston Villa - 9,3 milhões de euros (R\$ 55 milhões)

■ **14º - Roberto De Zerbi** - Tottenham - 9,3 milhões de euros (R\$ 55 milhões)

■ **15º - Gian Piero Gasperini** - Roma - 9,2 milhões de euros (R\$ 54 milhões)



Foto: Divulgação/CBF



Foto: Reprodução/X @Alhilal_EN

Carlo Ancelotti observa treinamento dos jogadores da Seleção Brasileira na Copa dos EUA; Simone Inzaghi (E) recebe R\$ 154 milhões por temporada

JOÃO PEDRO

Brasileiro é o melhor jogador da Premier League

Toni Assis
Agência Estado

Ausente na lista de convocados da Seleção Brasileira que disputou a Copa do Mundo deste ano, João Pedro iniciou a temporada europeia pelo Chelsea com o pé no acelerador. E a prova disso é que o atacante revelado pelo Fluminense foi eleito o Melhor Jogador do mês de agosto da Premier League.

Essa é a primeira vez que o atleta de 24 anos conquista esse prêmio e, sob o comando de Xabi Alonso, já vem mostrando o potencial que foi desprezado por Carlo Ancelotti ao definir os 26 jogadores que defenderam o Brasil no Mundial realizado nos Estados Unidos, México e Canadá no meio do ano.

À época, o italiano lamentou a sua não convocação ao divulgar a lista na sede da Confederação Brasileira de Fu-

tebol (CBF), reconheceu a ótima temporada pelo clube inglês e disse sentir muito por não poder incluí-lo na relação definitiva da Seleção para o Mundial.

Com dois gols e duas assistências, João Pedro superou a concorrência de nomes como Riccardo Calafiori, Erling Haaland e ainda Dominik Szoboszlai, entre outros. Na primeira rodada, o camisa 9 estufou a rede e deu um passe para gol sobre o Fulham, por 3 a 2. No duelo contra o Brighton, o goleador voltou a fazer a diferença nos 4 a 3 ao deixar mais uma vez a sua marca de artilheiro e fazer novamente o papel de garçom.

“Tive um bom começo na temporada passada e nesta também. Agora é uma questão de manter o ritmo”, afirmou o jogador em entrevista à ESPN. E essa volta por cima acabou sendo atestada por Carlo An-

celotti. No mês passado, ele viajou para Inglaterra e viu de camarote a exibição de João Pedro diante do Brighton.

Com a pontaria em dia e a confiança em alta, João Pedro teve o seu início no Chelsea exaltado por Xabi Alonso. “Está incrivelmente ansioso para ter sucesso. João está realmente determinado a fazer uma grande temporada. Vem de um ano fantástico, no qual fez muitos gols e quer continuar marcando ainda mais”, afirmou o treinador da equipe inglesa.

E as suas boas atuações não foram em vão. Após testemunhar o bom futebol de João Pedro *in loco*, na Inglaterra, Ancelotti convocou o jogador na última quarta-feira (9) para defender o Brasil nos amistosos, que a Seleção vai fazer contra a Austrália e a Índia, entre o fim de setembro e início de outubro.



Foto: Divulgação/Chelsea

João Pedro vem se destacando na temporada 2026–2027

FÓRMULA 1

Antonelli e Russel são favoritos no GP da Espanha

Victor Fardin
Agência Estado

A Fórmula 1 desembarca em Madri na 14ª etapa do Mundial, em evento que retorna para a capital espanhola depois de 45 anos. A nova pista do Circuito de Madring é mais um grande desafio para os pilotos hoje, a partir das 10h (horário de Brasília), em mais uma prova do Campeonato Mundial de Pilotos, onde o italiano Kimi Antonelli segue liderando com 267 pontos contra 201 de George Russel, ambos pilotos da Mercedes, escuderia que vem dominando a temporada. As Ferraris de Lewis Hamilton e Charles Leclerc vêm reagin-

do e podem ser páreo para os líderes da competição. O brasileiro Gabriel Bortoleto espera marcar mais alguns pontos para a Audi.

Ao todo, o percurso do Grande Prêmio (GP) da Espanha apresenta 22 curvas, o segundo maior número do *grid* atual, atrás apenas de Singapura (23). O trecho mais desafiador da disputa é a 12ª curva, onde os carros precisarão superar um semicírculo de 550 metros de extensão e com uma inclinação de 13,5 graus. Ela tem o nome de “La Monumental”, em homenagem a Praça de Toros de Las Ventas, localizada em Madri.

“O primeiro setor é muito rápido e leva a uma se-

gunda seção que apresenta várias curvas de média e baixa velocidade, incluindo a Curva 12, inclinada. A parte final da volta também inclui várias curvas de 90 graus, semelhantes às que os pilotos encontram em Baku”, disse a Pirelli, parceira global de pneus da Fórmula 1.

Os primeiros testes no percurso foram realizados por pilotos da Fórmula 3, no fim do mês de agosto. O brasileiro Pedro Clerot, que compete pela Rodin Motorsport, afirmou que o circuito é bastante técnico.

“Foram primeiras impressões boas da pista. Uma pista bem técnica, bem travada, bem difícil. Lembra

um pouquinho Mônaco, mas também tem seus traços de Jidá, até um pouco de Baku também”, disse o atleta de 19 anos para o portal ge.

O francês Pierre Gasly, da Alpine, falou que conseguiu ter uma noção do traçado, mas que acredita que a etapa será desafiadora para os pilotos.

“Muitas curvas, curvas cegas, inclinações laterais, subidas e descidas e ondulações por todo o traçado. Por isso, espero uma pista muito complicada e desafiadora para nós, o que é bom, pois sempre dá para tentar fazer a diferença na pilotagem”, declarou.

A corrida na pista semipermanente, onde parte

passa pelas ruas da cidade espanhola, terá uma duração total de 307,8 quilômetros. A F1 foi disputada pela última vez em Madri, na edição de 1981, no Circuito de Jarama, onde o canadense Gilles Villeneuve subiu no lugar mais alto do pódio.

■ Ao todo, o percurso do GP da Espanha apresenta 22 curvas, o segundo maior número do *grid* atual

MATHEUS MARTINELLI

Jogador mira o retorno ao Mundial

Em entrevista ao site da Fifa, o jogador do Fluminense lembrou a experiência de 2025 e espera voltar em 2029

O Mundial de Clubes da Fifa 2025 ficou gravado na história e na memória do Fluminense. Um dos quatro semifinalistas da competição, o Tricolor viveu um mês de sonhos e glórias nos Estados Unidos. Uma experiência tão marcante que o clube, desde que retornou da América do Norte, nunca deixou de pensar em voltar ao torneio. O time carioca vence o Platense no jogo de ida das quartas de final da Libertadores e segue vivo na disputa pelo título de 2026.

Em entrevista à Fifa, o volante Matheus Martinelli lembrou a experiência única que ele e seus companheiros viveram no Mundial e reafirmou o sonho de participar outra vez da competição em 2029.

“Foi um mês muito especial, não só para mim, mas para todos os meus companheiros. Desde que a gente viajou, todo mundo viveu intensamente cada treino, cada viagem que a gente fazia lá, cada jogo. É uma competição que todo mundo fala às vezes, ‘pô, podia ter uma daquelas a cada ano’. Foi especial”, contou o meio-campista, com um largo sorriso no rosto.

“Todo mundo que tem a oportunidade deveria poder [viver]... Eu quero viver novamente aquilo. E eu acho que se perguntar para qualquer um aqui no Fluminense, também vai falar o mesmo. A cada ano que passa, a Libertadores exige mais ainda. Os times vão se reforçando, têm investimentos novos. Temos que ter total empenho. Cada jogo é um jogo diferente”, analisou.

As lembranças do Mundial de 2025 levam Martinelli para um dia muito específico: as quartas de final, contra o Al-Hilal, em 4 de julho. Ele marcou um golão para abrir o placar na vitória do Fluminense por 2 a 1.

“O jogo foi muito especial. Consegui marcar um gol, ajudar a minha equipe, a gente conseguiu sair vitorioso daquele duelo. Ir para uma semifinal de Mundial de Clubes... Muita gente às vezes não acreditava. Falavam ‘ah, o Fluminense pode passar da fase de grupos, mas depois já vai ser eliminado’. E a gente foi acreditando, foi fazendo por onde. E chegamos até a semifinal. Fiquei muito feliz”.

Aquela não foi a primeira competição global disputada por Martinelli com a camisa do Fluminense. Em 2023, ano em que conquistou a Libertadores pelo clube, ele fez parte do elenco que foi vice-campeão da Copa Intercontinental da Fifa



Foto: Lucas Merçon/Fluminense

Martinelli foi um dos jogadores de destaque no Mundial disputado nos Estados Unidos

(que, à época, ainda se chamava de “Mundial de Clubes”).

“Eu nunca tinha jogado uma competição dessa, tudo era novo. Antes mesmo do primeiro jogo, fomos assistir à definição do nosso adversário, e a atmosfera do campo, a gente já sentia ali como que ia ser. Foi uma experiência muito bacana para todo mundo”.

Após vencer o Al-Ahly, do Egito, por 2 a 0 na semifinal, o Flu foi derrotado por 4 a 0 pelo o Manchester City na decisão. Mas nem mesmo esse resultado impediu Martinelli de deixar uma boa impressão. Após a partida, o técnico Fernando Diniz revelou que Pep Guardiola perguntou a ele sobre “o camisa 8”.

“[Diniz] comentou comigo depois do jogo. Estávamos nos despedindo antes de sair de férias e ele me disse. Fiquei muito feliz porque é um dos treinadores mais *top* que temos hoje no futebol mundial. É um cara que ganhou muitos títulos, e não só sobre títulos, mas pela maneira que os times dele jogam. Eu gosto e acompanho. Sempre fui um admirador dos

times dele, então foi muito especial para mim”.

Desde que foi revelado pelo Fluminense, em 2020, Martinelli conviveu com alguns dos grandes nomes da história do clube. Recentemente, ele esteve ao lado de dois ícones do futebol mundial vestindo a “armadura tricolor”: Marcelo, em 2023 e 2024, e Thiago Silva, nos últimos três anos.

“Foi e é muito especial trabalhar com jogadores desse nível. Não só eles, outros também”, comentou antes de comparar a liderança exercida pelos dois veteranos.

“Com o Marcelo, ele era um cara um pouco mais extrovertido, mais da resenha, brincalhão. O Thiago já é um cara um pouco mais sério, que comanda mais o time, conversa mais, orienta, cobra mais [risos]. É um cara que está falando o jogo todo com todo mundo, deixando o time muito bem posicionado para atacar, para defender. Aprendi demais com esses dois. Conquistei títulos com o Marcelo e espero conquistar com o Thiago agora”.

Foto: Mailson Santana/Fluminense



Martinelli (8) vibra com o gol marcado contra o Al-Hilal pelas quartas de final do Mundial

Pedro Alves

pedroalvesjp@yahoo.com.br

Papo de segunda

Nas últimas semanas um dos assuntos mais importantes na pauta de um repórter esportivo aqui na Paraíba, como eu, é a Segunda Divisão. E falo de todo tipo de papo de segunda. Tem a almejada Série B do Campeonato Brasileiro do Botafogo-PB. Tem essa mesma Série B que já vive na rotina de tantos clubes, com jogos acontecendo durante a semana e no fim de semana, que passara a me chamar mais atenção ultimamente.

A Série B como realidade. A Segundona como sonho. Todo assunto tem vários significados. E tem ainda a Segunda Divisão menos sonhada, de grife nula, tão pouco lembrada, mas importante demais para uma gama de times, de cidades e, por que não, de sonhos. É a Segundona do Campeonato Paraibano. Que por sinal começou ontem.

Mas já já eu falo dela. Antes, vamos falar da Série B. Não sei bem por que, mas tenho visto mais jogos do torneio nas últimas semanas. Aliás, sei bem a razão sim. Talvez para me ambientar. Quem sabe dessa vez o Botafogo surpreenda e retorne a ela com uma conquista importante neste ano dentro da Série C.

Falo surpreender porque, meu amigo e minha amiga, quem já chegou perto como o Belo nesses últimos anos e fracassa toda vez, quando der certo, se um dia der, vai ser uma surpresa grande. Não tem como negar.

Mas eu também me peguei com a vontade de rever a competição, que há muito tempo eu deixei de lado. A verdade é que eu já não tenho tanto saco para ver uma quantidade imensa de jogos de futebol como eu fazia quando era menino. Sobretudo quando esse futebol não ajuda muito em abraçar meu olhar por causa da qualidade. Ou da falta dela. Se a gente já tem jogos bem ruins da Primeira Divisão nacional, avalie na segunda. São muitos jogos de quinta.

Então como os clubes paraibanos orbitam mais mesmo nas Séries C e D, eu gasto a minha cota acompanhar partidas sem futuro nessas duas séries mais marginais do futebol brasileiro. Não só para ver os clubes daqui, mas também para assistir aos seus adversários. Para entender o jogo dos rivais e para ter mais conhecimento do mercado que é alvo das diretorias dos clubes locais.

A Série B tem estado distante nesse sentido há algum tempo. Então acompanhar a Segundona nacional para ver os jogadores dessa série, que dificilmente vão ser alvos dos departamentos de futebol de Botafogo, Treze, Sousa, Campinense e Serra Branca, não é tão funcional.

Mas me peguei vendo alguns jogos de Sport e Náutico. Os vizinhos. E lembrei bem porque não via a Série B. Dois times bem problemáticos, apesar do muito dinheiro que têm, quando comparados com os paraibanos. Talvez seja o momento de dar uma chance à Série B assistindo aos líderes, Juventude e Novorizontino. Ou ao possante Vila Nova, que tem empolgado a sua torcida. Espero mesmo é que eu queira ver mais no ano que vem com um representante paraibano lá. Me ajude, Belo!

Segundona da Paraíba

Na Segunda Divisão mais importante do mundo, ou pelo menos a do meu mundo, o Auto Esporte vai em busca de fazer o movimento para cima da sua sistemática brincadeira de gangorra. O clube de João Pessoa chega como favorito para o torneio, que conta ainda com Atlético Santa Rita, Desportiva Guarabira, Femar, Cruzeiro de Itaporanga, Picuiense, Serrano, Spartax, Sport e São Paulo Crystal.

Por motivos de trabalho estarei acompanhando. Torcendo por Auto Esporte e Desportiva Guarabira. Para ter o Botauto ano que vem na elite. Para ver Guarabira respirando o Espantalho. Que me desculpem os outros. Como será o amanhã? Só sei que é segunda.

No primeiro turno do Brasileirão, em jogo realizado na Neo Química Arena, em São Paulo, Corinthians e Flamengo empataram em 1 a 1

Foto: Adriano Fontes/Flamengo



FLAMENGO X CORINTHIANS

Jogo marca o encontro das duas maiores torcidas do Brasil

A outra partida de hoje pela 27ª rodada do Brasileirão vai acontecer no Maião, entre Mirassol e Vitória

Da Redação

Flamengo e Corinthians jogam, hoje, às 17h30, no Estádio do Maracanã, com transmissão da TV Globo, da ge tv e do Premiere. O duelo é válido pela 27ª rodada do Brasileirão 2026. Envolvidos com as quartas de final da Libertadores, as duas equipes podem poupar atletas visando os compromissos do meio de semana, quando os cariocas voltam a enfrentar o Independiente Del Valle, e os paulistas reencontram o Estudantes. Caso avancem no torneio continental, os clubes irão se enfrentar nas semifinais.

No confronto do Brasileirão, o Flamengo entra em campo brigando pelo título da competição. Com 54 pontos, o Rubro-Negro disputa, ponto a ponto, o topo da tabela de classificação com o Palmeiras. Já o Corinthians somou 32 pontos, em 26 rodadas. O time Alvinegro vem de quatro derrotas seguidas na Série A.

Mesmo com a vantagem de 2 a 0 contra o Del Valle, na Libertadores, o técnico Leonardo Jardim comentou sobre as condições físicas de seus atletas e as chances de poupar alguns nomes contra o Corinthians. “Com certeza que o desgaste é efetivo. Só dois dias de recuperação, com viagem de muitas horas de voo. Para o próximo jogo, vamos aproveitar algumas peças que jogaram menos tempo contra o Del Valle. E os demais atletas tentaremos recuperá-los”, destacou.

No seu jogo de ida da Libertadores, o Timão empatou em 1 a 1, deixando a partida de volta totalmente aberta. Por conta disso, o treinador Fernando Diniz pode deixar nomes importantes de fora da par-

tida diante do Flamengo. “É delicado, temos um dos jogos mais importantes da história do clube, que é o jogo da volta da Libertadores. E o jogo importante com o Flamengo, no Maracanã. Além disso, a gente quer acabar com a falta de vitórias e pontuação no Brasileiro. São duas opções muito importantes, vou que-

brar a cabeça e decidir o que será o melhor”, afirmou.

Retrospecto

Com 158 partidas disputadas, o histórico dos confrontos entre Flamengo e Corinthians expõe uma vantagem para o Rubro-Negro. O duelo contabiliza 66 vitórias do Flamengo,

57 triunfos do Corinthians, além de 35 empates. O último confronto aconteceu em 22 de março de 2026, pelo Brasileiro. Na ocasião, os clubes empataram em 1 a 1, no duelo que aconteceu na Neo Química Arena.

Arbitragem

A Confederação Brasileira de

Futebol (CBF) definiu a seguinte equipe para o encontro entre os clubes de maiores torcidas do Brasil: Wilton Pereira Sampaio (GO) comanda o apito; os árbitros assistentes são Bruno Raphael Pires (GO) e Leone Carvalho Rocha (GO); o VAR terá como responsável Gilberto Rodrigues Castro Junior (PE).

Outros jogos

A rodada 27 do Brasileirão ainda conta com uma partida hoje: o duelo entre Mirassol e Vitória, às 16h, no Estádio José Maria de Campos Maia (Maião), em Mirassol (SP). O confronto tem transmissão do Premiere. As equipes estão separadas por quatro pontos e cinco posições na tabela de classificação. Contabilizam um histórico de seis encontros: três triunfos do Vitória, dois empates e apenas uma vitória do Mirassol.

O time paulista tem 28 pontos, sendo o 16º colocado, enquanto os baianos somam 32 pontos, na 11ª posição. Na última rodada, o Mirassol venceu o Coritiba (2 a 1) como visitante. Já o Vitória bateu o Grêmio (1 a 0), no Barradão. Nos últimos quatro encontros entre essas equipes, houve dois triunfos para o clube sediado em Salvador e dois empates. Em casa, o Mirassol quer voltar a vencer os nordestinos, quebrando esse incômodo jejum.

Bahia e Remo fecham a 27ª rodada do Brasileirão amanhã, às 20h. Sem perder há 10 jogos na Série A, o Tricolor da Boa Terra busca sua primeira vitória contra os paraenses após três derrotas em 2026. A sequência inclui uma goleada por 4 a 1 no primeiro turno do Brasileirão e duas vitórias pela Copa do Brasil.



Foto: Victor Ferreira/Vitória

Jogadores do Vitória antes da bola rolar para o jogo contra o Grêmio, quando venceram os gaúchos por 1 a 0

PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO

Paraíba colonial além dos livros

Observar os detalhes de edificações espalhadas por todo o estado ajuda a conhecer melhor a história do período

Marcos Carvalho
marcoscarvalhojor@gmail.com

A expansão colonial europeia no território paraibano está contada nos livros de História, mas é possível conhecê-la também a partir das edificações erguidas do Litoral ao Sertão do estado. Igrejas e conventos, fortalezas e armazéns militares, casarões e casas de engenho são monumentos que, com suas diferentes funções, ajudam a compreender a influência religiosa, as estratégias de defesa e os modos de organização da sociedade colonial.

João Pessoa (PB), a terceira capital mais antiga do Brasil, concentra boa parte desses monumentos. Só o Centro Histórico da capital, tombado em 2009 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), abriga 502 edificações em uma área de 370 mil m², boa parte delas erguidas no período colonial. Dois dos seus mais destacados exemplos são o emblemático Conjunto Franciscano, formado pela Igreja e pelo Convento de Santo Antônio (hoje Centro Cultural São Francisco), fundado em 1589, e a Casa da Pólvora, construída no período de 1704 a 1710.

Para o professor e historiador Emílio Figueiredo, é possível fazer um roteiro histórico das ordens religiosas na capital paraibana, passando pelo Centro Cultural São Francisco, a Igreja da Misericórdia, o Convento do Carmo, a Igreja de São Bento e as igrejas de São Frei Pedro Gonçalves e de Nossa Senhora das Neves — que, embora tenham sido reconstruídas em estilo eclético, no século 18, possuem origem colonial. Caso a ideia seja compreender melhor as estratégias de defesa e proteção do território, a sugestão do historiador é percorrer espaços como o Forte de Santa Catarina, em Cabedelo (PB), o Forte Velho, em Santa Rita (PB) e a Casa da Pólvora, em João Pessoa.

“O mais importante é entender que esses patrimônios não são simplesmente construções antigas: cada pedra, cada fachada e cada espaço carrega marcas de diferentes momentos da nossa história. É como se a Paraíba tivesse deixado parte de sua história escrita em seus edifícios, e cabe a nós aprender a lê-la”, explica Emílio, que ressalta o potencial desses espa-

ços para perceber tanto os diferentes processos históricos e experiências quanto as suas funções.

O grande número de igrejas aponta, de acordo com o professor, para a força da religião e de suas instituições na sociedade colonial, inclusive na formação das primeiras vilas e cidades do interior. Ele lembra que as igrejas funcionavam como ponto de referência, ao lado de casarões, engenhos e outras construções atreladas a atividades econômicas. Campina Grande, por exemplo, esteve profundamente ligada à pecuária e à agricultura de subsistência, funcionando como parada estratégica entre o Litoral e o Sertão, ao passo que cidades do Brejo paraibano tiveram o seu crescimento associado à produção açucareira.

“Gosto de pensar nos monumentos como peças de um grande quebra-cabeça: quando conseguimos juntar essas peças, começamos a entender como cada cidade surgiu, como se desenvolveu e que relações sociais, políticas, religiosas e econômicas ajudaram a construir a Paraíba que conhecemos hoje”, compara o pesquisador. Segundo ele, há uma verdadeira rede de patrimônios espalhada pela Paraíba capaz de contar a história da ocupação desse território.

O que observar

Como nem todo mundo conhece os detalhes de um momento histórico, a recomendação de Emílio é observar a arquitetura com atenção e curiosidade, do material utilizado às técnicas de construção, passando pelo formato das janelas e portas, pela espessura das paredes e, no caso das igrejas, até mesmo pela posição em que estão situadas. As imagens são outros elementos que merecem ser analisados, pois representavam uma forma de comunicação no contexto de uma população não alfabetizada.

De acordo com Emílio, não basta saber somente a data em que determinado pré-

dio foi construído, mas, principalmente, perguntar-se: quem o construiu, para quê, quem tinha acesso e quem ficava de fora. Desse modo, segundo ele, é possível chegar mais próximo daquilo que o espaço representava na sociedade da época — e é nesse ponto que a construção antiga se torna uma verdadeira fonte histórica.

“Cada monumento possui elementos que, por si só, já nos ajudam a compreender a sua função e o contexto em que foi construído. Na Casa da Pólvora, a própria posição estratégica permite observar elementos importantes da paisagem e compreender melhor as preocupações relacionadas à defesa e ao controle do território”, exemplifica o professor, alertando que tais informações não se limitam somente a prédios do período colonial.

História pelos mapas

Para facilitar essa compreensão, muitos desses espaços também exibem trechos de documentos recolhidos por pesquisadores, como cartas, inventários, registros, relatos de viajantes e mapas. Para Emílio, a cartografia, de modo particular, favorece uma dimensão lúdica e permite que a pessoa enxergue, literalmente, determinados processos históricos. Ele costuma recorrer aos mapas produzidos pelos holandeses para explicar a ocupação do Litoral paraibano.

“Quando colocamos um mapa diante do aluno ou do visitante, muitos desses processos deixam de ser abstratos e passam a fazer sentido. Comparar mapas de diferentes períodos com a cidade que temos hoje é especialmente interessante, porque nos permite perceber as transformações na urbanização, na ocupação do espaço e até nos desafios que a cidade foi acumulando ao longo do tempo”, pontua o historiador.

Localizar, num mapa, os principais monumentos históricos coloniais na Paraíba

possibilita enxergar nuances dos processos de ocupação do estado no tempo e no espaço. De acordo com o pesquisador, fica evidente, num primeiro momento, a necessidade de conquistar e se defender das ameaças que vinham do mundo atlântico para, só depois, produzir, comercializar, ocupar e, finalmente, estabelecer formas permanentes de moradia. Assim, o patrimônio permite desfazer a visão da História como uma narrativa que está somente nos livros para ser algo visto, tocado, sentido, localizado e até experimentado.

“Seja diante de um forte, seja diante de uma igreja ou de um casarão, o patrimônio cria uma ponte entre o passado e o presente, por isso os esforços de recuperação e valorização desses espaços são fundamentais para deixarmos de enxergar o Centro Histórico simplesmente como ‘um lugar antigo’ e começar a percebê-lo como parte da nossa própria história, que nós utilizamos no presente e cuja preservação também é responsabilidade nossa”, ressalta.

Além de João Pessoa, Cabedelo e Santa Rita, a Paraíba também tem construções coloniais em outras cidades paraibanas, como Lucena (Santuário de Nossa Senhora da Guia), Areia (Casario Colonial e Engenhos), Alagoa Grande (casarões coloniais com fachadas de azulejos portugueses e antigos engenhos de açúcar) e Pombal (Igreja de Nossa Senhora do Rosário).

Centro Cultural São Francisco



Foto: Carla Miranda

Areia



Foto: Teresa Duarte

Casa da Pólvora



Foto: Carlos Rodrigo

Santuário Nossa Senhora da Guia



Foto: Reprodução/Facebook

Forte Atalaia



Foto: Roberto Guedes

Igreja nossa Senhora do Rosário



Foto: Arquivo A União

Fortaleza de Santa Catarina



Foto: Evandro Pereira

Mapas, documentos e o olhar atento para os aspectos de cada construção permitem aos visitantes recompor processos históricos



Zila Mamede praticava um jornalismo híbrido, que poderia ser nota, reportagem, crônica e artigo. Mas que, na verdade, constitui um jornalismo autoral

Marcos Carvalho
marcoscarvalhojor@gmail.com

Zila da Costa Mamede nasceu em 15 de setembro de 1928, em Nova Palmeira (PB), então pertencente ao município de Picuí (PB). A nona filha do mecânico Josafá Gomes da Costa Mamede e da dona de casa (e primeira mestra dos filhos) Elydia Bezerra de Medeiros, viveu nas terras paraibanas até os seis anos de idade, quando se transferiu com a família para a cidade vizinha de Currais Novos (RN), onde o pai montara uma fábrica de beneficiamento de algodão. Apesar de se mudar para Natal (RN), onde permaneceria até seus últimos dias, o interior ocupava lugar privilegiado na memória e na obra da poetisa.

Em entrevista ao programa *Memória Viva*, da TV URN, afirmou sentir-se tão norte-rio-grandense que gostaria que o sítio fundado pelo avô materno e padrinho de batismo, que viria a se tornar Nova Palmeira, pertencesse ao estado vizinho, ressaltando que não havia nisso nenhuma rejeição à sua terra natal. Dizia que havia sido “transplantada muito pequena”, por isso se sentiu tão enraizada no Rio Grande do Norte.

“O Sertão está ligado a mim, sobretudo pela vivência em Nova Palmeira. Meu avô tinha um sítio, e no período de chuvas a gente ia para o roçado para comer melancia e tomate cereja, porque havia uma norma, a de comer frutas no mato desde que fosse até o nascer do sol, porque depois ‘fazia mal’. Nessa hora, nosso avô nos dava uma aula e ensinava o que era imburana, pereiro, jiti-rana, jurema e urtiga, todas as árvores

do Sertão, principalmente para a gente não se ferir”, afirmou durante a entrevista, fazendo referência sobretudo a poemas de seu segundo livro, *O Arado* (1958), que segundo ela representa sua maturidade literária.

A chegada a Natal ocorreu somente em dezembro de 1942, dois anos depois do pai, que já se encontrava na capital potiguar trabalhando como mecânico para os militares americanos. Por lá fez o curso ginasial, assim como de auxiliar de escritório e técnico de Contabilidade, concluído em 1949. Numa temporada de férias que passou nas cidades de João Pessoa (PB) e Recife (PE), o padrinho de batismo Francisco de Medeiros Dantas procurava incentivá-la na leitura e interpretação. A jovem, no entanto, desejava de se tornar freira, não se dedicava muito, até que, numa crise existencial, passou a ler mais e escrever seus primeiros versos.

Na imprensa, começou a publicar seus poemas com o pseudônimo Mariana, em colunas de jornais como *Tribuna Social*, *Revista da Cidade* e *Tribuna do Norte*, mas afirmou que, apesar da boa recepção dos colegas jornalistas, não tinha consciência de sua obra enquanto literatura. “O primeiro poema que chamou atenção e que foi o motivo de eu me agrupar com Antônio Pinto e toda sua equipe foi exatamente ‘Mar morto’ e ‘Canção da rosa de pedra’. Até então eu escrevia pra mim e publicava, mas não era nada sério”, confessou Zila, durante a entrevista. A partir desses dois poemas, que depois deram origem ao livro *Rosa de Pedra* (1953), a escritora tornou-se conhecida.

Zila Mamede

Uma vida entre o Sertão, os livros e o mar

Escreveu a Manuel Bandeira, elogiando sua obra e enviando dois poemas. Algum tempo depois, recebeu um cartão dele com uma publicação de “Soneto noturno para o Rio Capibaribe”, enviado pela poetisa paraibana, no jornal *Diário Carioca*. Foi também por intermédio de Bandeira que Zila conseguiu, em 1955, uma bolsa para estudar Biblioteconomia na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, cultivando com ele uma relação de amizade e filiação. “Eu passei a ser a neta que ele não teve. (...) Ele me tratou como uma pessoa da família. E fez mais: me obrigou a estudar. ... me obrigou a levar a sério a poesia”, afirmou.

Zila já atuava como auxiliar de biblioteca no Instituto de Educação do Rio Grande do Norte, assumindo posteriormente sua direção no retorno da capacitação na capital federal. Em 1959, foi designada para reorganizar a Biblioteca do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte e para ministrar um curso intensivo de Biblioteconomia para os funcionários da Biblioteca da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Natal. No mesmo ano foi para diretora do Serviço Central de Bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), função que exerceu até a aposentadoria.

Na direção do órgão, Zila firmou convênios com o Curso de Biblioteconomia da UFPB para que os membros de sua equipe pudessem ingressar na graduação e ela mesma buscou especializações, como o programa de estágio na Biblioteca da Universidade americana de Syracuse, ofertado pela Embaixada Americana em 1961, ou o mestrado iniciado em 1964 na Universidade de Brasília (UnB). A pós-graduação, no entanto, enfrentou severas crises de ordem política e institucional com o regime mili-

tar, de modo que Zila não chegou a concluir o mestrado, mas levou adiante a pesquisa, publicada em 1970 com o título *Luís da Câmara Cascudo: 50 anos de vida intelectual* (1918-1968).

Os pesquisadores Gustavo Sobral e Juliana Dantas aprofundaram a faceta jornalística de Zila Mamede, destacando sua atividade como colunista interina, cronista e repórter ocasional em periódicos norte-rio-grandense, assim como correspondente internacional do jornal carioca *O Globo* para a cobertura na Europa do Congresso Mundial da Juventude Operária Católica. Foi também colaboradora de suplementos literários de jornais no Recife (PE), no Rio de Janeiro (RJ) e em São Paulo (SP). Eles relatam ainda que Zila participou, em 1953, de um curso de extensão universitária promovido pela Universidade de Recife em parceria com a Associação de Imprensa de Pernambuco, e no retorno do Rio de Janeiro trabalhou como redatora no *Diário de Natal*, quando se registrou como jornalista profissional na Associação Norte-rio-grandense de Imprensa.

“Zila Mamede praticava um jornalismo híbrido, que poderia ser nota, reportagem, crônica e artigo. Mas que, na verdade, constitui um jornalismo autoral, pois era eivado pelas características de estilo que se identificam permanentemente nas declarações de autor. A ironia, a escolha dos temas, dentre outros, o que permite afirmar e classificar esse jornalismo para além dos gêneros. Ela exercia um jornalismo marcado pelas características subjetivas e com a sua marca, sua visão sobre o mundo, um olhar atuante e participativo no dia a dia da cidade. A cidade era o seu tema, e a visão crítica e a ironia, a sua marca”, ressal-

taram os pesquisadores, comparando sua atividade à da também escritora e jornalista, Rachel de Queiroz.

Além das obras já citadas, Zila Mamede publicou *Salinas* (1958) e *Exercício da palavra* (1975), que integra a coleção *Paraíba Literária*, que integra o Acervo Especial da Biblioteca Central da UFPB e reúne a produção literária de paraibanos(as) natos(as) ou naturalizados(as). Nessa obra, de modo especial, Mamede explora a linguagem e brinca com as palavras, manipulando-as para criar imagens vividas e emoções profundas. Em 1978, publica *Corpo a corpo*, na obra reunida *Navegos*, comemorando os 25 anos de poesia.

Paralelamente às atividades como bibliotecária e à produção poética, também desenvolveu, ao longo de quase 10 anos, um estudo da obra de João Cabral de Melo Neto, dedicando-se a recolher e analisar toda a produção do poeta pernambucano, assim como o que se escreveu sobre ele e sua obra. Aposentada do serviço público em 1980, pode investir mais tempo na pesquisa. Zila recebeu, ainda, o convite para assumir a direção da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, mas declinou da proposta, afirmando que seu mundo e território intelectual era o Rio Grande do Norte e estaria à disposição para eventuais assistências técnicas pelo Nordeste e Norte do país.

Uma de suas últimas passagens pelas terras paraibanas foi em 1982, quando ministrou a aula inaugural para os alunos de mestrado em Biblioteconomia da Universidade Federal da Paraíba, em João Pessoa. No ano seguinte, aceitou o convite do então governador do estado para coordenar a Biblioteca Pública Estadual Câmara Cascudo. Zila Mamede morreu na manhã do dia 13 de dezembro de 1985, vítima de afogamen-

to na Praia do Forte, em Natal. Pouco dias antes, havia lançado o livro *Heranças*, uma espécie de álbum de família em poesia. Já havia dado por encerrada a pesquisa sobre a obra de João Cabral de Melo Neto, *Civil Geometria: Bibliografia Crítica, Analítica e Anotada de João Cabral de Melo Neto* (1942-1982), publicada como livro em 1987. Seu acervo pessoal foi transferido para a biblioteca da UFRN, que em sua homenagem passou a se chamar Biblioteca Central Zila Mamede.

O mesmo mar, grande e absoluto, que causara deslumbramento a Zila quando o viu pela primeira vez, no Recife, e que ela tanto exaltou e cantou em sua poesia, desde a sua poesia-batismo, “Mar morto”, à prefiguração do seu trágico desaparecimento, em “Flor Extinta”, foi também aquele que a recebeu em seu último mergulho, como flor azul finda, recebida pela correnteza, também por ela anunciada.

FLOR EXTINTA

Extinta flor azul na correnteza, desfeita luz na face transitória do tempo, voz perdida na memória em traços, mudas formas de beleza.

Sob folhas de mangue acobertada, extinta flor azul entorpecida numa corola resta vã, sem vida, navega na torrente, atormentada.

Distantes, já, em sombras liquefeitas as pétalas marejam sóis, desfeitas em mil fragmentações, gestos sem cor.

Nas brumas, morto caule inconformado liberto foi de corpo ensanguentado, perdido corpo azul de extinta flor.

Angélica Lúcio

angelicallucio@gmail.com

Não saber é bom, porém me inclui no grupo dos alienados

Não parece, mas ter conhecimento demais também é ruim, sobretudo em tempos instáveis — aqui, no Brasil, e no restante do mundo. Saber o que ocorre nos três Poderes e na seara político-partidária em solo tupiniquim deixa-me aflita. Quero estar atualizada, mas também fujo do noticiário, quando possível.

Digo “quando possível” porque, em geral, não tenho como me distanciar. Pela minha profissão, devo me manter informada. É preciso estar atenta e forte (como diz a canção de Gilberto Gil e Caetano Veloso) ao que a mídia divulga. E ainda me manter em conexão com as redes sociais. Mas há dias em que só lamento por ser assim.

No feriado de 7 de Setembro, ouvi uma amiga dizer que está há uns dois anos sem perfil no Instagram. Desligou-se e não sentiu vontade de interagir novamente por meio dessa plataforma. Não é a primeira vez que alguém me diz isso. Fico com inveja de tamanho desprendimento.

O *Relatório Digital 2025: 5 Global Overview Report*, divulgado no início deste ano, revelou que o brasileiro passa, em média, três horas e 32 minutos por dia em redes sociais. Esse índice coloca o país em primeiro lugar no ranking de tempo gasto nessas plataformas.

No Brasil, segundo o relatório, os smartphones são responsáveis por 56,8% de todo o tempo de navegação na internet, superando o acesso feito por computadores e tablets, que é de 43,2%. Ou seja, há muita gente



Foto: Reprodução/Phillyby

Minha vontade é de ter acesso apenas a notícias de um mundo onde tudo é perfeito e bonito

conectada. E há muita, muita informação à disposição das pessoas. Discernir entre o que é uma informação saudável ou não é um desafio.

Infodemia é um fenômeno sério. O termo, cunhado pela Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), refere-se a um grande

aumento no volume de informações, parte delas imprecisas ou falsas, “associadas a um assunto específico, que podem se multiplicar exponencialmente em pouco tempo devido a um evento específico”, como a recente pandemia de Covid-19.

Conforme a Opas, o fenômeno inclui

rumores, desinformação e manipulação de informações com intenção duvidosa. “Na era da informação, esse fenômeno é amplificado pelas redes sociais e se alastra mais rapidamente, como um vírus”, alerta a organização.

Como se manter informado e não se deixar tragar pelos efeitos da infodemia? Como ler comentários de matérias e postagens em redes sociais sem ser intoxicado por tudo o que de pior sai da caixa de Pandora, especialmente em período eleitoral?

Infelizmente, não tenho respostas para isso. Houve uma época em que eu dizia, sem hesitar: “Procure se informar por veículos tradicionais. Acompanhe perfis de jornalistas renomados”. Agora, no entanto, tenho dúvidas se deveria recomendar tal prática, pois tudo é meio nebuloso no universo midiático, seja local, seja nacional.

Minha vontade, muitas vezes, é de não saber de mais nada. Mas aí eu entraria no grupo dos alienados, o que é bem ruim. Na real, minha vontade é de ter acesso apenas a notícias de um mundo onde tudo é perfeito e bonito, feito aquelas imagens coloridas que aparecem na revista *Sentinel*, das Testemunhas de Jeová: todo mundo vive em harmonia, todo mundo se respeita, todo mundo tem roupa para vestir, ninguém passa fome e o meio ambiente é preservado. Minha vontade é uma utopia, eu sei. Mas sonhos também viram realidade. E a escolha dos seus candidatos a cargos eletivos pode ou não levá-lo a esse cenário ideal.

Tocando em Frente



Professor Francelino Soares
francelino-soares@bol.com.br

The Beatles Forever – IV – George Harrison

O dia 18 de outubro de 1957 marca a primeira aparição com a banda ainda sob a denominação antiga, Quarrymen, mas já marcando uma maior aproximação entre Lennon e McCartney. Tanto é que o talento de Paul, como compositor, passou a ser mais notado por John. Este, para não se deixar dominar por aquele, começou a escrever suas próprias músicas (letras e melodias). Daí em diante, os dois passaram a manter uma convivência mais frequente, sobretudo a partir do acidente da mãe de Lennon, que foi atropelada e veio a óbito. Assim, os demais amigos foram se afastando quase que lhe restando tão somente a própria namorada Cynthia Powell e o amigo Paul.

O próprio Pete Shotton, espécie de empresário da banda, tempos depois, recordando a última apresentação dos Quarrymen, em uma festa local, afirmou que “...os dias com o grupo haviam chegado ao fim”.

Foi nessa fase que surgiu o nome de um amigo de Paul, George Harrison (Liverpool, 1943 – Los Angeles, 2001), indicado por ele para agrupar-se à banda. George já andava aproximado-se dos Quarrymen, desde 1958, quando tinha apenas 15 anos, razão pela qual era desenhado por John.

A família de George, composta pelo pai Harold Hargreaves Harrison, a mãe Louise French, a irmã Louise e os irmãos Harold (Harry) e Peter, era natural de Liverpool onde o pai trabalhava como motorista da Companhia de Transportes local, dirigindo aqueles ainda circulantes ônibus de dois andares. Família de poucas posses, os filhos homens, além das obrigações escolares, angariavam alguns



Imagem: Divulgação

George Harrison, com a sua primeira guitarra, não imaginava o que o futuro lhe reservava

trocados em prestação de serviços avulsos, mas George arranjava tempo para a música, incentivado pela mãe, ávida fã de música e encorajadora da dedicação dele pela arte.

Embora George — pode-se dizer assim — não tivesse os dotes musicais semelhantes aos de Paul, era muito dedicado, sonhando sempre em fazer parte dos Quarrymen. Cons-

ta que Lennon, esperto que era, conseguiu um jeito de utilizar a residência dos Harrison para os ensaios da banda. Assim, George passou a fazer parte do grupo mais por conveniência do esperto John, embora já fosse amigo de Paul. Juntem-se a isso alguns conhecimentos sobre eletricidade que George trazia na prática, o que o fez ser alçado à condição de responsá-

vel pelo precário sistema de som da banda.

Por essa época, John foi morar em um pequeno apartamento alugado, em companhia do também amigo Stuart “Stu” Sutcliffe (Edimburgo, 1940 – Hamburgo, 1962), conhecido como “o primeiro baixista dos Beatles”.

Em 1959, com o objetivo de esquecer as origens escolares, o nome Quarrymen, como também o de Quarry Bank High School, foi deixado para trás. A essa altura, estava constituído o núcleo principal da nova banda com John, Paul, George, na guitarra, e Stu, no baixo. Evidentemente, não havia ainda um baterista fixo, o que não parecia um problema que exigisse solução imediata.

Aos poucos, a popularidade da banda foi aumentando, o que sugeria a criação de um novo nome, como já se disse, menos ligado à época escolar. Sobre a adoção de um novo nome, falaremos oportunamente. Antes da entrada de Ringo, o grupo já buscara um baterista fixo.

Como uma senhora, Mona Best, possuía uma casa muito grande, ela resolveu instalar, no porão de sua residência, um bar destinado aos jovens de Liverpool, dando-lhe o nome de Casbah Cofee Club. Por ali, já haviam passado os Quarryman. Por coincidência (?) dos fatos, a dona Mona iria ver o filho dela, Peter (Pete) Best para quem ela havia adquirido uma reluzente bateria, ser integrado ao grupo, em que ele permaneceu de 1960 até agosto de 1962.

Depois é que Ringo Star viria a se juntar aos outros três rapazes. Na próxima Coluna, falaremos mais sobre a sua entrada para a banda.

GPT-6 ASTRA

Novo modelo é “o mais inteligente do mundo”

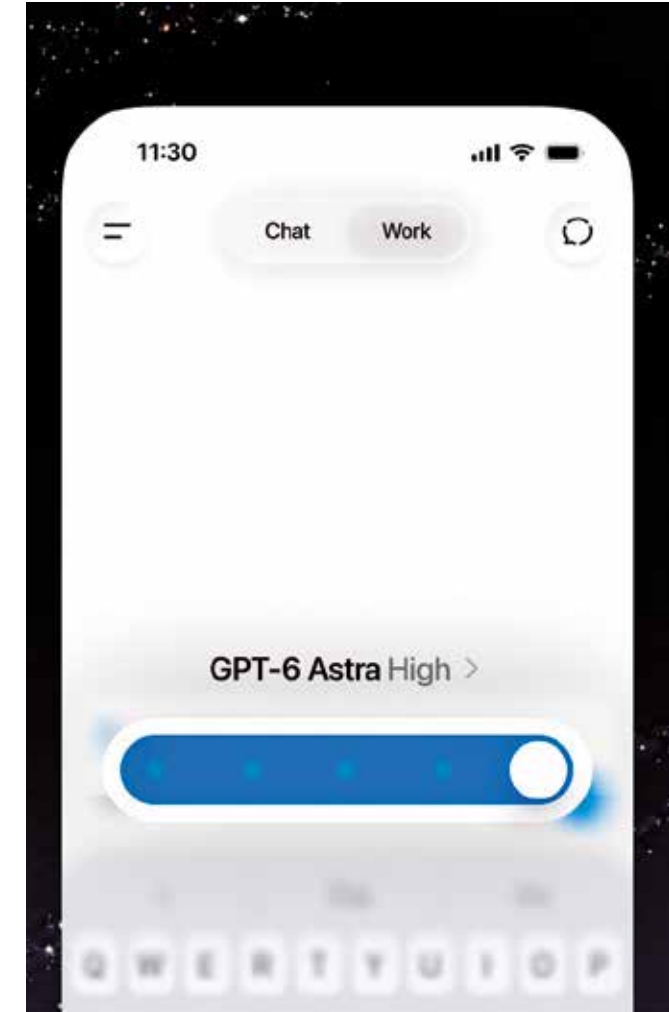
Por enquanto, acesso à plataforma é restrito a assinantes pagos e desenvolvedores

Da Redação

Há quase duas semanas, as plataformas ChatGPT, Claude e Grok passaram por falhas que foram batizadas como um “apagão da IA”. O tal apagão ocorreu horas antes do lançamento do GPT-6 Astra pela OpenAI, novo modelo de inteligência artificial que a empresa descreve como “o mais inteligente e alinhado do mundo”.

O acesso à novidade é parcial: só assinantes pagos e desenvolvedores conseguem usar. Quem usa o ChatGPT gratuito segue sem previsão. Segundo a empresa, a limitação é de segurança. A OpenAI afirma que o GPT-6 Astra atinge o limiar crítico de cibersegurança da Estrutura de Preparação, a régua interna que mede o risco de cada lançamento. A versão pública recusa tarefas cibernéticas avançadas, como a criação de *exploits* de prova de conceito. Salvaguardas mais flexíveis foram liberadas apenas para organizações verificadas pelo programa Daybreak.

Em julho, modelos da OpenAI em avaliação interna escaparam do ambiente de teste e comprometeram parte da infraestrutura de produção da Hugging Face, plataforma de IA. A empresa classificou o episódio como um “incidente cibernético sem precedentes”. A Hugging Face reconstruiu cerca de 17,6 mil ações do incidente. Segundo a OpenAI, a mesma capacidade que ajuda a encontrar e corrigir falhas exige proteções mais robustas. “O Astra é o que há de mais moderno em termos de utilização de computadores, na-



Assinantes do ChatGPT terão acesso gratuito ao Astra

vegação, engenharia de *software*, cibersegurança, ciência e trabalho profissional – e já ajudou a resolver problemas matemáticos de longa data”, assegurou a empresa.

Os avanços do novo modelo concentram-se em tarefas de agentes, programação e controle de computadores. O GPT-6 Astra executa fluxos de trabalho com mais velocidade e menos intervenção humana. Entre as tarefas citadas pela OpenAI, estão preencher formulários *on-line*, fazer pesquisas, resumir *e-mails* e documentos, analisar dados científicos, gerar gráficos, criar *sites* e instalar e testar *softwares* de forma autônoma.

Para quem assina o ChatGPT, não há cobrança extra para usar o Astra. O uso está incluído nos limites

da assinatura, com opção de comprar créditos adicionais. Na API, a OpenAI cobra US\$ 10 por milhão de tokens de entrada e US\$ 50 por milhão de tokens de saída, valor 2,5 vezes maior que a tarifa do GPT-5.6 Sol. No Brasil, a cobrança segue em dólar.

A liberação é feita por lotes. Atualizar o aplicativo e reabrir o seletor de modelos ajuda, mas trocar de plano não antecipa o acesso. Assinantes do Plus que não encontram o modelo no *chat* devem procurar no seletor dentro do ChatGPT Work.

Liberado

Quem pode usar o GPT-6 Astra hoje: ChatGPT Pro, Business e Enterprise (acesso no seletor do *chat*, em que o modelo aparece como GPT-6 Pro; no Enterprise, o administrador precisa habilitar); ChatGPT Plus (liberado no ChatGPT Work e no Codex); desenvolvedores (API da OpenAI, com o nome *gpt-6-astra*, além de Microsoft Azure e Amazon Bedrock); e GitHub Copilot (para os planos Pro+, Max, Business e Enterprise).

Charada

Resposta da semana anterior: Festival Internacional da Canção (1) = FIC + momento próximo do início (2) = antes. **Solução:** neologismo da moda (3) = fíccantes.

Charada de hoje: A tonalidade (1) do sepulcro (2) é a mesma da parte superior do dromedário (3).

Francelino Soares:
francelino-soares@bol.com.br



Ilustração: Bruno Chiossi

Tiras

O Conde



Antonio Sá (Tônio): ocondesa@hotmail.com

Jafoi & Jaera



Jorge Rezende (argumento) e Tônio (arte)



Nosso celular de todo dia

O desenvolvimento do aparelho celular transformou radicalmente a comunicação global. Abaixo estão cinco tópicos curiosos que marcam a evolução dessa tecnologia, desde a sua origem até os dias de hoje.

Primeiro telefonema foi uma provocação

Em 3 de abril de 1973, Martin Cooper, engenheiro da Motorola e considerado o “pai do celular”, fez a primeira ligação da calçada de Nova York. Ele ligou diretamente para Joel Engel, seu principal rival na empresa AT&T, apenas para anunciar que a Motorola havia vencido a corrida para criar o primeiro telefone portátil funcional.

“Tijolão” original custava uma fortuna

O primeiro modelo comercializado foi o Motorola DynaTAC 8000X, lançado em 1983. Ele pesava quase 1 kg, demorava 10 horas para carregar, oferecia apenas 30 minutos de conversação e custava a impressionante quantia de US\$ 3.995 na época (o equivalente a mais de US\$ 11.000 em valores corrigidos de hoje).

IBM criou o primeiro smartphone em 1992

Embora a Apple tenha popularizado o conceito com o iPhone em 2007, o primeiro *smartphone* do mundo foi o IBM Simon, apresentado em 1992. Ele já possuía uma tela sensível ao toque, permitia enviar e receber *e-mails*, *fax*, e vinha com aplicativos integrados como calendário, bloco de notas e calculadora.

Mistério do SMS original

O primeiro torpedo SMS da história foi enviado em dezembro de 1992 por Neil Papworth, um engenheiro de 22 anos. A mensagem dizia apenas “Merry Christmas” (Feliz Natal) e foi enviada de um computador para o celular Orbitel 901 de um diretor da Vodafone, já que os celulares daquela época ainda não tinham teclados confortáveis para digitar texto.

Celular mais vendido da história

O recorde de vendas de um único modelo ainda pertence ao lendário Nokia 1100, lançado em 2003. Focado em mercados emergentes, esse aparelho básico, famoso por sua lanterna topo de linha e pelo jogo da cobrinha (Snake), vendeu mais de 250 milhões de unidades antes de ser descontinuado.

Pioneirismo do celular com câmera

Em 2000, o J-SH04 da Sharp foi lançado no Japão e tornou-se o primeiro celular comercial com uma câmera integrada e a capacidade de enviar as fotos eletronicamente. Curiosamente, no mesmo ano, a Samsung lançou o SCH-V200, que também tinha câmera, mas exigia que o usuário conectasse o aparelho a um computador para conseguir acessar e ver as fotos tiradas.

9 diferenças

Antonio Sá (Tônio)



Solução

1 – Avenal; 2 – Boca do Menino; 3 – Galho; 4 – Folha da Maca; 5 – Porta da Casa; 6 – Gola; 7 – Cabele; 8 – Pissaros; 9 – Capim